

**Trictonsu**  
**Editora**

# **LUGARES DE LUTA, VOZES DE RESISTÊNCIA:**

**ESTUDO DA PARTICIPAÇÃO FEMININA  
EM ASSENTAMENTOS RURAIS**

**Autor:**  
**Rogério Nogueira de Mesquita**

ISBN: 978-65-86283-72-3

**Rogério Nogueira de Mesquita**

**(Autor)**

# **Lugares de Luta, Vozes de Resistência: Estudo da Participação Feminina em Assentamentos Rurais**

**Rio Branco, Acre**

## **Stricto Sensu Editora**

**CNPJ:** 32.249.055/001-26

**Prefixos Editorial:** ISBN: 80261 – 86283 / DOI: 10.35170

**Editora Geral:** Profa. Dra. Naila Fernanda Sbsczk Pereira Meneguetti

**Editor Científico:** Prof. Dr. Dionatas Ulises de Oliveira Meneguetti

**Bibliotecária:** Tábata Nunes Tavares Bonin – CRB 11/935

**Capa:** Elaborada por Led Camargo dos Santos (ledcamargo.s@gmail.com)

**Avaliação:** Foi realizada avaliação por pares, por pareceristas *ad hoc*

**Revisão:** Realizada pelos autores e organizadores

## **Conselho Editorial**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ageane Mota da Silva (Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Acre)

Prof. Dr. Amilton José Freire de Queiroz (Universidade Federal do Acre)

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto (Universidade Federal de Goiás – UFG)

Prof. Dr. Edson da Silva (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Denise Jovê Cesar (Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina)

Prof. Dr. Francisco Carlos da Silva (Centro Universitário São Lucas)

Prof. Dr. Humberto Hissashi Takeda (Universidade Federal de Rondônia)

Prof. Msc. Herley da Luz Brasil (Juiz Federal – Acre)

Prof. Dr. Jader de Oliveira (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP - Araraquara)

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos (Universidade Federal do Piauí – UFPI)

Prof. Dr. Leandro José Ramos (Universidade Federal do Acre – UFAC)

Prof. Dr. Luís Eduardo Maggi (Universidade Federal do Acre – UFAC)

Prof. Msc. Marco Aurélio de Jesus (Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mariluce Paes de Souza (Universidade Federal de Rondônia)

Prof. Dr. Paulo Sérgio Bernarde (Universidade Federal do Acre)

Prof. Dr. Romeu Paulo Martins Silva (Universidade Federal de Goiás)

Prof. Dr. Renato Abreu Lima (Universidade Federal do Amazonas)

Prof. Dr. Renato André Zan (Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia)

Prof. Dr. Rodrigo de Jesus Silva (Universidade Federal Rural da Amazônia)

## Ficha Catalográfica

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M582I

Mesquita, Rogério Nogueira de.

Lugares de luta, vozes de resistência: estudo da participação feminina em assentamentos rurais. / Rogério Nogueira de Mesquita. – Rio Branco: Stricto Sensu, 2022.

152 p.: il.

ISBN: 978-65-86283-72-3

DOI: 10.35170/ss.ed.9786586283723

1. Assentamentos rurais. 2. Participação feminina. 3. Resistência. I. Título.

CDD: 333.31

**Bibliotecária Responsável:** Tábata Nunes Tavares Bonin / CRB 11-935

O conteúdo dos capítulos do presente livro, correções e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

É permitido o download deste livro e o compartilhamento do mesmo, desde que sejam atribuídos créditos aos autores e a editora, não sendo permitida a alteração em nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.sseditora.com.br](http://www.sseditora.com.br)



## DEDICATÓRIA

À minha mãe, mulher guerreira e razão da minha vida. Às minhas três estrelas que me deixaram no decorrer dessa caminhada e que agora brilham no céu: José Lopes de Araújo, meu pai de coração (2017); Rafael Pisco da Silva, meu querido sobrinho, (2017), Reginaldo Nogueira da Silva (2018), meu estimado irmão, *in memoriam*.

## AGRADECIMENTOS

Um trabalho dessa natureza nunca seria realizado só. Os resultados obtidos, sempre são frutos de um trabalho coletivo. Por isso, agradeço a cada um/a que contribuiu direta ou indiretamente com essa produção.

A Deus, pelo dom da vida, por me permitir chegar até aqui e ser o meu único e verdadeiro senhor no qual compartilho meus risos e angústias.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia, por me conduzir ao longo dessa caminhada, ao CNPQ pelas possibilidades de fazer ciência e ao GEPGENERO que me abriu as portas para o meu contato efetivo com os estudos de gênero.

À minha mãe por todo o afeto e por sempre me conduzir aos caminhos da honestidade, mesmo diante das dificuldades, e por me ensinar desde muito cedo a importância de se lutar por aquilo que queremos.

Aos meus irmãos, irmãs, sobrinhos e sobrinhas Nogueira e Silva, por sempre terem acreditado em meu potencial e nunca economizado nos afetos que me sustentaram até aqui.

Às mulheres da colônia dos Projetos de Assentamentos Rurais: Espinhara II e Antônio de Holanda por contribuir com essa pesquisa, nos recepcionando em suas residências e dedicando um pouco do seu tempo para compartilhar conosco parte de suas vivências cotidianas.

Ao querido Amilton José Freire de Queiroz, por estar sempre comigo no decorrer dessa caminhada, instigando-me a pensar, corrigindo-me quando necessário, e dando-me forças quando me encontrava deprimido, cabisbaixo e desestimulado. Saibas que as palavras aqui expressas não seriam suficientes para imprimir toda minha gratidão.

Ao Darlan do Nascimento Silva, por ser um grande companheiro e ter fornecido todas as condições, dentro de suas possibilidades, para que eu me dedicasse de corpo e alma a este trabalho.

À minha querida e estimada orientadora, Professora Doutora, Maria Das Graças Silva Nascimento Silva, por sua orientação, acompanhamento, humildade e acolhida. Sou grato de coração pela confiança depositada em minha pessoa e por ser muito mais que uma orientadora, por ser uma amiga especial, por me proporcionar experiências incríveis no mundo da pesquisa de gênero.

Ao estimado Professor Doutor Josué, por sua amizade, acolhida em seu lar, por sua requintada galinha caipira ao molho do maracujá e principalmente: por seus ensinamentos na inesquecível disciplina de Epistemologia da Geografia.

Aos demais docentes (Madalena Cavalcante, Ricardo Gilson, Adnilson Almeida, Joseli Maria e Márcio Ornat) que contribuíram grandemente com essa pesquisa ao partilhar seus conhecimentos através de suas respectivas disciplinas.

Aos amigos e amigas do PPGG/UNIR pelas reflexões construídas coletivamente, momentos esses muito prazerosos e de significativo crescimento intelectual. Agradeço em especial às minhas amigas/o do coração: Dhuliane Cristina, Alessandra Manchinery com a sua linda bebê Yomako, Janete Farias, Tânia Olinda, Bárbara Elis e Jeferson Henrique, por tornarem os meus dias mais leves e por estarem sempre ao meu lado partilhando experiências edificantes.

## ESCREVIVÊNCIAS DE UM PESQUISADOR - RASURAS EPISTEMOLÓGICAS

Nossa escrevivência não pode ser lida como história para 'ninar os da casa grande' e sim para incomodá-los em seus sonhos injustos"  
(Conceição Evaristo)

Tanto como substantivo quanto como verbo, os termos escrevivências e escrever, criados por Conceição Evaristo, assumem uma dimensão poético-analítica fundamental para prefaciar este livro. O poético e o analítico confundem-se, questionam-se e promovem outras formas de analisar, produzir e ressignificar saberes, permitindo compreender a força das geografias rurais femininas.

Assim, o/a leitor/a desta obra poderá acompanhar as escrevivências intelectuais de um pesquisador cujo deslocamento pelas "zonas de invisibilidade", como aponta Boaventura de Sousa Santos, estaria a promover rasuras epistemológicas e estabelecer, fortalecer e ampliar os diálogos, tensões e resistências da participação feminina no espaço rural acreano hoje. Para realizar tal tarefa, as escrevivências deste pesquisador poderiam ter três justificativas.

Primeiro, porque o pensamento do autor deste livro é fruto de uma escrevivência rural. Ou seja, aluno imerso nos sonhos, sons e tons da floresta, em que pés, olhares e desejos se misturam, confundem com a estiagem e chuva nas estradas de barro até chegar à escola Nova Vida. Segundo, porque é culminância de uma escrevivência urbana. Isto é, aluno/pesquisador em transformação nos seminários, colóquios e defesas da área de Geografia nas Universidades Federal do Acre e Rondônia, ao aprender a cada dia a importância do olhar solidário, humano e holístico. Terceiro, porque este livro é a convergência contrapontual das escrevivências de um pesquisador e professor da/na Educação Básica, a entrecruzar epistemologias, memórias e experiências para reler e reescrever sua história, gesto e lugar no sistema educacional brasileiro, acreano e bujariense.

Dito isto, a obra *Lugares de luta, vozes de resistência - estudo da participação feminina em assentamentos rurais* organiza-se em quatro capítulos. O primeiro capítulo coloca os/as/leitores/as na cena da participação feminina no espaço rural. Tal cenário de leitura revela-se na construção e explicitação de outros caminhos teóricos pelos quais poderiam transitar a reflexão sobre o campesinato brasileiro: a cartografia de vozes, práticas



e discursos de mulheres acreanas que resistem e ramificam-se tanto do ponto de vista histórico, geográfico quanto fenomenológico, cultural e oral.

Para dar conta deste horizonte de debate, portanto, de ressignificações críticas do pensamento geográfico brasileiro, o espaço rural acreano é problematizado para além da noção de vazio, com vistas a compreender o entrecruzamento de tempos e sentidos da vida de mulheres cujas marcas da luta estão impressas tanto no corpo quanto na memória, de modo a afrontar as fronteiras do lugar vivido e experienciado e pensar as questões de gênero no mundo rural.

Nesse sentido, o segundo capítulo constitui uma incursão analítica sobre a geografia dos métodos e das técnicas. O gerúndio que abre o primeiro tópico, “tecendo as bases”, revela uma curiosidade epistemológica. Isto é, a descrição, análise e interpretação da participação feminina não cede a diretrizes impressionistas, deterministas ou cartesianas, antes sim se revela em uma prática investigativa problematizadora, analítica e processual, configurada em uma postura científica que convida ao exercício da humanidade e solidariedade sem proselitismos.

Pelo que observa, o autor deste livro esboça um olhar metodológico que se faz na interface da Fenomenologia, Geografia e História Oral. Esse diálogo transdisciplinar de saberes, sensações e dicções é uma das principais contribuições desta pesquisa, pois demonstra, analisa e aponta a importância de questionar, de um lado, os limites disciplinares e articular, de outro lado, respostas flexíveis e elaborar, em última instância, outras estratégias de reflexão das geografias feministas.

Por sua vez, o terceiro capítulo investiga a relação entre gênero e poder, ao descrever, examinar e interpretar o cotidiano feminino no Assentamento Espinhara II. Nesta parte do trabalho, ao/à leitor/a é apresentada a localização e caracterização do espaço da pesquisa. Em primeiro lugar, reconstrói-se o processo de ocupação do Espinhara, através das narrações das mulheres, bem como são mapeados os problemas estruturais do assentamento e as práticas de resistência feminina. Em segundo lugar, identifica-se a elaboração do itinerário da conquista da terra para as trabalhadoras rurais, das famílias chefiadas por mulheres. Mais ainda, empreende-se uma diferenciação entre seringueiras e colonheiras, ao articulá-la ao sentimento de pertencimento, às políticas públicas para mulheres e à participação destas no trabalho rural.

Finalmente, o quarto capítulo investiga as rotas do feminino, ao contextualizar, examinar e interpretar as práticas produtivas e simbólicas no Assentamento Antônio de Holanda. Para tanto, a história das mulheres é recontada a partir da luta e conquista da terra.

Não à toa, seus perfis e suas trajetórias são escavados histórica, geográfica, fenomenológica, cultural e oralmente, num processo de releitura e reescrita de memórias, corpos e linguagens em transformação. Por isso mesmo, um dos pontos de destaque da obra é a singularidade como aborda os ativismos políticos e práticas culturais das mulheres da colônia, permitindo ao/à leitor/a acompanhar, interpelar e assumir uma atitude reflexiva.

O conjunto das reflexões propõe, portanto, realizar rasuras epistemológicas. Essas seriam concretizadas através de um pensar, agir, elaborar e ressignificar da participação feminina nos assentamentos rurais Espinhara II e Antônio de Holanda. Uma participação que é mapeada numa análise, argumentação e interpretação de um pesquisador cuja “vontade de verdade”, como diria Michel Foucault, e ela mesmo rasura, fragmento e busca de compreensão da realidade.

Assim, os atos de escutar, descrever e examinar entrevistas, corpos, linguagens e narrações da luta e resistência das mulheres colonheiras denunciam a persistência e a tenacidade do olhar intelectual nascido desde a escrevivência rural. Uma escrevivência de pesquisa, ensino e aprendizagem do professor/aluno que volta ao lugar dos primeiros rabiscos para tecer outros ainda mais solidários às alteridades dissidentes, aos protagonismos de vozes, práticas e resistências de mulheres colonheiras.

Desse modo, prezado/a leitor/a desta obra, vamos, juntos, traduzir os *“lugares de luta, as vozes de resistências”* cartografados pelo olhar deste pesquisador em trânsito cuja escrevivência errante, pulsante e flexível nos joga na trama dos saberes, poderes e cotidianos rurais para nos fazer mapear, sentir, olhar, vivenciar outras existências humanas.

Portanto... que possamos aprender a escrever outros modos de “esperançar”, narrar, argumentar, hospedar e “incomodar os sonhos injustos” para que a luta, resistência das mulheres camponesas possam, de fato, ampliar as rasuras epistemológicas produzidas nas/pelas escrevivências deste pesquisador das tantas outras ecologias dos saberes da sociedade acreana ainda por estudar, pesquisar e dar a ler hoje....

Amilton José Freire de Queiroz  
Universidade Federal do Acre

## SUMÁRIO

|  |            |
|--|------------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>   | <b>11</b>  |
| <b>CAPÍTULO I. LUTA E RESISTÊNCIA: A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MEIO RURAL.....</b>    | <b>15</b>  |
| <b>CAPÍTULO II. A GEOGRAFIA DOS MÉTODOS E DAS TÉCNICAS.....</b>                      | <b>43</b>  |
| <b>CAPÍTULO III. GÊNERO E PODER – O COTIDIANO FEMININO NO PA ESPINHARA II.....</b>   | <b>59</b>  |
| <b>CAPÍTULO IV - ROTAS DO FEMINISMO: ENTRE PRÁTICAS PRODUTIVAS E SIMBÓLICAS.....</b> | <b>103</b> |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>   | <b>137</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>143</b> |
| <b>AUTOR.....</b>  | <b>151</b> |

A atuação efetiva das mulheres, no espaço rural, tem contribuído para a expansão dos territórios da compreensão do papel delas na reconfiguração das relações de gênero e poder no âmbito das epistemologias do saber contemporâneo. Dessa forma, é de fundamental importância a investigação da participação feminina no universo da produção rural.

A partir das premissas apresentadas e das experiências de vida nos Projetos de Assentamento Rurais Espinhara II e Antônio de Holanda, buscamos apresentar o mais próximo possível as relações de gênero e poder existentes em tais localidades. Afinal, o ato de conhecer, para que eu possa executá-lo, faz necessária uma aproximação ao referente, assim, só podemos intercambiar o conhecer através da experiência.

De tal modo, para subsidiar o debate, com o intuito de expandir as discussões relacionadas a evolução do campesinato trouxemos para as reflexões os/as teóricos/as: Kautsky, Chayanov, Silva e Moura. Visando expandir as discussões atreladas às questões de gênero e ampliar as redes de diálogos, trouxemos no decorrer da escrita alguns nomes nacionais especializados na temática, como Joseli Maria Silva, Maria das Graças Silva Nascimento Silva, e Tereza Almeida Cruz.

Entre aquelas/es que compõem a literatura internacional, dialogamos com: Simone de Beauvoir, Gayatri Chakravorty Spivak, Joan Wallach Scott, Jorge Scala, entre outros/as. Os/as principais autores/as que nos darão embasamento teórico na perspectiva filosófica, epistemológica, metodológica e cultural no decorrer do estudo, serão: Yi-Fu Tuan, Edward Relph, Gaston Bachelard, Merlau-Ponty, Alberto Marradi e Michel Foucault.

Nessa perspectiva, esse movimento de escrita estudo elegeu como questão norteadora a seguinte questão: como são configuradas as relações de gênero e poder nos PAs rurais Espinhara II e Antônio de Holanda? Assim, buscamos analisar a importância das mulheres da colônia como elemento central de autossustentação familiar nas unidades de produção familiar rural, averiguando como as categorias espaço e lugar podem ser redimensionadas através do enfoque relacional entre Gênero e Poder. De tal modo, também procuramos identificar e analisar as histórias de luta e os espaços conquistados pelas



mulheres no campo, mapeando o acesso que possuem à políticas públicas específicas e analisando sua participação no cultivo da terra e na construção de espaços geográficos.

Buscando atender a tais objetivos, trouxemos como apoio a fenomenologia por compreender que esta pode nos auxiliar no estudo das essências e na aproximação em descrevermos as experiências das mulheres tais como elas são, transcendendo as aparências e o visível. Desse modo, como um dos nossos principais propósitos neste estudo é dar voz às mulheres da colônia, buscamos trazer associada à fenomenologia o suporte da História Oral, por acreditar que se trata de uma excelente ferramenta que democratiza a propagação das informações, histórias e vivências dos/as sujeitos/as, permitindo maior aproximação de sua realidade.

Mediante a tais procedimentos e relatos, que envolvem o campesinato rural, surge um termo bastante peculiar: colonheiro (a), nesse caso quem seriam os (as) colonheiros (as)? No decorrer da escrita, veremos que, no caso amazônico – acreano, o termo colonheiro (a) é de cunho regional que se origina meio a um processo histórico-geográfico de exploração da borracha em território acreano no final do século XIX e início do século XX.

Assim, mulheres colonheiras devem ser vistas e estudadas como parte integrante da diversidade interna que compõe o campesinato. No caso amazônico-acreano, aparecem como colaboradoras dos sistemas produtivos florestais, onde através dos altos e baixos da extração da borracha também passam a compor significativas organizações produtivas.

Essas mulheres estiveram, desde o princípio, desenhando a sua história em cada palmo de terra dos seringais e colônias acreanas. Desde muito cedo, tracejaram uma história de luta e resistência na região, no entanto, sempre foram invisibilizadas pela própria historiografia. Nos dias atuais, essa categoria campesina continua ativa, e mesmo sofrendo as pressões sociais por parte do Estado, persiste em dar continuidade às suas atividades produtivas no campo.

A história de luta e resistência dessas trabalhadoras rurais é parte integrante do universo campesino que persiste, resiste e se ramifica no tempo e no espaço. As denominações que lhe são atribuídas são várias (cultivador (a) de pequena propriedade, posseiro (a), lavrador (a), cultivador (a) que trabalha a terra, colono (a) e por aí segue). Tais variações são importantes de serem analisadas para que possamos enxergar que o campesinato possui grande capacidade de resistência. E, portanto, encontra-se associado a diferentes formas sociais que surgem a partir de fatores histórico-geográficos dos diferentes lugares. O surgimento de arranjos campesinos iguais a este só reforça o que afirmou Teodor Shanin *in* Moura (1986, p. 17), “se os camponeses continuam existindo nos dias de hoje é

provável que continuem existindo por muito tempo”. A importância desta afirmação reside no fato de que a possível erradicação do campesinato pela organização capitalista que domina diferentes organizações sociais espalhadas pelo mundo encontra-se longe de efetivar o seu propósito.

Assim, visando dar maior abrangência à área de estudo sobre as mulheres da colônia, resolvemos trabalhar com dois assentamentos rurais. Desse modo, a escolha dos Projetos de Assentamento Rurais: Espinhara II e Antônio de Holanda se deu primeiramente: 1. Por se tratarem de PAs bastante conhecidos no município, e um deles já possuir maior tempo de atuação do Movimento de Mulheres Camponesas em seu interior, o que nos despertou o interesse em investigar como são configuradas as relações de gênero e poder nesses assentamentos 2. Por possuírem tempo de abertura bastante diferentes, localização e diferenciação de idade e produtividade das mulheres ali residentes, o que nos despertou curiosidade, uma vez que ambos são assentamentos rurais.

Nessa perspectiva, essa obra encontra-se distribuída em quatro capítulos. No primeiro - intitulado “Luta e Resistência – a participação feminina no meio rural” foram abordadas as questões teóricas que embasam o estudo. Buscamos evidenciar as discussões que giram em torno do campesinato, os conceitos basilares da geografia: espaço e lugar, buscando estabelecer pontuais ligações entre tais categorias e o modo de vida das mulheres colonheiras na construção dos espaços e dos lugares diluídos no tempo.

No segundo, denominado “A geografia dos métodos e das técnicas”, são apresentados os métodos e as metodologias de investigação da pesquisa, bem como os instrumentos adotados para o seu desenvolvimento (questionários, história oral) que nos conduziram às trilhas do saber geográfico.

No terceiro, nomeado “Gênero e poder: o cotidiano feminino no PA Espinharall”, apresentamos uma contextualização das conquistas femininas relacionadas à terra, e aos resultados das atividades de campo realizadas no PA Espinhara II no decorrer dos anos 2017 e 2018, bem como enfocamos as falas, percepções e as relações cotidianas das mulheres da colônia em seu dia-a-dia.

No quarto e último capítulo, intitulado “Rotas do feminismo: entre práticas produtivas e simbólicas”, buscamos apresentar a caracterização geral do PA, perfil das mulheres que residem naquele espaço, atividades culturais, ativismo político e discussão do protagonismo das mulheres colonheiras no assentamento ao adquirirem o direito de titularidade conjunta da propriedade.

E, por último, as considerações finais, onde buscamos sistematizar, de maneira mais sólida, as principais constatações. Assim, estabelecemos uma discussão sobre as aproximações e os distanciamentos existentes entre os assentamentos rurais Espinhara II e Antônio de Holanda.

## LUTA E RESISTÊNCIA – A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MEIO RURAL

### SOU LAVRADORA

Levanto cedo e pego a minha enxada / Sem café,  
sem nada vou pra minha roça / Quando é meio dia que dá  
doze horas / Deixa eu ir em casa ver se alguém almo-  
ça. Sou mulher explorada duas vezes / Como classe e  
como sexo também / Nossa luta tem que Ter muita  
firmeza / Prá acabar com a opressão que se mantém.

Nós queremos um futuro diferente / Para o povo  
Ter direito de viver / Nossos filhos serão livres e  
contentes / Para isso é que se luta até vencer.

A mulher de hoje em dia é submissa /  
Porque há uma opressão que é geral / o sistema dá  
origem a tudo isso / Pra poder acumular o capital.

Hoje em dia a nossa luta reivindica / melhoria  
para todo o povão / Mas a luta que se quer signifi-  
ca / Um país livre e um povo sem patrão.

Vamos em frente minha amiga e companheira /  
Nós queremos transformar a sociedade / Pra  
mulher Ter liberdade e ser parceira / Junto ao  
homem construir a igualdade.  
Sou lavradora, mulher da roça / vivo cansada meu  
Deus/ com as mãos grossas.

(Caderno de canções CONTAG)

**Figura 1.** Figura de fundo retirada no PA Antônio de Holanda.  
Fonte: (NASCIMENTO SILVA e MESQUITA, 2017).



A marca de quem pesquisa, lê e interpreta se inscreve no percurso da abordagem teórico-metodológica articulada no trabalho acadêmico. Assim, esse estudo busca construir uma pesquisa no movimento de rupturas de pensamentos lineares, preceitos machistas, branco e elitizados, primando pela disseminação de olhares assentados na premissa da expansão da dinâmica dialógica entre Gênero e Poder.

No decorrer desse capítulo, buscar-se-á discutir discutir as questões que giram entorno do campesinato enquanto categoria social que vem sofrendo algumas modificações no tempo e no espaço, trazemos para o palco das discussões os (as) autores (as) (Karl Kautsky (1899 – 1972), Alexander Chayanov (1974), Silvio Simione da Silva (2005 – 2011) e Margarida Maria Moura (1986).

Também discutiremos as categorias geográficas: espaço e lugar, buscando estabelecer pontuais ligações entre tais categorias e o modo de vida das mulheres colonheiras na construção dos espaços e dos lugares. Em seguida, buscar-se-á identificar e analisar as histórias de luta, resistência e os espaços conquistados pelas mulheres chefes de famílias no campo. Assim, para elucidar a relação estabelecida entre o espaço e lugar, passaremos a mapear os conceitos de espaço trabalhados por: Lefebvre (1976), Dardel (1899-1967), Tuan (1980; 1983), Claval (2007) e Bollnow (2008). Na sequência, apresentaremos o lugar de acordo com as percepções de: Tuan (1980; 1983), Staniski (2014), Carlos (2007) e Souza (2016). E, para ampliar a compreensão no enfoque de gênero, utilizaremos Rossini (1997; 2005; 2006), Nascimento Silva (2004; 2010; 2011), Joseli Silva (2010; 2011) e demais autoras/es que contribuem com a temática.

## **O CAMPESINATO PERSISTE, RESISTE E SE RAMIFICA**

As unidades de produção familiar dos PAs rurais Espinhara II e Antônio de Holanda, no município de Bujari, possuem como agentes sociais modeladores do espaço colonheiras e colonheiros que ali residem. O modo como permitem ser tratados/as chama bastante atenção: colonheiros/as. Quem seriam os/as colonheiros/as? De modo breve, podemos dizer que se trata de uma categoria que se encontra inserida dentro do campesinato amazônico-acreano que vem sofrendo algumas variações no tempo e no espaço, como esclareceremos mais adiante.

O vocábulo trata de sujeitos/as sociais que possuem uma íntima relação com a terra e sua atuação efetiva-se através da produção agrícola para a autossustentação, com a mão de obra exclusivamente familiar. A organização mais comum encontra-se associada à relação casa, roçado e comercialização. Assim, a casa representa o local de consumo da produção familiar e coletiva, além de seu lugar de segurança, o roçado representa o espaço de produção e trabalho, e a feira a comercialização do excedente produzido.

A feira é o local onde mulheres e homens comercializam o excedente da sua produção no lote. No entanto, é importante esclarecer que:

embora a produção se destine, em grande parte, para o autoconsumo, não se trata unicamente de produção de alimentos; por outro lado, não se trata de vender o que sobra do consumo, mas sim de realizar uma produção voltada para o mercado com a terra, a mão-de-obra e os meios de trabalho subtraídos da produção para a subsistência (OLIVEIRA, 2017, p. 10).

Nesse contexto, ao realizar as atividades de campo para esse estudo, e ao visitarmos variadas literaturas que nos deu embasamento teórico, conseguimos visualizar que o campesinato se encontra vivo, produtivo, resistente e com novas configurações.

Apesar do turbilhão de discussões que giram entorno das modificações que o campesinato tem sofrido ao longo da história, no decorrer desse estudo, este passa a ser entendido como uma classe social precedente às demais e que veio paulatinamente se reestruturando, no entanto, sem perder o seu sentido original.

Visando entender o campesinato enquanto classe, faz-se necessário, primeiramente, compreendermos o sentido original da palavra classe. Bourdieu (2001, p. 136), enfatiza que se refere a:

conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocamos em condições semelhantes sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo práticas e tomadas de posição semelhantes.

Conforme a definição apresentada por Bourdieu, apreendemos que diz respeito a camadas sociais que lutam por seus interesses cotidianos. Logo, contribui para a produção dos espaços sociais. Mas prender-se a uma única definição de classe seria limitar-se. Assim, compreendemos que esta vai muito além do que pode ser contemplado nas palavras do autor, o que pode perpassar o aparente e o visível.

Silva busca entender onde caberiam estes sujeitos sociais (camponeses/as). Assim, tece algumas reflexões embasado em clássicos como Marx e Lênin, para mostrar a condição de classe que era dada ao campesinato. De tal modo, afirma que “o camponês tinha uma

situação indefinida, podendo ser visto tanto como parte da classe trabalhadora como dos proprietários de terra, pois ele incorpora esta dupla condição social (não produzia a mais-valia) (SILVA, 2005).

Em seguida, o autor admite que “como conceito analítico, uma classe social, na realidade, não expressa uma homogeneidade e tampouco está livre de contradições e conflitos internos” (idem). Assim, não podemos considerar o campesinato de modo uniforme, pois é preciso compreender que, em seu interior, encontram-se inseridas outras categorias bastante peculiares, que não há como invisibilizá-las.

Ao se referir a Marx e Lênin, Silva explica que estes analisam a classe enfocando as suas divisões, como, por exemplo, o campesinato rico, médio pobre, ou ainda servil, o que constituiria uma heterogeneidade de classes em si. No entanto, no decorrer dos processos de luta, findam aflorando a condição de luta para si. Conseguimos compreender essa questão ao analisarmos uma manifestação que vise à melhoria na trafegabilidade dos ramais de uma dada localidade por exemplo.

Sabemos que aquela estrada passa pela propriedade de diferentes categorias sociais (ribeirinho, seringueiro, colonheiro e outros), que constituem classes em si, entretanto, ao se unirem ao processo de luta para si, estas se uniformizam e passam a integrar um único grupo.

Contribuindo com as discussões que giram entorno do campesinato, Moura (1986, p. 17-18) diz que “é mais correto falar em recriação, redefinição e até diversificação do campesinato do que fazer uma afirmação finalista. Nem mesmo nas sociedades socialistas, é possível falar numa abolição do trabalho familiar camponês”. Portanto, faz-se necessária a expansão das discussões que não excluam essa classe tão importante que tanto já contribuiu e contribui para o abastecimento da mesa das sociedades urbanas.

Nessa perspectiva, uma das melhores formas de compreender as bases das discussões que, ao longo do tempo, são difundidas sobre o processo de modelagem, criação e recriação do campesinato é consultando algumas obras de autores clássicos do mundo rural. Assim, podemos observar e compreender o modo como estes têm conduzido as discussões referentes a essa classe.

Os teóricos Kautsky e Chayanov, cada um em seu tempo, dão suas contribuições, principalmente sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo e a resistência camponesa frente a esse processo. Ao se posicionarem diante dos fatos, elaboram teorias e concepções acerca do campesinato que deixaram influências muito marcantes. Karl Kautsky, ao escrever a obra “A Questão Agrária”, publicada em 1899, busca analisar a influência do capitalismo

sobre a agricultura e as mudanças que estavam ocorrendo no campo no final do século XIX e imagina como ficaria o campesinato frente a esse processo.

O estudioso centra as discussões defendendo a ideia de que a grande propriedade é superior tecnicamente à pequena propriedade e tem como causa a penetração do capitalismo no campo e como consequência a “industrialização da agricultura”. Defende a ideia de que as grandes propriedades são campo fértil para o desenvolvimento do capitalismo e que, com a sua expansão, a tendência é que as pequenas propriedades diminuam ou desapareçam.

No decorrer da obra, menciona algumas das consequências dos possíveis desequilíbrios que poderiam ser trazidos pela produção capitalista para os camponeses, ao serem inseridos nesse sistema, conforme o seu entendimento:

[...] o processo de integração indústria-agricultura, o extermínio ou diminuição da pequena produção camponesa, o surgimento de manufaturas e objetos industrializados para a produção agrícola, o aumento do êxodo rural, aumento de empregos nos centros urbanos que oferecem melhores remunerações e melhores condições de vida. (...) quanto mais esse processo avança mais se dissolve a indústria doméstica e mais aumenta a necessidade de dinheiro para o camponês, ou seja, a obrigação cada vez maior do camponês em ter capital para realizar suas atividades. Esse processo determina um novo ritmo na vida do camponês (KAUTSKY, 1972, p. 26).

Assim, o autor apresenta como passariam a se organizar o modo capitalista no campo e a possível subordinação e expropriação do camponês. Evidencia que, nesse contexto de envolvimento com o sistema capitalista, o camponês deixaria de ser quem ele é, e se tornaria apenas um agricultor voltado para a produção do mercado, ficando dependente de atributos que antes não tinha contato e, na maioria das vezes, deixaria de ser o ator principal do seu processo de produção, tornando-se um funcionário parcial da “fábrica”.

Geralmente, os autores que defendem a desintegração do campesinato esquecem, muitas vezes, de levar em consideração o fato de que nenhum grupo social jamais permaneceu estático no tempo e no espaço sem que caminhasse rumo a um processo de ressignificação. Por isso, busca meios para atender os seus desejos e necessidades frente a uma sociedade que se modifica a cada dia.

Moura (1986, p. 69) diz que:

o campesinato tem um peso que transcende a materialidade econômica da troca de mercadorias que sugere imediatamente características de sua organização social, tais como o trabalho familiar, os costumes, de herança, a tradição religiosa e as formas de comportamento político.



De tal modo, observamos que essa conceituação adentra como uma ferramenta de sustentação da resistência camponesa, que se propaga no tempo e no espaço e desestabiliza discursos tendenciosos que ainda insistem em desconsiderar a cultura e o modo de vida camponês como capazes de se reestruturar.

É preciso levar em consideração que é perfeitamente possível o camponês empregar novas técnicas de cultivo, de ferramentas e de coleta, sem que tais práticas sejam vistas como uma desintegração ou perda de identidade. Afinal de contas, ela nunca será perdida mesmo, que este saia do campo e passe a viver no meio urbano. Se o camponês, atualmente, pode cortar uma árvore com um motosserra, para fazer lenha, não há a necessidade de fazer o uso do machado, que dependerá de maior esforço físico e tempo.

Por realizar tal prática, estaria o camponês deixando de ser quem sempre foi? A resposta é não. Até mesmo aquele camponês que saiu de seu hábitat e foi morar nas cidades, certamente, continuará desenvolvendo algumas das práticas agrícolas anteriormente exercidas: criar galinhas, plantar macaxeira no quintal, fazer uma horta, e uma série de outras atividades que o limitado quintal comportar. Tudo isso porque o campesinato encontra-se enraizado em suas entranhas, constituindo sua identidade, sentimento de pertença e afetividade.

Embora, no decorrer da obra, Kautsky admita a superioridade da grande empresa agrícola, não nega também o processo de diferenciação social do camponês e deixa clara a possibilidade de sobrevivência da pequena empresa familiar, sobretudo se esta for capaz de se associar e cooperar. Nessa perspectiva, sugere que os camponeses se organizem em ligas, ou em organizações coletivas, pois acredita que somente uma organização socialista da produção com uma forte organização social pode enfrentar o capitalismo agrário (KAUTSKY, 1972).

Por outro lado, evidenciando que o campesinato se encontra longe de ser extinto ou de se desintegrar, Alexandre Chayanov (1974), em sua obra intitulada “*La organizacion de La unidad campesina*” (*A organização da Unidade Econômica Camponesa*), publicada no ano de 1925, evidencia e caracteriza as peculiaridades do campesinato. Assim, sublinha o núcleo familiar e o balanço trabalho-consumo existente na unidade doméstica como elementos centrais do campesinato.

Diferentemente de Kautsky, Chayanov não parte do princípio da subordinação dos camponeses pela renda da terra e de sua inserção na dinâmica capitalista. Parte da necessidade de consumo, de subsistência da família para entender o trabalho camponês.

No caso da comercialização do excedente produtivo camponês, onde possivelmente reside a sua “subordinação”, esta é considerada “marginal” em sua compreensão.

A teorização do autor encontra-se pautada em estudos realizados nas economias de produção familiares russas, em meados do século XX. Assim, parte do princípio de que a família trabalha para atender as suas necessidades fundamentais juntamente com seus membros e em último plano para acumular riqueza. Assim, desconsidera que a unidade econômica camponesa seja capitalista, pois, em seu interior, reside a ausência de mão de obra assalariada. Para ele, trata-se de um modo de produção por suas características estarem aliadas a força de trabalho familiar, unidade econômica camponesa, pequena propriedade como local de produção e atividades. A própria família é a responsável por produzir o seu meio de produção, às vezes, por diferentes fatores, alguns membros da família se veem obrigados a empregar a sua mão de obra em atividades não agrícolas para garantir o sustento da família, o que é popularmente mais conhecido como os “bicos”.

Desse modo, a atividade econômica camponesa não se assemelha a de um empresário rural, o qual investe seu capital, recebendo uma diferença entre a entrada bruta e os gastos gerais de produção, gerando lucro. Mas sim, apenas uma simples remuneração que o permite determinar o tempo e a intensidade do trabalho (CHAYANOV, 1974).

Nessa conjuntura, “pensar o campesinato como classe social do campo supõe compreendê-lo como parte de um todo que é a sociedade nacional, portanto, como classe de dentro das contradições do capitalismo” (OLIVEIRA, 2017, p. 8). No entanto, não podemos tratar uma classe social enquanto conceito analítico de modo homogêneo e livre de conflitos e contradições em seu interior. Tais definições variam no tempo e no espaço, de modo muito peculiar a cada realidade e contexto vividos.

Silva (2005, p. 103), ao analisar a resistência camponesa na Amazônia-acreana, afirma que “ao conceber o campesinato como uma classe social, podemos falar de *categorias sociais*, camponeses que se especificam a partir de sua identidade no âmbito de sua reprodução socioespacial na Amazônia”. Desse modo, são abertas outras possibilidades para que possamos apreender outros níveis de conflitos e lutas que se processam internamente a uma classe social. Nesse caso, interessa-nos a realidade do campesinato que se propaga na Amazônia-acreana, mais especificamente nos assentamentos rurais do município de Bujari selecionados para esta pesquisa.

Buscando esclarecer o uso do termo colonheiro (a), bastante utilizado no decorrer desta pesquisa, faz-se necessário lembrar que, em sentido mais comum, a definição de

colônia, aparece associada à extensão de um outro território dominado por uma potência estrangeira.

Nesse contexto, “a categoria colono é usada como sinônimo de agricultor de origem europeia, e sua gênese remonta ao processo histórico de colonização (SEYFERTH, 1993, p. 38)”. No entanto, tais definições não contemplam o modo e contexto em que o uso dos termos passam a ser empregados no decorrer desta pesquisa. Ao consultarmos o Glossário dos termos genéricos dos nomes geográficos, utilizados no mapeamento sistemático do Brasil/IBGE (2015), encontramos uma definição que contempla (a grosso modo) a forma como queremos que seja entendida a utilização do termo colônia nesse estudo.

Assim, temos o termo colônia agrícola que é definido como tipo de colônia voltada para atividades agrícolas. Nesse caso, o colono/colonheiro (a) amazônico-acreano é o indivíduo que habita e desenvolve suas práticas em tais contextos. No entanto, o termo colônia passa a ser empregado como um cunho regional que se origina em meio ao processo histórico-geográfico da exploração da borracha em território acreano, como veremos a seguir.

Os registros apontam que entorno dos anos de 1870/1877 começa a se intensificar uma migração nordestina para o Acre e a formação dos primeiros seringais. De tal modo, em um primeiro momento, período este em que os seringais acreanos encontravam-se no ápice da produção de borracha, os seringueiros (as) eram obrigados (as) a se dedicarem exclusivamente à extração do látex. Assim, eram completamente proibidos de realizarem práticas agrícolas, pois esta representava perda de tempo e diminuição de lucros para o patrão.

Após a superprodução asiática, uma aguda crise da borracha se instalou no Brasil em meados dos anos de 1914. “Diante desse contexto, as “ondas migratórias” de nordestinos tiveram que fazer o “caminho de volta” e os que não conseguiram retornar aos seus locais de origem, dirigiram-se para as capitais de Belém, Manaus e Rio Branco” (BEZERRA, 2006, p. 103). Mediante a tais fatos, foi necessário pensar em alguma estratégia de sobrevivência das pessoas que pretendiam continuar morando nessas capitais. “A perspectiva que se configurou foi o surgimento de colônias agrícolas no entorno de Rio Branco para melhorar o abastecimento desta” (ibidem).

Posteriormente, as idas e vindas, em um segundo momento conhecido como a “*batalha da borracha*”, que visava aumentar a produção do produto para ser utilizado na guerra, em meados de 1942, foi realizada uma mobilização nacional, visando angariar mão de obra para a Amazônia. As primeiras levas de trabalhadores (as) que chegaram na região

se tratava de nordestinos que viam a oportunidade de fugir da estiagem que assolava a região.

“Diferentemente da anterior, esta foi uma migração familiar impulsionada pelo desejo do nordestino de encontrar uma terra para viver, pois a seca não lhe dava outra opção” (ibidem). É importante lembrar que, a partir de 1943, os migrantes trazidos para a Amazônia eram provenientes de diferentes cidades do Brasil e não somente do Nordeste.

Depois do fim dos acordos de Washington e saída final dos americanos da Amazônia, a economia do Acre entra novamente em depressão, culminando na desativação dos seringais, e os extrativistas são deixados à mercê da própria sorte. Nesse contexto de crise social, estabelecia-se a necessidade da implantação de uma política agrícola no território por parte do governo que não somente atendesse aos “arigós” desempregados em Rio Branco em busca de mecanismos de sobrevivência. Mas também visava-se superar a dependência econômica do Acre ao mercado de Belém e Manaus e produtores do sul do Brasil que abasteciam as casas de comércio localizadas no 2º Distrito.

Foi nessa perspectiva de busca por alternativas que o governo de José Guimard dos Santos, através do Departamento de Produção, cria as colônias agrícolas, desapropriando em um período inicial as terras do Seringal Empresa.

Seu plano estabelecia:

a) cessão de terras aos seringueiros que retiravam do seringal, alguns até com rumo ao nordeste e que aqui ficaram pela facilidade na obtenção de sua pequena propriedade – graças ao loteamento do antigo seringal Empresa; b) auxílio, inclusive com gêneros alimentícios nos primeiros meses, na fase de instalação, aos colonos mais necessitados; c) revenda de material agrário, pelo custo e para pagamentos mesmo com os produtos agrícolas; d) assistência social com a instalação de escolas rurais nas colônias, não somente para o ensino primários dos menores, como também para a alfabetização dos colonos adultos; e) abertura de pequenas estradas rurais, facilitando o transporte para o mercado local, embora esse transporte, reconhecemos, seja ainda bem precários; f) assistência médica, cessão de mudas de sementes, instalação de usinas de beneficiamentos de produtos e utensílios para a confecção de farinha (MAGALHÃES, 1949, p. 19-20).

Essa estratégia buscava não apenas alocar em assentamentos aqueles que retornaram da Batalha da Borracha, mas, de fato, com o regime da propriedade rural, fazer com que essas pessoas despertassem o interesse em se tornarem proprietárias do lote e pudessem formar um patrimônio juntamente com a sua família.

Assim, o (a) migrante nordestino (a) e de diferentes lugares do Brasil foi sendo “brotado (a)” nos moldes camponeses como legado histórico da sua condição de vida que trouxeram de seus espaços de vivências. De tal modo, podemos apreender que essa política

não representou apenas a criação de colônias com o desenvolvimento de diferentes práticas agrícolas de criação de aves, suínos, bovinos, peixes e agricultura, mas representou toda a construção de uma identidade colona (colonheira) e todo um legado histórico cultural.

De tal modo, o que surgiu a partir de uma estratégia de sobrevivência passa a se consolidar uma identidade que agora é irrigada pelo sentimento de pertença por aqueles (as) que residem nas colônias agrícolas, e assim, passam a serem chamados de colonheiros (as). Desse modo, essa geração, que surgiu posteriormente em tais moldes, assume essa identidade até os dias atuais. Não se trata, portanto, o campesinato, de “reliquias” históricas feudais ou pré-capitalistas, mas sim de um segmento social que traz características de arranjos humanos e sociais específicos (SILVA, 2005, p. 104-105).

Assim, com seus aspectos peculiares, seringueiros (as) e colonheiros (as) amazônico-acreanos (as) têm trabalhado e vêm trabalhando no decorrer da trajetória histórica e atual da construção da sociedade acreana. Em seu processo de modelagem, enquanto sujeitos sociais e históricos, ora se distanciam (no decorrer da diversidade de identidades socioculturais e nas práticas de trabalho), ora se aproximam (nas tradições familiares-comunitárias e nas relações de sobrevivência onde buscam alternativas produtivas de resistência) e assim, constituem um rol amplo e diverso da identidade camponesa.

Na busca de associar a teoria com a prática, fez-se necessário irmos a campo. Assim, no decorrer das entrevistas, encontramos relatos como o de dona Antônia (61 anos) que, ao ser perguntada sobre como se define o contexto rural, responde:

Eu me defino uma pessoa colonheira que trabalha na área rural né? eu sou colonheira mesmo. Uma pessoa que mora na zona rural, plantadora de macaxeira (risos), que faz farinha, tira goma, cria, eu gosto muito de criar, eu tenho sorte de criar, vendo aqui e acolá. Pra mim eu nunca senti preconceito por ser colonheira eu não sinto não fie por que eu nasci e me criei no interior, na mata. Eu gosto de mata. Eu sinto uma coisa tão maravilhosa aqui, eu nunca me acostumei com a cidade. (Antônia Lima (61 anos, novembro de 2018. PA Espinhara II).

Não diferente de dona Antônia, a trabalhadora rural Zenaide também não nega a sua identidade e complementa:

Eu tenho orgulho de ser colonheira. Tem gente que diz que não é colonheiro. Eu digo maninha as coisas que a gente come é da colônia, se os colonheiros não plantar, os que estão lá na cidade não comem. Porque é nós que somos colonheiros que produz. Eu tenho orgulho de ser colonheira. Ser uma mulher colonheira é ser essa mulher que tem coragem, eu acho que é uma vencedora né? de trabalho é de tudo (Zenaide, 64 anos, novembro de 2017).

No decorrer dos relatos, não é comum as mulheres quererem definir de modo conceitual a origem de sua identidade colonheira, porque elas não veem motivo para tal. Em

sua concepção parece algo muito evidente, e isso se deve pelo fato de se tratar de algo tão enraizado que constitui o seu próprio existir. Trata-se do seu modo de vida. Assim, é nítida a presença da topofilia, ou seja, o sentimento de pertença ao lugar e a vida que leva. Ou seja, é seu modo de vida que as definem como colonheiras.

Algumas das características importantes da relação entre as pessoas e os lugares é justamente a construção de significados e sentidos que possibilitam a transformação de espaços em lugares, como já afirmou Tuan (1983). A relação pessoal de experienciar os espaços os quais remetem à ideia de amplidão, movimento e liberdade e os lugares os quais se relacionam com a ideia de segurança, estabilidade e proximidade configuram uma solidez muito importante no processo de apropriação e significação dos espaços para essas pessoas.

Bollnow (1969, p. 245), recorrendo ao raciocínio de Heidegger, coloca que “o ser humano tem que primeiramente habitar, ser humano significa habitar”. Partindo desse pressuposto, “vemos então que a colocação, o lote ou a colônia, para o (a) camponês (a) amazônico-acreano, como unidade geográfica da sua vivência, é mais que um espaço vital, - é o *locus* de sua moradia e símbolo territorial do seu “existir” (SILVA, 2011, p. 89). Portanto, podemos dizer que a identidade colonheira se institui a partir de significações que se inserem na diversidade histórico-geográfica que apresenta a Amazônia-acreana.

Nesse caminho, também compreendemos que em meio a essa pluralidade que representa o campesinato, não podemos tratá-lo de modo homogêneo, por visualizarmos a existência de subcategorias sociais inseridas dentro da categoria social maior que é o campesinato. Ou seja, faces diferentes do campesinato brasileiro que agora se instituem na Amazônia-acreana.

Dessa forma, a identidade desses sujeitos vem sendo construída sob realidades espaciais e temporais distintas, o que nos leva a compreensão do surgimento de outras identidades, como é o caso da colonheira, constatada no decorrer dos trabalhos de campo para esta pesquisa. Assim, o que do ponto de vista econômico representou um caos com a decadência da borracha, onde foi necessária a formulação de estratégias de sobrevivência para os que não conseguiram deixar a Amazônia-acreana, para os que ficaram, representou a oportunidade de uma nova vida, local de morada, território e espaço de vivência.

Nesse contexto, o enfoque de gênero passa a ser dado ao longo dessa pesquisa por compreender que, ao longo de todo o processo histórico-geográfico de conquista e exploração da Amazônia-acreana, a participação feminina foi desconsiderada e invisibilizada. Mesmo que, desde muito cedo, a figura feminina tenha se feito presente na



região, lutando e resistindo ao lado de seus maridos e filhos na construção da formação social do Acre. Nesse contexto, “a historiografia tradicional também desconsiderou a participação da mulher” (CRUZ, 2010, p. 55).

Então, é preciso construir geografias que valorizem a ação das mulheres, reconhecendo-as como protagonistas tanto do passado, quanto do presente. Assim, no decorrer dessa pesquisa, propomos dar voz a essas trabalhadoras rurais do município de Bujari – Acre que também integram a Amazônia-acreana, com acento especial àquelas que residem nos PAs Espinhara II e Antônio de Holanda.

## O ESPAÇO PARA ALÉM DO VAZIO

A Geografia Humanista procura valorizar a experiência do indivíduo ou grupo, visando um meio para compreender o comportamento e as maneiras de sentir das pessoas em relação aos seus lugares, ou seja, a cultura dos grupos sociais. Assim, compreende que, para cada indivíduo, para cada grupo humano, existe uma visão diferente de mundo, a saber, cada grupo tem seu ponto de vista, combinando ou divergindo das condições ambientais que, por sua vez, se expressa através das suas atitudes e valores para com o ambiente. É o contexto pelo qual a pessoa valoriza e organiza o seu espaço e o seu mundo, e nele se relaciona.

No campo de abrangência da geografia humanista, o espaço envolve um complexo de ideias. A percepção visual, o tato, o movimento e o pensamento se combinam para dar o sentido característico de espaço, possibilitando a capacidade para reconhecer e estruturar a disposição dos objetos. A integração espacial faz-se mais pela dimensão afetiva que pela métrica. Estar junto, estar próximo, significa o relacionamento afetivo com outra pessoa ou com outro lugar. Lugares e pessoas, fisicamente distantes, podem estar afetivamente muito próximos. Assim, o estudo do espaço, a partir dessa ótica, também analisa os sentimentos e ideias espaciais das pessoas e grupos de pessoas. Valoriza-se o contexto ambiental e os aspectos afetivos instituídos nos lugares.

Para compreendermos o contexto espacial em que se encontram inseridas as mulheres da colônia, faz-se necessário entender que a sua relação com o espaço rural e com a terra ultrapassa qualquer lógica material, pois se encontra pautada na identidade, afetividade, pertença e apego ao lugar. Assim, é importante levar em consideração que sua unidade de produção constitui seu espaço de vivência, onde estabelecem as suas relações

sociais circunvizinhas e, portanto, representa o sossego, a tranquilidade, a estabilidade e a segurança.

Nesse contexto, também precisamos deixar claro que o espaço é uma categoria de análise da Geografia através da qual é possível o pesquisador fazer a leitura de como se encontram estabelecidos e organizados os diferentes grupos sociais. Para Lefebvre (1974), o espaço desempenha uma função decisiva na estruturação de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema. O espaço entendido como espaço social, vivido, em estreita correlação com a prática social não deve ser visto como espaço absoluto, vazio, mas composto por diferentes campos de ação social.

Ao deslocar-se entre os espaços urbanos e rurais, percebemos as semelhanças e as diferenciações paisagísticas, culturais, relacionais, de fluxos, ações e atividades exercidas entre ambos os espaços. Tais aspectos são decisivos para que determinados grupos se identifiquem ou não como pertencentes a cada uma dessas realidades.

Adentrando no universo rural e estabelecendo um paralelo entre a área urbana e comercial de ambos os espaços, nota-se que a diferenciação ocupacional é predominante. Assim, a população rural distingue-se predominantemente das demais, principalmente pelas atividades executadas em seu interior, bem como o uso da terra com o cultivo de diferentes plantas, criação de animais, além de possuir, em seu interior, toda uma lógica organizacional no que se refere às tarefas do dia-a-dia. Assim, tais aspectos são geradores de elementos que constituem a identidade das pessoas que ali vivem, pois o que começou como espaço indiferenciado transformou-se em lugar, à medida que foi conhecido e dotado de valor (TUAN, 1983, p. 6).

Em contraste a essa lógica rural, têm-se o urbano, onde o espaço é estruturado a partir de um aglomerado de casas em um curto espaço de terra, onde há presença de toda uma estrutura administrativa e comercial (lojas, cartórios, delegacias, feiras e etc.), assim, tudo gira entorno do monetário, inclusive, o que é produzido no campo passa a ser revendido com valores exorbitantes. Desse modo, para quem vive e produz na colônia, quando chega em tal espaço têm-se uma sensação das horas não passarem, de que as pessoas são mais frias, ou seja, de que dão menos atenção umas às outras e de que tudo parece limitado. Assim, logo têm-se o sentimento de não pertencimento àquele espaço.

De tal modo, essas mulheres enxergam as colônias, o espaço ideal para o seu existir. Onde podem morar, plantar, colher, comercializar, criar e educar os seus filhos longe dos centros urbanos considerados mais perigosos, e assim, se organizam de acordo com seus interesses e necessidades. É nesse contexto, bastante peculiar que as mulheres colonheiras

modelam e remodelam os seus espaços de vivência, através de uma rotina cotidiana, pré-estabelecida, onde cada integrante que compõe o núcleo familiar possui um tempo determinado para a realização das atividades disponíveis no lote. Assim “o espaço humanizado é organizado para permitir aos homens viverem como lhes convêm num contexto cultural dado” (CLAVAL, 2007, p. 291).

Desse modo, enquanto o lugar representa a tranquilidade e transmite segurança, o espaço é amplo e, muitas vezes, desconhecido, por sua amplitude. Por isso, procuramos o conceito utilizado por Fremont (2011, p. 28) de espaço vivido que “parece assim constituído por uma compactação de estratos sucessivos que se acumulam, se apertam, se esquecem mais ou menos [...]. Esta estratificação comporta evidentemente componentes pessoais, próprios de cada indivíduo”.

Em face disso, pensar os elementos conceituais do espaço e lugar permite observar as imbricações envolvidas no processo de reflexão do gênero como um campo de diálogos onde espaço e lugar tornam-se fundamentais para ressignificar o papel da mulher na remodelagem do discurso, nos campos de ações e na constituição das identidades femininas no meio rural.

Nessa perspectiva, é mister levar em consideração os apontamentos de Tuan (1983), para quem espaço e lugar são termos conhecidos que indicam experimentos comuns, onde o lugar é a segurança e o espaço é a liberdade, assim estamos ligados ao primeiro e desejamos o segundo. Não obstante, é importante lembrar que o ser humano vai refinando a sua percepção de espaço e de lugar no decorrer do tempo. Esse refinamento das concepções serve como parâmetro para entender as diferentes cenas epistemológicas que circunstanciam a abordagem do pesquisador do objeto analisado.

É importante lembrar que os debates e discussões, que surgem nos diferentes âmbitos, são essenciais para o aperfeiçoamento de conceitos e temas, pois se há a constatação de um conflito no campo conceitual ou próximo a ele, acredita-se que o caminho para a refutação ou aperfeiçoamento seja por meio da evidenciação e ampliação das discussões que vai permitir avançar no campo científico, indo ao encontro do que disse Popper (1980, p. 5), “o critério que define o status científico de uma teoria é sua capacidade de ser refutada ou testada.”

Os estudos do gênero, na Geografia, passam pela conjugação do entendimento de que as mulheres da colônia traduzem o lugar de segurança construído sob o signo de mãe, dona de casa, genitora, transitando especialmente para a esfera da compreensão de que precisam ter o espaço de sua liberdade de escolha, identificação e remodelação de seu perfil

cultural. As mulheres percebem que residir somente no lugar da segurança do pensamento machista só as enclausura na rota do discurso da subserviência e resignação, aprendendo a atuarem como protagonistas de sua história em processo de construção intercultural. Por isso, as mulheres conjugam o espaço da liberdade, em movimento de aprendizagem para além do já-dito, de tal forma a se reconhecerem detentoras do poder de habitar várias geografias da solidariedade e humanidade.

Noutras palavras, a visão da espacialidade contempla também variantes como os aspectos simbólicos, culturais e políticos, encontram-se representadas em todas as relações sociais que se constroem entorno do espaço e do lugar geográficos. Por meio da ocupação, os espaços vão sendo esculpidos e dotados de valor e significados por diferentes agentes sociais ao longo do tempo, de acordo com uma lógica e período, nesse caso, a lógica do trabalho é parte integrante dessa dinâmica.

No contexto das mulheres colonheiras, são múltiplas as suas organizações no espaço rural, onde através de sua dinâmica, constroem seus espaços de vivência. Assim, passam a ter a sua rotina diária, associada às atividades domésticas, ao cultivo da terra, à criação de animais, às atividades religiosas, e aos movimentos sociais.

Ao encontrarem-se inseridas nesse contexto, aos poucos, essas mulheres vão esculpindo seus espaços de vivência. Através da construção desses espaços, elas passam a manter o apego ao universo até então explorado e construído por estas, constituindo assim, o seu lugar. Não à toa, Dardel (1899-1967, p.27) trata o espaço construído como sendo aquele que é resultado da obra humana. Ao ser esculpido este vai sendo dotado de significados. “A forma mais importante do espaço construído está ligada ao habitat do homem”.

A partir do momento em que se percebe que são os seres humanos que constroem, preenchem e dinamizam o espaço, passa-se a entender o quão complexo é este, pois é nesse espaço em que estão presentes o visível e o invisível, as crenças, as emoções, os símbolos, os significados, mitos, enfim, as relações. “Mesmo o silêncio ou a desolação, é também uma realidade do espaço geográfico, uma realidade que oprime, uma realidade que exclui” Dardel (1899-1967, p. 9). Sendo assim, o espaço geográfico carrega o traço da imagem do paradoxo, pois inclui e exclui ao mesmo tempo.

É na esfera do modo como se articula essa categoria que se encontra a gênese da compreensão das relações de poder, vista enquanto rede de absorção e problematização dos vetores geográficos que balizam o deslocamento da categoria de espaço em sua multiplicidade de linhas investigativas.

Ampliando esse prisma investigativo, Bollnow (1969) fala de um espaço vivenciado, caracterizado por sua amplitude de leituras do próprio ato de redefinir os espaços, fugindo à lógica do espaço como elemento dado. Para o estudioso alemão, o espaço também carrega traços como a condição de ser imaginado ou concebido. Nas pesquisas de Bollnow, sobressaem-se as noções de que espaço e vida caminham juntos para propiciar outras redes de percepção do homem e sociedade. Por conseguinte, a dimensão do espaço agrega os múltiplos fluxos da vida onde se desenvolvem as práticas cotidianas do indivíduo, congregando ao redor de si saberes caracterizados pela fragmentação das vivências transitórias.

Os conceitos de espaço vivido e lugar representam as ações e relações sociais como fatores intrínsecos. Estes ganham seu significado de acordo com as relações e vivências. Assim, as relações humanas desenvolvidas no entorno de cada grupo social, permeiam a modificação do espaço geográfico, traçando itinerários construídos sob condições peculiares e dotadas de valores.

Entender as construções que permeiam o espaço geográfico é um de nossos propósitos. Assim, todas as espacialidades construídas pelas mulheres colonheiras, ao longo de sua vida, são de grande importância, pois demonstram a sua relação de força e orientação do modo como conduz a realidade e demais atividades cotidianas.

Esses espaços e espacialidades são produzidos de acordo com uma lógica de interesse e necessidades, assim, a compreensão de espaço no âmbito rural parte da leitura de que são plurais os modos de apropriação e (re) criação desses espaços. De acordo com as diferentes leituras realizadas por diversos autores, é possível a compreensão de que os espaços são múltiplos e que as práticas espaciais resultam, de um lado, da consciência que o homem tem da diferenciação espacial.

De outro lado, dos diversos projetos, também derivados de cada tipo de sociedade, e merece, por esse motivo ser tratado sob diferentes perspectivas. Dentre essas, a de tensões e conflitos gerados no decorrer de sua produção, revelando sua heterogeneidade graças aos interesses nela envolvidos. Isso poderá incentivar o meio social a refletir e a se posicionar perante as contradições do espaço geográfico, buscando solucionar problemas emergentes que surgem por meio da leitura dos processos e acontecimentos com ele relacionados.

## O TEMPO E O SENTIDO DA VIDA – DA MARCA DO CORPO À MARCA DA MEMÓRIA

O tempo é elemento fundamental ao estudo dos acontecimentos. Todavia, afirma Elias: “o tempo não se deixa, ver, tocar, ouvir, saborear, nem respirar como um odor” (ELIAS, 1998, p. 7). Mas, apesar de aparentemente abstrato, o tempo é uma vivência concreta e se apresenta como categoria central no esculpir das historiografias. Assim, configura-se uma rede de acesso às múltiplas experiências dos indivíduos no espaço, através das quais os sujeitos unem e separam lapsos de memórias tanto ligadas ao presente como ao passado.

Por meio deste, os indivíduos passam a perceber que são seres em constante transformação, assim, devemos considerar que cada segundo é precioso nesse processo de resgate de memórias vividas. Merleau-Ponty (2006) ao teorizar sobre temporalidades, diz que analisar o tempo não é tirar as consequências de uma concepção preestabelecida da subjetividade, é ter acesso, através do tempo, à sua estrutura concreta. Se conseguirmos compreender o sujeito, não será em sua pura forma, mas procurando-o na intersecção de suas dimensões. Portanto, precisamos considerar o tempo em si mesmo, e é seguindo a sua dialética interna que seremos conduzidos a refazer nossa ideia do sujeito.

É bastante comum encontrarmos nas literaturas que discutem temporalidades o tempo como aquele que passa ou escoar. Fala-se do curso do tempo. A água que vejo passar se preparou, há alguns dias, nas montanhas, quando a geleira derreteu; no presente ela está diante de mim, ela vai em direção ao mar onde se lançará. Então, apreendemos que se o tempo é semelhante a um rio, ele escoar do passado em direção ao futuro. O presente é consequência do passado e o futuro a consequência do presente.

Os indivíduos tratados aqui são traduzidos através da atuação das mulheres colonheiras dos assentamentos rurais Espinhara II e Antônio de Holanda. Mulheres cujas experiências passadas vem à tona em seu presente como forma de dinamizar os diferentes vínculos afetivos, culturais e também de tristezas passadas que fluem no presente na marcha do tempo ao ser revisitado através da memória.

Dessa forma, podemos também dizer que o tempo é uma linha zigzagueante das experiências tradutórias da (não) afetividade e historicidade, como linha que pode ser ampliada, dinamizada e impulsionada pelo diálogo. É uma forma de o ser humano resgatar de modo subjetivo suas lembranças em diferentes espaços e vivências. Também não podemos esquecer que são as geograficidades dos lugares no tempo e no espaço que



permitem o trânsito das mulheres colonheiras em seu cotidiano, através destas acessam as memórias.

Nesse contexto, cabe as seguintes indagações: Quando as mulheres da colônia se permitem adentrar ao universo subjetivo das lembranças passadas, quais memórias conseguem resgatar? Seriam estas de pertencimento e afetividade ou de repulsa e sofrimento? O contexto em que se buscou trabalhar com essas mulheres através da técnica de pesquisa da história oral, nos revelou que não há como seguir um trajeto de entrevista linear, pautado somente naquilo que estava preestabelecido no roteiro, pois aos serem estimuladas a contar parte de suas histórias, essas mulheres viram a oportunidade de realizarem uma retrospectiva resgatando suas memórias de um passado hostil, de sofrimento e dor, nos quais seus efeitos refletem no presente.

Buscando diminuir os distanciamentos entre os escritos e as histórias das mulheres colonheiras dos assentamentos rurais estudados, no decorrer das nossas atividades de campo para essa pesquisa, através do discurso das entrevistadas, foi possível a constatação de um tempo sombrio percorrido por estas, através de histórias de vidas, marcadas pelas cicatrizes da violência física, identificamos trechos como este, onde a trabalhadora rural diz:

O pai dos meus meninos deixou marcas no meu corpo que eu tenho até hoje. Ele me jogou de cima de casa em baixo, em cima de um toco, faz muitos anos. Cortou isso aqui... que a minha perna inchou até aqui... eu, para mim tinha quebrado. Isso aconteceu de noite, a menina filha dele mais velha estava doente, aí ele me jogou lá em baixo com o pé, tacou assim, nas minhas costas. Eu estava lavando a beira do vestido, que nem roupa para mim vestir eu tinha. Era fie, eu não tinha não, eu tinha dois vestidos, um vestido para sair e o outro para vestir em casa, os filhos eram do mesmo jeito. (Antônia Lima, P.A Espinhara II, novembro de 2017).

No decorrer desta entrevista, podemos constatar um discurso de resistência, por parte da colonheira, onde através da fala esta acessa as redes temporais da memória, que resgatam angústias e dramas vivenciados no decorrer do seu progresso como pessoa humana.

Nesse contexto, na trilha do tempo-espaço, conseguimos fazer uma ponte no que disse Norbert (1897-1990, p. 33), onde sublinha que:

Sucedendo-se no tempo pressupõe, com efeito, existirem no mundo seres que sejam capazes, de identificar em sua memória acontecimentos passados, e de construir mentalmente uma imagem que os associe a outros acontecimentos mais recentes, ou que estejam em curso. Em outras palavras, a percepção do tempo exige centros de perspectiva — os seres humanos capazes de elaborar uma imagem mental em que eventos sucessivos, A, B e C, estejam presentes em conjunto, embora sejam claramente reconhecidos como não simultâneos. Ela pressupõe seres dotados de um poder de síntese acionado e estruturado pela experiência.

Ao relacionar a temporalidade com fatos concretos experienciados no decorrer da pesquisa, evidencia-se que, através do espaço de fala, essas mulheres demonstram uma trajetória de resistência onde a memória feminina imprime as marcas do trauma. Acima de qualquer relação de poder exercida sobre essa mulher que por muito tempo foi silenciada, agredida e maltratada, agora têm a oportunidade de compartilhar conosco as violências sofridas. No entanto, o que aparentemente encontra-se superado, para essas mulheres ainda é muito doloroso revisitar essas memórias.

Nessa via de acesso o tempo é labiríntico, e vai sendo tecido por uma série de intricados que aflora a emoção daquelas que percorreram um de seus recortes passados, onde foram vítimas de açoites ao relento, empurrões, chingamentos, mal tratos e humilhações. Nesse contexto, o tempo também se constitui um mosaico, que através da incrustação de imagens experienciadas, vividas e vivenciadas, compõem no hoje a decoração da memória dessas mulheres da colônia.

Assim, compreendemos que a série de acontecimentos e relações presentes em seu corpo e em sua memória constitui o registro final de um tempo sombrio experienciado. Mas podemos também dizer que os acontecimentos passados, subscritos no tempo e associados à memória, apesar de distintos, possuem um substrato comum: são antídotos do esquecimento. São fontes de imortalidade. Em decorrência, como afirma Le Goff, são também espaços de poder.

## O LUGAR VIVIDO E EXPERIENCIADO

Lugar é uma palavra-chave para adentrar na trama das simbologias que alicerçam o pensamento das redes intersubjetivas da Geografia crítica. O lugar aponta o hemisfério das frequências do deslocamento e de permanência dos indivíduos na sociedade. Consequentemente, a categoria lugar é um dos conceitos basilares dessa pesquisa, pois nos Projetos de Assentamento Rurais Espinhara II e Antônio de Holanda, se evidencia o apego e o sentimento de pertencimento da comunidade com o lugar, expresso em suas práticas cotidianas e modo de vida.

Nessa pesquisa, o lugar passa a ser entendido como a identidade que as mulheres colonheiras tem com seus locais de vivência, produto das relações sociais estabelecidas

com o meio, que se transforma em lugar à medida que estas passam a conhecer melhor esses espaços e os dotam de valores.

O lugar é entendido por Tuan (1983) como sendo criado pelos seres humanos para os propósitos humanos, assim, para ele não há lugar como o lar (a velha casa, o velho bairro, a velha cidade), assim, este seria os centros aos quais atribuímos valor. O autor diz ainda que há uma estreita relação entre experiência e tempo, na medida em que o senso de lugar raramente é adquirido pelo simples ato de passarmos por ele. Para tanto, seria necessário um longo tempo de contato com este, onde então houvesse um profundo envolvimento. No entanto, seria possível a um indivíduo apaixonar-se por um lugar tal qual por uma pessoa, já que a importância dos acontecimentos na vida de qualquer pessoa está mais diretamente relacionada com a sua intensidade do que com a sua extensão.

Entrando na dimensão das definições, Staniski et al (2014), afirma que o lugar adquire características próprias: afetivas, simbólicas, de pertencimento, espaço vivido e que, não está isolado, mas numa rede geográfica, constituindo um ponto de ligação, conexão da construção socioespacial. Nesse processo reflexivo, é pertinente lembrar que os lugares, ao serem criados e recriados pelos seres humanos, buscando atender a seus propósitos, não necessariamente vai ser efetivado como um espaço de envolvimento e afetividade, podendo assumir diferentes significados, o que depende do referente, ou seja, do indivíduo que estabelece a relação com esse local.

Para Carlos (2007, p. 22), o “lugar diante a era das redes” demonstra que a análise do lugar revela-se na simultaneidade e multiplicidade de espaços sociais como produto das relações humanas “[...] no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece [...]. Mesmo diante de um mundo interligado por redes, o lugar é essencial para a produção das redes, já que os sujeitos precisam pertencer a um determinado lugar.

Sob tal forma de pensar, alguns lugares acabam tornando-se muito familiares, outros passam despercebidos. Mas a verdade é que cada lugar que vivenciamos deixa uma impressão em nós e vamos estabelecendo relações afetivas com ele, atribuindo-lhe significados particulares. Assim, um mesmo lugar pode ter significados diferenciados para cada indivíduo, dependendo das experiências e vivências estabelecidas.

O rio, por exemplo, para um turista pode representar apenas um local que pode potencializar o lazer, mas para as mulheres dos assentamentos que vivem e vivenciam a realidade local, têm uma significação diferenciada daquele lugar, pois, para elas, ele

representa o ambiente de onde tiram parte de seu sustento e de sua família, além de representar um meio de transporte. Quer dizer, o lugar assume uma multissignificação, conotando, com isso, sua força irradiadora de abertura à elasticidade da interação dos sujeitos envolvidos.

A categoria lugar também é definida por Marcelo Lopes de Souza (2016) como um espaço percebido e vivido, dotado de significado, e com base no qual se desenvolvem e extraem-se os “sentidos de lugar e as imagens de lugar.” É um espaço dotado de significado, um espaço vivido. Assim, o conceito de lugar diz respeito às localidades onde as pessoas constroem referências pessoais por meio de relações afetivas, subjetivas, além de constituírem suas identidades e valores.

Nesse sentido, compreender o (s) lugar (es) de vivência dessas mulheres inclui refletir sobre seus modos de vida, valorizando os acontecimentos que lhe são mais próximos, como também refletir sobre aqueles de outras pessoas, povos e culturas. Além disso, é no (s) lugar (es) que ocorrem as conexões entre o local, o regional, o nacional e o mundial. Isso exige que o pesquisador esteja sempre atento aos acontecimentos globais, cuidando para relacioná-los à vivência dos sujeitos estudados, sem desconsiderar as inúmeras relações que se estabelecem entre os diferentes lugares do mundo.

## AS QUESTÕES DE GÊNERO NO MUNDO RURAL

Expandindo as discussões atreladas às espacialidades, aos lugares e às relações de gênero estabelecidas no mundo rural, faz-se necessário uma melhor compreensão sobre as relações de gênero, pois esta, muitas vezes, tem aparecido no palco das discussões atrelada à figura feminina, ou somente vinculada aos homossexuais. Ao ser associada a somente esse contexto, logo, trata-se de uma temática vista como tabu, onde poucos querem se aprofundar.

Tratando-se dessa categoria associada à geografia, as discussões parecem ainda mais restritas, demonstrando quão jovens são os debates. Scala (2010), compreende que “o gênero é – exatamente o corpo conceitual que permitiria eliminar a diferença entre os sexos. Ideia essa que vai ao encontro de autores (as) como Betty Friedan, Nancy Chodorow, Cristiane Riddiough e Alisson Jagger, que afirmaram que a raiz da opressão da mulher está em seu papel de mãe e educadora dos filhos. Por isso, deve ser liberada de ambas as tarefas, através da promoção da contracepção e do aborto.

Branco (2008, p. 105) diz que é preciso:

tentar esmiuçar o que é entendido como gênero. Quando nascemos, a primeira diferença tomada em consideração é o nosso sexo (feminino ou masculino), que serve, assim, de primeiro elemento de identificação externa. Em seguida, faz-se a distinção (clássica) entre sexo e gênero: enquanto o sexo se refere às diferenças biológicas entre homens e mulheres, o conceito de gênero está associado à construção social da identidade sexual, construção que atribui aos dois sexos diferentes papéis, direitos e oportunidades.

Já para Scott (1995, p. 30), “as abordagens até então utilizadas pela maioria dos historiadores referentes ao termo gênero, ainda são muito vagas, algumas prendendo-se a meras descrições, onde não interpreta e nem explica, e muito menos atribui uma causalidade”. O fato é que esse termo está longe de ser resumido como apenas algo limitado às construções sociais do que vem a ser homem ou mulher. Tais explicações perpassam as experiências visuais e sensoriais, ampliando o raio de atuação do estudo do gênero, frisando o caráter político e combativo que alinhava a proposta de estudo das corporeidades, gênero e poder.

Na Geografia, a temática assume maiores proporções no âmbito discursivo a partir da percepção de que a ciência está em constante reformulação. Através dessa compreensão, têm-se buscado abrir fissuras para a ampliação do tema no âmbito da ciência geográfica.

Guiada pelo objetivo de identificar as tensões de gênero na Geografia, Silva (2016, p. 508 - 509) afirma que:

O falocentrismo na geografia vem sendo denunciado, elaborando-se um discurso crítico de que a ciência é uma instituição, uma construção social, uma maneira de ver a realidade e um método de explorar o mundo. Portanto, o caráter de humanidade do sujeito produtor de ciência, seu contexto cultural e a posição que baliza seu olhar devem ser considerados no processo de criação das bases conceituais de determinado saber. Conceber a ciência a partir do feminismo implica, portanto, constituir uma prática científica desconstrucionista dos conceitos concebidos no campo geográfico, os quais foram incapazes de produzir a visibilidade de grupos sociais que ficaram invisibilizados pelo saber hegemônico.

Por meio do discurso da autora, conseguimos visualizar de modo mais intenso as denúncias que vem sendo feitas a uma geografia, branca, heterossexual, eurocêntrica e com privilégio de sexo que vinha sendo produzida e reproduzida há décadas. A partir do surgimento das geografias feministas, com embriões nos movimentos das ondas feministas, especificamente a partir da segunda onda, nos anos 60, surge, na geografia, a necessidade em superar elementos excludentes, que desconsidera as minorias.

Através dessa nova perspectiva, passa-se a buscar visibilidade nos discursos e práticas geográficas para os grupos marginalizados pela sociedade. Nos anos 70, esse

movimento é intensificado no interior da geografia com o intuito de atingir três eixos centrais: 1. Construir a igualdade entre homens e mulheres no âmbito da disciplina. 2. centrar as investigações geográficas sobre as mulheres; e 3. desafiar as filosofias, conceitos e metodologias que sustentavam a hegemonia da geografia masculina.

No entanto, a autora relata que criar novas perspectivas tem sido trabalho difícil, já que a própria construção da ciência, seus conceitos e métodos fundantes são frutos do processo de colonialismo e racionalidade moderna, oriundos do saber produzido sob a ótica masculina. Assim, o discurso masculino tem imperado hegemonicamente sobre o feminino nos escritos científicos, demonstrando o estabelecimento da hierarquia masculina sobre a feminina. De tal modo, as mulheres estão à mercê do corpo e das emoções, ao passo que os homens representam a superação desses aspectos considerados primários.

Ao analisar os estudos produzidos pelas geógrafas Silva (2007), observa que a paisagem como natureza passiva é feminina, exemplificada pela noção da Mãe Terra; em oposição, constrói-se a ideia de conquista e dominação da natureza, realizada pela razão e pelo trabalho do homem que produz o espaço. Tais construções são estabelecidas por grupos hegemônicos e conseqüentemente de suas teorias científicas, que resultam na ausência e no silêncio de determinados grupos sociais.

Assim, compreender tudo isso que nos é invisível, é reconhecer que nada é por acaso, mas sim uma forma de fazer e conceber a geografia. É nesse movimento de desconstruções de discursos históricos e excludentes que a nova geografia passa a ganhar novos e inclusivos contornos.

Assim, ao serem ampliadas as discussões que buscam superar essa geografia falocêntrica, propagadora de um discurso de dominação masculina que reforçam a discriminação social contra as mulheres, as geografias feministas vão sendo paulatinamente incorporadas ao mundo acadêmico. A relevância acadêmica de se ampliar as discussões dessa temática reside no desenvolvimento de uma reflexão que visa à superação de um pensamento arcaico de superioridade do sexo masculino em relação ao feminino.

Desse modo, as contribuições das pesquisas e discussões que veem sendo produzidas para os estudos geográficos e de gênero, se faz no sentido de propor um espaço aberto à leitura da participação da mulher em diferentes universos, especialmente no universo rural, além de analisar a projeção de contextos geográficos importantes para as discussões das relações de gênero e poder, principalmente nos assentamentos rurais, que é o foco dessa pesquisa.



Antes de traçarmos o itinerário para discutirmos a condição da mulher rural, também é necessário fazermos um resgate da condição dessa mulher em alguns espaços mundiais, até chegarmos em nossa realidade a ser estudada. Assim, ao nos debruçarmos sobre as literaturas que abordam a temática, encontramos registros de que:

Na Grécia, a mulher ocupava posição equivalente à de escravo no sentido de que tão somente estes executam trabalhos manuais, extremamente desvalorizados pelo homem livre. Em Atenas, ser livre era, primeiramente, ser homem e não mulher, ser ateniense e não estrangeiro, ser livre e não escravo. A afirmação de Platão expressa bem essa realidade: “Se a natureza não tivesse criado as mulheres e os escravos teria dado ao tear a propriedade de fiar sozinho” (ALVES E PITANGUY, 2003, p. 11).

Tendo como função primordial a reprodução da espécie humana, a mulher não só gerava, amamentava e criava os filhos, como produzia tudo aquilo que era diretamente ligado à subsistência do homem: fiação, tecelagem, alimentação, além de exercer trabalhos muito mais pesados como a prática agrícola. Nesse contexto, as atividades consideradas mais nobres, que geralmente ocorriam no espaço público o “fora de casa”, que estavam ligados a filosofia, arte e política, era considerado o campo masculino.

De tal modo, “afirmavam que “os Deuses” criaram a mulher para as funções domésticas e o homem para todas as outras” (ALVES; PITANGUY, 2003, p. 12), assim, o horizonte da mulher era limitado, onde era excluída do mundo do pensamento, e do conhecimento, atributos tão valorizados para a civilização grega.

Trazendo a discussão para uma realidade mais próxima, é preciso esclarecer que, no Brasil colonial, a condição da mulher não melhora em nada. Cuidar da casa, dos filhos e do marido ainda continuam sendo suas principais atribuições. Tais questões eram acentuadas quando se tratava de negras e indígenas que viviam de acordo com as vontades de seus “donos e senhor”, sobretudo destinadas, a serem amas de leite e objetos sexuais. Nesse contexto histórico:

as mulheres são também responsabilizadas por esse lugar que ocupa - o lar. Se o mundo do ‘interior’ da família vai mal, responsabilidade da mulher. Cabe a ela também a responsabilidade para garantir que o homem possa não se entediar nesse lugar” (MENDONÇA; RIBEIRO, 2010, p. 7).

Nessa perspectiva, podemos observar que o lar constituía um pequeno Estado onde a mulher era a administradora; contudo, esse lugar não significa, de modo algum, posição de superioridade em relação ao homem; ao contrário, amparado pelo Código Civil de 1916, o homem tem a mulher como subordinada legalmente. Assim, a mulher vai se configurando

como fruto ou resultado de uma construção ideológica determinada por instituições controladas e gerenciadas por homens; como a Igreja, a medicina e o direito.

Visando superar a opressão que incide sobre si desde tempos remotos, as mulheres, no decorrer da história, vêm buscando se mobilizar na busca de defender os seus direitos, pautados na emancipação e libertação. Assim, devemos apontar a diferenciação entre ambos os termos, desse modo:

emancipar-se é equiparar-se ao homem em direitos jurídicos, políticos e econômicos. Libertar-se é querer ir mais adiante, [...] realçar as condições que regem a alteridade nas relações de gênero, de modo a afirmar a mulher como indivíduo autônomo, independente [...] (BETTO, 2001, p. 20).

Nesse contexto, podemos apontar que a busca por tais elementos passa a se concretizar a partir das diferentes organizações dos movimentos feministas, que “possui sua origem nos Estados Unidos na década de 60 (sessenta), e logo depois, alastrou-se pelos países do Ocidente” (ALVES; ALVES, 2013, p. 2). Assim, as tendências do movimento feminista tiveram início no final do século XIX e se estenderam pelas três primeiras décadas do século XX. O movimento sufragista, que teve à frente Bertha Lutz, foi o foco da primeira tendência. Essa fase era a do feminismo “bem comportado” e sinalizava o caráter conservador desse movimento. Nesse momento, ainda não era questionada a opressão da mulher (idem).

Em sua segunda tendência, o feminismo era “malcomportado”, e reunia mulheres intelectuais, anarquistas e líderes operárias, sendo que defendia o direito à educação, abordando temas como a dominação masculina, a sexualidade e o divórcio. Por sua vez, a terceira vertente era “o menos comportado dos feminismos”, que se expressava através do movimento anarquista e do Partido Comunista. É a partir de então, que o feminismo se expande pelo mundo.

No Brasil, muitas mulheres participavam ativamente da luta contra a ditadura militar. O primeiro grupo de mulheres feministas no Brasil surgiu em São Paulo, no ano de 1972. De forma compassada, os temas relacionados ao feminismo passaram a fazer parte dos eventos e fóruns nacionais, como ocorreu na reunião da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC), em Belo Horizonte, no ano de 1975. Neste mesmo ano, aconteceram mais dois encontros, nos quais surgiram debates sobre as causas do movimento feminista, foram eles: o Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista, realizado em São Paulo e o da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, o qual deu origem ao Centro da Mulher Brasileira (ALVES; ALVES, 2013, p. 115).

Em um universo mais próximo às mulheres da colônia, é importante lembrar que na década de 1970, os seringais acreanos foram vendidos a preços irrisórios para os “paulistas”

que tinham como objetivo instalar a agropecuária na região. “Logo entraram em choque com os povos da floresta que criaram os “empates” como forma de defender a floresta e os seus modos de vida tradicionais”, (CRUZ, 2012, p. 01). Nesse sentido, o “costume passa a ser visto como um lugar de conflito de classes, na interface da prática agrária com o poder público” (THOMPSON, 1998, p. 85) que se coloca ao lado dos fazendeiros. E, nessa labuta, as mulheres e crianças tiveram um papel fundamental, pois, elas é que tomavam à linha de frente para empatar os peões dos fazendeiros de destruir a floresta, arriscando as próprias vidas.

Meio a esse contexto, no estado do Acre:

a partir de 1988, como fruto da resistência histórica e cotidiana das mulheres e da atuação de voluntárias do Movimento Leigo para a América Latina (MLAL) e do Setor Mulher da Comissão Pastoral da Terra (CPT), começaram a surgir organizações específicas dessas mulheres como Grupos de Mulheres colonas na BR 317 (sentido Rio Branco - Boca do Acre) com o objetivo de conscientizar e valorizar as mulheres, desenvolver atividades produtivas (corte e costura, artesanato, pintura em guardanapos, plantios comunitários, criação comercial de galinha caipira) aumentando a renda familiar; incentivar a participação das mulheres nas lutas reivindicatórias juntamente com os homens e conquistar a cidadania, (CRUZ, 2012, p. 01).

Assim, os movimentos feministas através de sua assídua atuação vai aos poucos se fortalecendo e ganhando espaço em território nacional, onde passam a escalar os degraus da liberdade e autonomia.

Apesar de todo o movimento feminista ocorrido no Acre, Brasil e no mundo, e de toda a força que ganhou no decorrer das décadas, ainda formamos uma sociedade preconceituosa e machista, na qual há diferenciação exacerbada entre homens e mulheres através dos papéis sociais historicamente atribuídos e que hoje se constitui objeto de questionamentos.

Mesmo mediante a alguns avanços alcançados no decorrer da história, é necessário evidenciar que as relações de gênero no Brasil ainda são pouco discutidas no âmbito acadêmico, o tratamento de tais discussões ainda é visto como grandes tabus. Se nesse universo de intelectuais e de pessoas aparentemente bem instruídas a questão ainda é tratada com indiferença, ficamos a imaginar como estas se efetivam na prática no universo rural.

Assim, ao nos aprofundarmos na questão, identificamos que no contexto rural as práticas e discursos de poder e dominação não se diferenciam, apenas acentuam-se, uma vez que o “tradicional” do modo de vida, de trabalho e das relações sociais é a marca mais forte neste espaço.

Conforme Boni (2005), a construção da identidade da mulher no campo vem sendo fortemente impregnada pelo patriarcado, qualificando o lugar social e político de mulheres e homens nas relações de produção e nas relações sociais do núcleo familiar rural.

Assim, fica reservado ao homem realizar a ligação fundamental com a terra, garantindo a ele o poder de deliberação sobre a produção, a forma de produzir, por quem e quando produzir. Dada esta sua responsabilidade de comando, os méritos financeiros e, portanto, os resultados em termos de arrecadação, quando positivos, ficam reservados a ele. Na construção cultural patriarcal do seu papel deliberativo e gerenciador, o homem assume a maioria das deliberações. Nesses moldes as mulheres que vivem no espaço rural ainda são vistas e tratadas como alguém que deve ter uma vida limitada aos afazeres domésticos, cuidando da casa, do esposo e dos filhos.

Diante desse caótico cenário de invisibilidade, opressão e controle ainda incidentes sob a vida das mulheres rurais, segundo dados do último censo populacional do IBGE (2010), tivemos a tácita demonstração da expressividade que as mulheres representam no espaço rural. Assim, em território brasileiro foram contabilizadas 14.129.837 mulheres vivendo e produzindo diretamente no campo, o equivalente a 7,4% da população, contra 83.218.972 que vivem nas áreas urbanas. Mesmo que as estatísticas demonstrem uma inferioridade em relação ao número de mulheres que vivem no campo comparadas as que vivem na cidade, não podemos utilizar esse fato para justificar a opressão, o descaso e a invisibilidade destas mulheres nas estatísticas oficiais, e principalmente no que se refere a formulação e acompanhamento de políticas públicas destinadas a elas.

No estado do Acre, a invisibilidade feminina é histórica. No entanto, estudos mais recentes demonstram que sempre estiveram presentes desde o processo de ocupação dos seringais até o estabelecimento das colônias agrícolas. Apesar da figura feminina sempre ser atrelada à “rainha do lar”, elas tiveram que ir além dessa designação. “Nesse universo, as relações de gênero foram além dos modelos estabelecidos pela cultura ocidental, pois essas mulheres que viviam no seio da “selva” tiveram que improvisar novos papéis e estratégias de vida que expressavam suas resistências e lutas (BEZERRA, 2006, p. 169). Assim, tiveram que cumprir uma dupla ou tripla jornada frente aos seus afazeres.

De tal modo, a trajetória dessas mulheres indígenas, nordestinas e de suas descendentes vem sendo esculpidas no tempo e no espaço sob os moldes de uma realidade bastante peculiar: a Amazônia-acreana. Deste o processo de emancipação do estado do Acre até os dias atuais, as mulheres vêm buscando conquistar o seu espaço no cotidiano. No entanto, ainda são vistas como pouco capazes, mesmo que no decorrer desse processo venham

provando que sabem gerenciar muito bem a sua vida e a de sua família. Deste modo, ainda são muitas vezes discriminadas no trabalho cotidiano, e recebem metade do valor que seria pago aos homens, isso ocorre principalmente, em períodos de colheita manuais de arroz, milho, feijão, confecção de farinha e etc.

Nascimento Silva (2011, p. 142), ao estudar as mulheres em diferentes contextos rurais na Amazônia brasileira, afirma que “as mulheres rurais desenvolvem várias atividades no processo de produção de mercadorias para o comércio, mas elas não participam propriamente do processo de decisão sobre as vendas e os investimentos a serem realizados na propriedade rural”.

Como pode-se perceber, a ideia da mulher como o sexo frágil, incapaz de tomar as rédeas da sua própria vida ainda são muito presentes nos contextos rurais amazônicos. No entanto, são essas mesmas mulheres “frágeis e incapazes” que se encontram e cotidianamente nos roçados, brocando, plantando, colhendo, encoivarando, e ainda assim, são vistas apenas como as que “colaboram” com o processo produtivo, logo não são consultadas sobre o possível emprego do valor apurado com as vendas da produção.

Desta forma:

por vezes, o papel da mulher é secundarizado na sociedade e, por conseguinte na agricultura. Algumas mulheres tomam a decisão de lutar contra o atual modo de produção, no qual se afirma um modelo de sociedade que relega ao universo do campo a dependência, a monocultura, o empobrecimento. Estes elementos têm sido fatores de êxodo rural, em especial para os jovens e, dentre os jovens, as mulheres, que têm seu papel inferiorizado na unidade produtiva sendo estimuladas para a migração, pois a cidade ainda é vista como um lugar que comporta possibilidades de acesso a renda e autonomia e, ainda, propicia acesso aos estudos, ao lazer, a espaços de cultura, entre outros (GUIMARÃES E MESQUITA, 2009, p. 02).

Diante das diversas violências sofridas, as mulheres do campo decidem partir para o enfrentamento, onde tomam a iniciativa de lutar contra o modelo de convívio patriarcal, pautado na inferiorização e desvalorização de seu trabalho. Constroem, assim, seus espaços de vivências e de poder, onde cotidianamente buscam conquistar autonomia e passam a buscar modelar seus espaços a seu modo, mesmo tendo que lutar diariamente contra o patriarcalismo.



## A GEOGRAFIA DOS MÉTODOS E DAS TÉCNICAS



**Figura 2.** Viveiro de germinação de hortaliças no P.A Espinhara. Bujari – Acre.  
Fonte: (MESQUITA (2017).

*No viveiro do tempo e do espaço, a geografia dos métodos e das técnicas impulsiona o caminhar em direção à rede da memória, do vivido e do experienciado pelas mulheres da colônia, cujo o lugar incorpora as várias matizes que ultrapassam o visível (MESQUITA, 2018).*



## TECENDO AS BASES METODOLÓGICAS DA PESQUISA

No decorrer desse capítulo, faremos uma breve caracterização do local da pesquisa e trataremos do método e das técnicas de pesquisa que nos conduziram às trilhas do saber geográfico para que, assim, pudéssemos desenvolver o presente trabalho, de modo a dar visibilidade às mulheres dos Projetos de Assentamentos Rurais estudados.

Nosso local de estudo trata-se de dois Projetos de Assentamento Rurais, sendo estes: o PA Espinhara II e Antônio de Holanda no município de Bujari –Acre. O primeiro é o mais antigo com cerca de vinte e dois anos de oficialização do INCRA, planejado com capacidade para comportar cento e vinte e seis famílias e fica distante cerca de quarenta e um quilômetros do espaço citadino do município.

O segundo PA é mais recente em relação ao anterior, e possui cerca de oito anos de existência e comporta cento e seis famílias. O seu grande diferencial encontra-se em todas propriedades possuírem titulação conjunta, que através da portaria nº 981/2003<sup>1</sup>, publicada pelo Incra, estabelece como obrigatória a titulação conjunta dos lotes da reforma agrária para homens e mulheres em situação de casamento ou de união estável. Um maior detalhamento desses assentamentos será efetuado nos capítulos seguintes.

Para mergulharmos nas bases metodológicas da pesquisa, é interessante levarmos em consideração o que disse Bachelard (2005, p.10-13), que esclarece: “todo saber científico deve ser reconstruído a cada momento, e que, o amor pela ciência deve ser um dinamismo psíquico autógeno”. Assim, este estudo se utilizou do método de pesquisa fenomenológico, por compreender que a fenomenologia “(...) é a tentativa de uma descrição direta de nossa experiência tal como ela é, e sem nenhuma deferência à sua gênese psicológica e às explicações causais que o cientista, o historiador ou o sociólogo dela possam fornecer” (MERLAU – PONTY, 2015 p.01-02).

Buscando auxiliar o método fenomenológico, o presente estudo se ancorou na técnica de pesquisa História Oral e foi desenvolvida de acordo com pelo menos três etapas preestabelecidas. A primeira sendo regida através da pesquisa bibliográfica, com o intuito de fazer um levantamento de dados históricos bibliográficos da participação feminina na

---

<sup>1</sup> Com a Portaria Nº 981, de 02 de outubro de 2003, a titulação conjunta da terra para áreas constituídas por um casal passa a ser obrigatória. Essa titulação já estava prevista na Constituição de 1988, mas até então não contava com instrumentos legais que a tornassem obrigatória. Por isso, apesar de ser um direito constitucional, sua implementação vinha ocorrendo precariamente. A ausência da titularidade conjunta e obrigatória gerava práticas de subordinação ao pai, ao marido ou ao irmão. As terras já tituladas também devem ter o nome da mulher. Nesse caso, as interessadas devem procurar o Incra para solicitar a inclusão do seu nome, no Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária do Incra, (MDA), disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/direito-da-mulher-%C3%A0-terra>> Acesso: 12/12/2018.

sustentação familiar nos Projetos de Assentamentos Rurais Espinhara II e Antônio de Holanda, bem como a identificação, tabulação e análise dos desafios e perspectivas das epistemologias feministas no mundo rural daquela localidade.

A segunda foi executada utilizando a técnica de pesquisa documentação direta e história oral, através da pesquisa de campo, buscando conhecer as políticas públicas disponíveis e acessadas pelas mulheres das comunidades rurais estudadas. Assim, foram realizadas pesquisas em Instituições públicas como o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), SEAPROF – Bujari (Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar), além de entrevista com lideranças do Movimento de Mulheres Camponesas do Estado do Acre – MMC. A terceira etapa, foi constituída pela realização da atividade de campo com o público alvo da nossa pesquisa: as mulheres dos assentamentos, Espinhara II e Antônio de Holanda, onde realizamos entrevistas com um total de treze mulheres, sendo oito delas do primeiro assentamento e cinco do segundo, aplicamos questionário composto por trinta e cinco questões, mesclado por perguntas abertas e fechadas. E também fizemos os registros fotográficos.



**Figura 3.** Realização de entrevistas com as colonheiras do PA Espinhara II.  
Fonte: (NASCIMENTO SILVA, 2017).



**Figura 4.** Realização de entrevistas com as colonheiras do PA Antônio de Holanda.  
Fonte: (NASCIMENTO SILVA, 2017).

Os questionários tinham como objetivo central investigar a dinâmica diária dessas mulheres, bem como sua participação nas atividades da propriedade, do assentamento, participação política, religiosa e investigar se havia a presença de hierarquias entre homens e mulheres em ambos os projetos de assentamentos rurais, foi o que intitulamos de configurações das relações de gênero e poder.

Entre os grupos de mulheres entrevistadas, tínhamos agricultoras, professoras, presidenta de associações, lideranças de igreja, além de ativistas do Movimento de Mulheres Camponesas. Desse modo, foram realizadas entrevistas exploratórias amostrais com aquelas mulheres que apresentavam maior tempo de residência nos assentamentos. E, por fim, foi realizada a tabulação e redação das informações coletadas, visando à construção de uma base teórica daquela localidade onde possa promover o conhecimento e notoriedade das agentes sociais ali presentes.

Faz-se necessário lembrar que as comunidades estudadas sempre foram meus espaços de vivências, desde a infância. Especialmente o PA Espinhara fora o lugar onde iniciei a minha vida escolar, no momento histórico em que as escolas existentes na localidade ainda eram construções de palhas com tábuas improvisadas servindo de mesas e bancos. Tal relato é trazido para esse contexto, visando evidenciar o que diz Bosi (1994, p. 38) sobre

o pesquisador participante: “a observação mais completa dos fenômenos é a do observador participante. Uma pesquisa é um compromisso afetivo, um trabalho ombro a ombro com os sujeitos da pesquisa.” Desse modo, não basta um sentimento e convivência com os grupos pesquisados, é preciso que haja uma compreensão sedimentada no trabalho comum, na convivência e nas condições de vida semelhantes.

Dando prosseguimento, mediante os métodos e as técnicas anunciados, faz-se necessário um maior detalhamento de cada um destes que foram empregados no decorrer dessa pesquisa. Iniciemos com a escolha da fenomenologia para dar voz a essas mulheres silenciadas. É sempre interessante salientar que o método é de grande importância, para que possamos atingir resultados desejáveis no decorrer de nossa pesquisa, pois é este que norteia o modo de conduzi-la.

É também pertinente esclarecermos que partilhamos da ideia sublinhada por Spósito (2004, p. 16), onde afirma que “a verdade em seu estatuto científico, é resultado das mais diferentes manifestações do intelecto humano, não existindo uma verdade absoluta que reflita qualquer ou todo conhecimento.” Seguindo essa lógica, compreendemos que nada em nossa realidade encontra-se desconectado, tudo é uma teia.

Desse modo, devemos desconfiar de determinadas “fórmulas” que conduzem o pesquisador ao “conhecimento verdadeiro. Para que possamos dar continuidade a essa pesquisa, centrada nos estudos geográficos que considera o método um aporte que auxilia na investigação do fazer científico, consideramos que é preciso inicialmente discuti-lo.

Nesse contexto, buscando definir o que se compreende por método, Spósito (2004, p. 26) diz que:

Método é a forma de proceder ao longo do caminho. Na ciência, os métodos constituem os instrumentos básicos que ordenam de início pensamentos ou sistemas, traçam de modo ordenado a forma de proceder do cientista ao longo de um percurso para alcançar um objetivo.

Assim, fica evidente que, para a construção do conhecimento científico, se faz necessária a escolha eficaz do método mais adequado para a realidade estudada. Ou seja, o pesquisador precisa de uma trilha que lhe dê acesso aos fatos e proposições que pretende evidenciar, caso siga a trilha errada, corre grandes riscos de perder o norte no decorrer do percurso e chegar a um lugar qualquer, muito diferente daquele previamente calculado.

Galliano (1979, p.6) vê o método como sendo “um conjunto de etapas, ordenadamente dispostas, a serem vencidas na investigação da verdade, no estudo de uma ciência ou para alcançar determinado fim.” Sistemáticamente, pode-se avaliar que a questão do método



trata-se de um modo sistemático de se analisar uma determinada realidade a partir de um ponto de vista. Nessa perspectiva, não se pode negar que este é o ponto primeiro na diferenciação das correntes do pensamento, pois desse modo vai sendo condicionado todo o processo de análise.

Contudo, vale salientar que o método não se constitui algo similar a receita de um bolo, onde se você segui-la fielmente, as regras deste método vão levar o pesquisador ao conhecimento verdadeiro, como um dia afirmou Descartes. Nessa linha de raciocínio, Marradi (2002) também reitera que não existem procedimentos que indiquem ao cientista como começar, como proceder, a que conclusões alcançar.

Assim sendo, é interessante ter-se em mente que os métodos não são unos, estes constituem possíveis e diferentes trilhas que podem auxiliar na busca do conhecimento, o que vem a enriquecer mais ainda o processo de busca. Nessa lógica, o alemão Kriz (1988) critica a unicidade do método defendida por alguns teóricos, e afirma que a ideia de um único método poderia acrescentar a confiança dos pesquisadores nos próprios resultados, mas se diminuiria a predisposição de se perguntar se os procedimentos adotados possuem algum sentido.

Nesse cenário discursivo, diferentes teóricos estreitam e alargam pontos de vistas, destarte, entre distanciamentos e aproximações, uma coisa é unânime entre os teóricos: o método constitui o único caminho para o conhecimento.

## VEREDAS FENOMENOLÓGICAS

Como visto no tópico anterior, existem múltiplos métodos de pesquisa para que o cientista possa escolher aquele que melhor se adeque aos sujeitos de sua pesquisa, visando atingir os seus propósitos. Contudo, não podemos negar que o caminho a ser seguido nunca encontra-se extremamente pronto, é preciso caminhar para que ele seja esculpido.

Nessa pesquisa, não foi diferente, pois trabalhar com as questões de gênero é sempre um grande desafio, pois se trata de uma temática complexa e ainda considerada por muitos um tabu. Mediante a essa questão, enfrentamos alguns obstáculos para a concretização desse estudo.

O primeiro obstáculo a ser superado se tratou do processo de amadurecimento perceptivo do pesquisador, para que assim, pudéssemos enxergar gênero na geografia, pois até então, nós enquanto pesquisadores não havíamos tido contatos com a literatura sobre a temática, por se tratar de uma área de estudo no âmbito geográfico pouco difundida. Os

estudos de gênero no âmbito acadêmico no máximo aparecem como disciplina optativa em poucas universidades, ou em uma e outra palestra. Mas, aos poucos, fomos percebendo a dimensão que são os estudos de gênero no campo da ciência geográfica. Mas, ainda há a invisibilidade feminina no discurso geográfico.

Após notarmos esse vazio no campo da Geografia, passou a fazer muito mais sentido a frase mencionada por Michel Foucault (1988), de que é necessário prestar atenção nas ausências e aos silêncios porque eles protegem a força e o poder do discurso hegemônico. Desse modo, podemos ter uma ideia geral da dimensão do problema. Se tudo é espaço, como então explicar a ausência das epistemologias feministas no discurso geográfico por centenas de anos? No caminho crítico pela luta da visibilidade feminina na geografia, fez-se necessária a escolha da temática de gênero para a realização dessa pesquisa e também a escolha da fenomenologia como método de estudo, pois essa permite uma descrição e análise de como as coisas e os objetos se apresentam à consciência, o que promove maior visibilidade dos fenômenos estudados.

A escolha da fenomenologia também se deve pelo fato desta se propor a descobrir as significações originárias como uma trajetória em direção à compreensão humana: por consciência em presença de sua vida irrefletida nas coisas.

Ainda sobre o método fenomenológico, faz-se necessário fazermos um breve mergulho em sua trajetória, bem como a trajetória de uma geografia fenomenológica. Esta por sua vez, surge para preencher lacunas até então vazias no que se refere a integração dos seres humanos como atores sociais, dotados de cultura, de hábitos de costumes de simbologias de crenças e de toda uma riqueza que transcende qualquer método positivista e cartesiano. Com o surgimento dessa nova abordagem de um geografia fenomenológica, têm-se buscado imprimir uma “visão sistêmica aos fenômenos, onde a relação entre o indivíduo e o espaço é responsável por características subjetivas relacionadas à percepção e à visão de mundo” (ALVES, 2017. p. 51).

Merleau-Ponty (2006, p. 1), em sua obra a fenomenologia da Percepção diz que:

A fenomenologia é o estudo das essências, e todos os problemas, segundo ela, resumem-se em definir essências: a essência da percepção, a essência da consciência, por exemplo. Mas, a fenomenologia é também uma filosofia que repõe as essências na existência, e não pensa que se possa compreender os indivíduos e o mundo de outra maneira se não a partir de sua “facticidade”, É uma filosofia transcendental que coloca em suspenso, para compreendê-las, as afirmações da atitude natural, mas é também uma filosofia para a qual o mundo já está sempre “ali”, antes da reflexão. É a ambição de uma filosofia que seja uma “ciência exata”, mas é também um relato do espaço, do tempo, do mundo “vividos”.

Após a definição e esclarecimento do autor do que se trata a fenomenologia, conseguimos compreender melhor sua escolha para nortear a nossa pesquisa. Assim, podemos compreender que a geografia está em tudo, até mesmo onde *a priori* não chegamos imaginar. Vimos que esta consegue investigar realidades transcendentais, ou seja, para além do aparente. O mais interessante dessa escolha metodológica é que ela permite-nos valorizar os sentimentos, e as percepções que as mulheres pesquisadas possuem dos seus espaços e de seus lugares de vivência cotidianas. Assim, buscamos analisar e destacar as experiências diretas.

Retomando aos desafios apresentados no decorrer desse estudo, cabe-nos relatar que em alguns casos as entrevistadas não se sentiram à-vontade para relatar suas experiências cotidianas, bem como os enfrentamentos diários, pois os seus companheiros faziam questão de acompanhá-las no decorrer das entrevistas, chegando a responder algumas das questões direcionadas às esposas, tratava-se de uma forma de intimidá-las e desse modo, as impedir de compartilhar os relatos das violências sofridas.

No entanto, essa conduta nos revela que mesmo diante da ausência dos relatos dessas colonheiras que comprovem tais relações de poder sobre essas mulheres, conseguimos fazer a leitura nas entrelinhas do contexto presenciado. Pois tais atitudes revelam um tipo de violência contra essa mulher rural que passa ao contexto de subalterna.

Entre uma conversa e outra, nos arredores da plantação e distante do marido, uma das entrevistadas revela:

É que eu não quis contar na frente dele, mas ele há dois anos me abandonou aqui na colônia e foi morar com uma outra mulher. Eu fiquei sozinha cuidando de tudo juntamente com meu filho pequeno, tendo que plantar, criar, levar para a feira, e agora depois de todo esse tempo ele voltou e pediu pra ficar, findei que aceitei ele de volta. Na sexta-feira é o dia em que trabalho mais, pois é o dia em que tenho que arrancar mandioca, amarrar cheiro verde, amarrar alface, tirar pimentinha, entocar tudo. No outro dia, eu vou sábado de madrugada para a feira, fico até meio dia, as vezes até uma hora. Quando chego em casa, vou trabalhar mais ainda, pois tenho que fazer tudo de novo (S. L. Moradora do PA Antônio de Holanda).

No decorrer dessa entrevista constata-se claramente quem é a chefe da família na propriedade rural, ou seja, quem mantém a casa, não raro nos discursos masculinos finda predominando um discurso da “ajuda” feminina.

Essa realidade não se resume a somente a um caso isolado, trata-se de apenas uma amostra do que é vivenciado pelas mulheres da colônia, jornada dupla de trabalho, o cuidar da casa, da roça, dos filhos, do marido, e do sustento da família e ainda por cima a convivência com a violência. Nesse contexto, nos apegamos a pensar que verdadeiramente, sim, o pesquisador não possui uma fórmula pronta para chegar a determinados resultados,



pois trata-se de fenômenos arraigados nesses espaços de poder. Desse modo, fazer a leitura o mais próximo da realidade sem desviar o caminho é a própria fórmula.

## A FENOMENOLOGIA E O ESPAÇO

É consensual que não vivenciamos um mundo geográfico homogêneo ou estritamente particular. Ao contrário, estamos tão envolvidos neste que, para nós, ele possui um determinado grau de compreensão, seja de ordem macro ou de ordem micro, demandando múltiplas formas de tradução dos espaços em escala indefinida. Essa configuração pode ser interpretada de diferentes maneiras, principalmente no que se refere a questões afetivas e familiares. Por exemplo, o modo com que nos relacionamos com um determinado grupo de recém-conhecidos é bem diferente da forma com que tratamos e interagimos com os membros familiares, ou mesmo o modo como as mulheres da colônia administram a sua propriedade é bem distinto daquele adotado por outros segmentos do universo rural, para administrar seus espaços de vivência.

Desse modo, para Relph (1979, p. 8), “em uma perspectiva fenomenológica, os espaços não são vazios, abandonados, aos quais se atribuem, por vezes, qualidades e significados, mas são os contextos necessários e significantes de todas as nossas ações e proezas”. Assim, podemos apreender que o espaço não é uma forma geométrica na qual nos movimentamos e que percebemos separadamente de nós. Nesse sentido, nós não somente apreendemos o espaço, mas vivemos e imprimimos quem somos neste. Consequentemente, cada um pode interpretar o espaço de forma distinta, atribuindo a ele interpretações variadas, conforme nossas representações e identidades vistas em sua dimensão dialógica.

No caso das mulheres da colônia, o espaço rural representa seu local de vivência cotidiana. Representa, ainda, o lugar de onde podem retirar o seu sustento e de sua família. Onde, por exemplo, conseguem produzir da terra em consórcio com o seu trabalho, alimentos que na cidade para se obter teriam que comprar. Esse espaço também significa um palco no qual essas mulheres, na maioria dos casos, sentem-se valorizadas, seja através da oportunidade em liderar as atividades de uma igreja aos domingos, ou por simplesmente participar como membro de uma associação de moradores.

Esse contexto encontra-se intimamente ligado ao que Tuan (1980, p. 107) denominou de topofilia, que incluiria “todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente

material. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão”.

O autor acrescenta, ainda, que as respostas ao meio ambiente podem ser de natureza estética, tátil ou sentimental, e revela que “mais permanentes e mais difíceis de expressar, são os sentimentos que temos para com um lugar, por ser o lar, o *lócus* de reminiscências e o meio de se ganhar a vida”.

Nesse contexto, o sentimento topofilico entre as mulheres da colônia são variáveis. Trata-se de uma mistura de “amor e ódio”. Amor pelo apego que estas nutrem ao seu lugar de vivência e sobrevivência, e ódio no que se refere às condições de permanência em suas localidades, onde, no decorrer da vida, algumas barreiras vão sendo impostas em seus caminhos, que vai desde as condições de trabalho no campo, até as relações de gênero e poder nos assentamentos. Neci Nogueira (2017) expressa sua angústia argumentando que:

Além de não ter estrada para tirar a minha produção, eu também não tenho ninguém pra me ajudar. Os meus filhos saíram pra estudar porque aqui não tem estudo pra eles. Aí, o meu roçado de roça com oito mil covas de roça tá se acabando tudim. Já pensou? Oito mil cova de roça se acabando, tanto suor derramado, trabalhei muito, deixei no limpo zeladim, cada uma mandioca mostra se acabano (Depoimento de Dona Neci Nogueira (18/07/2017).

Assim, através da interpretação desse contexto, torna-se possível o exame dos caminhos pelos quais se constitui a tessitura do modo de vida das mulheres da colônia, cabendo a reflexão de que é possível identificar uma outra via de acesso ao que Tuan convencionou denominar de topofobia. Esta, por sua vez, refere-se à descrição deste momento de conflito e de experiência negativa em relação a um “lugar”. Nesta situação, não se observam referências de desconstrução do lugar pelo aparecimento da relação negativa com ele, uma vez que os sentimentos negativos só se dão também quando há ligação entre sujeito com o “seu” espaço (TUAN, 1980).

O processo de interligação entre os agentes sociais e o espaço faz-se, assim, mediante as redes de imbricação estabelecidas entre eles, fomentando o ir e vir da experiências dos seres humanos dotados de finalidades cuja razão de ser agregam os pactos das relações interesaciais. Com isso, notabiliza-se a interação do agir social com as demandas espaciais, com especial relevo na atmosfera dos saberes intergeográficos da memória coletiva.

É assim que a fala de Neci puxa o fio da representação do espaço como movimento prospectivo para reorientar o fluxo das interpretações geográficas. O discurso de mulheres colonheiras vai além do mero exercício das lembranças, antes sim aprofunda e amplia a cartografia de experiências nascidas do mundo das trocas intersubjetivas. O ir além não

significa apagar o passado, mas fazê-lo vir à tona no presente para rascunhar um futuro alinhavado pelo desvio das centricidades, com vistas a abrir os micro e macroespaços da voz de mulheres em contínua metamorfose.

## CONTRIBUIÇÕES DA HISTÓRIA ORAL

Levando em consideração o espaço como uma construção social formado por aspectos culturais, entendemos que, para a compreensão das espacialidades, é indispensável trabalhar com agentes sociais do *lócus* da pesquisa. Desse modo, focar esses agentes implica reconhecer a importância epistemológica dos aspectos subjetivos dos seres humanos, bem como crenças, valores, simbolismos. Esses são elementos representados por intermédio da oralidade, constituindo questão de relevo para a História Oral nos estudos humanísticos e culturais.

Nesse sentido, podemos resgatar que não é de hoje a utilização de entrevistas para a formulação de argumentos que são passados de geração para geração. No decorrer de sua vida, as pessoas utilizam suas experiências e preceitos por intermédio da oralidade para transmitir seus ensinamentos considerados mais relevantes. No entanto, estudiosos do campo da História Oral advertem que a riqueza procedimental da técnica de campo do conhecimento não deve ser confundida com entrevistas, que são caracterizadas por um número mínimo de objetivos e formalidade. Buscando conceituar História Oral, Mehy (2005, p. 17-19) enfatiza que:

pode-se, em nível material, considerar que a história oral consiste em gravações premeditadas de narrativas pessoais, feitas diretamente de pessoa a pessoa, em fitas ou vídeo, tudo prescrito por um projeto que detalhe os procedimentos. (...) O projeto prevê: planejamento da condução das gravações; transcrição; conferência da fita com o texto; autorização para o uso; arquivamento e, sempre que possível, publicação dos resultados, que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas. (...) Atualmente, a história oral já se constitui em parte integrante do debate sobre a função do conhecimento social (...).

Mediante ao exposto, observa-se que passou a ocorrer um refinamento da forma como as entrevistas pautadas na informalidade, passaram a ser tratadas, até chegar ao que se denomina, atualmente, como a História Oral. Nesse contexto, as narrativas vistas anteriormente como algo simples, passam a ganhar um caráter científico. Por sinal, muito utilizada nas ciências humanas, com acento especial para a ciência geográfica, no âmbito da geografia humanística e cultural.

O vínculo com histórias do passado, associado à necessidade em se registrar as experiências vividas por intermédio de gravadores e outros meios de transmissões mecânicos, facilitou a democratização e o acesso à informação, servindo de embasamento para a “moderna” história oral. Essa se constitui a partir de critérios em um contexto de pós Segunda Guerra Mundial.

Fogueira (1994, p. 6 - 7) acrescenta que a história oral se trata de um:

Conjunto de los hechos ocurridos em tempos passados. Narración de los hechos passados. Y respecto al vocablo oral: expressado com palavras habladas. La historia oral es esto y mucho más. La historia oral se utiliza en estos términos, no para definir um determinado tipo de historia, basada exclusivamente em la tradición oral, sino para definir uma técnica específica de investigaci3ns contemporánea.

Mesmo com as evidências de que a técnica ou o método da história oral pode ser visto como uma forma prática e eficiente de se contribuir com a ciência, ela ainda passa por diferentes debates. Entre os temas de discussão, encontram-se o objeto da história oral, sua aplicação nas principais áreas da história, a sua relação com outras disciplinas e, principalmente, a confiabilidade das informações coletadas.

O fato é que não se pode negar a sua contribuição no que concerne à recuperação de testemunhos de sujeitos que viveram e protagonizaram fatos históricos de grande relevância e interesse social. Assim, Fogueira (1994, p. 7) acrescenta que:

Una forma de entender el posible carácter renovador de la historia oral consiste em considerar que esta permite una mayor aproximaci3n a la realidad de aquellos grupos sociales alejados de las esferas de poder y que por ello no han dejado testimonio escrito de su experiencia y su participaci3n em la Historia.

Nesse sentido, busca-se reconhecer o lugar de destaque dessa técnica de pesquisa, onde, através desta via de acesso, se pode dar voz aos sujeitos silenciados. Inclusive, um dos propósitos desse estudo é permitir que as mulheres colonas, com a oralidade, registrem suas vivências. Essa é uma vereda que permite romper barreiras de sujeitos silenciados e que, agora, terão a oportunidade de ser protagonistas na escritura da história individual e coletiva.

Nas palavras de Ki-Zerbo (1990, p. 10):

“... a tradiç3o oral é de longe a fonte histórica mais íntima, mais rica, mais bem nutrida com a seiva da autenticidade. A escrita, embora útil, congela, resseca... decanta, disseca, esquematiza e petrifica... A tradiç3o oral reveste de carne e de cores, irriga de sangue o esqueleto do passado (grifo nosso). Apresenta em três dimensões o que é frequentemente achatado sobre a superfície bidimensional da folha de papel.

Em sua fala, o autor deixa clara a riqueza e relevância da História Oral para as sociedades. Trata-se de um suporte de pesquisa que apesar de ainda não haver um consenso entre os autores em relação a qual termo devemos nos referir (seja como método ou técnica), este compõe uma fonte integral com metodologia bem estabelecida que permite os sujeitos não se limitarem ao tempo, pois constitui a sedimentação histórica dos relatos orais através das gerações.

Em seus escritos, Marilene Chauí (1979), ao se referir à qualidade tridimensional da história oral, enquanto objetiva, subjetiva e social, enfatiza que a história oral desvenda a história do oprimido sufocada pela história oficial, triunfalista e do vitorioso. Desse modo, é enfatizado que a história oficial oprime a memória porque sufoca a lembrança. Assim, o discurso individual tem o poder de dismantelar alocações orquestradas por determinados sujeitos e instituições. No entanto, não se pode assumir uma visão homogênea dessa voz individual, pois esta carrega em si instâncias de poder.

Nesse contexto, visando contribuir com a ciência, utilizando como aporte a história oral, o pesquisador deve ter o compromisso em planejar minuciosamente ações que visem ofertar as condições necessárias para se reconstruir por uma linha de acesso às memórias silenciadas. Tal vez, esse pesquisador deva se utilizar de estratégias de aproximação com os sujeitos pesquisados, não no sentido de criar essa situação amistosa somente para extrair as informações, mas tornar o contexto agradável e estabelecer um vínculo de amizade e confiança com os recordadores.

Como mencionado anteriormente, a história oral constitui por si, um método ou técnica, de extrema relevância para os estudos de gênero, uma vez que não há como avançar nos estudos das geografias feministas sem que, antes, nos submetamos às memórias, porque sem estas, torna-se difícil a construção das identidades.

A memória, por sua vez, é descrita por Jacques Le Goff (1996, p. 18) como:

a capacidade de conservar determinadas informações, remetendo a uma complexa função psíquica. Ela capacita a humanidade a ter condições de atualizar impressões e informações do passado, de compreender e produzir ideias, de transmitir experiências e de definir-se a si mesma, ou seja, ela intervém no processo social.

Desse modo, para darmos prosseguimento às nossas discussões, compreendemos que se constitui relevante esclarecer que a história oral, no decorrer desse estudo, é tratada como técnica que contribuirá para o conhecimento e compreensão das memórias. Assim, por técnica, compreendemos que se trata do “conjunto de procedimentos bem definidos, destinados a produzir determinados resultados; liga-se, pois, diretamente à prática, à ação,

mas também e, de maneira fundamental, aos resultados a que se quer chegar, (QUEIROZ, 1991. p. 56). Nesse contexto, o desenvolvimento da história oral como parte integrante de um método de investigação participativo, se expande como uma promissora estratégia em dar visibilidade aos sujeitos, e as suas ações espalhadas no espaço e no tempo.

Ao falarmos de memórias femininas atreladas à técnica da oralidade, não podemos esquecer que as discussões sobre as memórias femininas associada a essa técnica se expandiram a partir da década de 1980, onde foi visível a tentativa de dessencializar a memória feminina. O reflexo de tal tentativa é a sua imunidade no decorrer da historicidade.

A esse respeito, Tedeschi (2015, p. 3) diz que:

Diversas perspectivas têm insistido na ausência de uma identidade coletiva das mulheres, mas, na tentativa de escapar de uma identidade ancorada nos componentes biológicos do feminino, acabaram por afirmar uma “verdade”, na qual o social deriva do biológico, tornando-as “pequenas” sombras na história.

É muito comum encontrarmos, nos escritos, afirmações que remetem à diferenciação entre memórias masculinas e memória femininas, geralmente embaraçadas por relações sociais de poder e que resultam em papéis sociais distintos. Michelle Perrot (1989, p. 33) reconhece que “no teatro da memória, as mulheres são uma leve sombra.” Nesse contexto, a autora segue expondo que a narrativa tradicional lhe dá pouco espaço, justamente na medida em que privilegia a cena pública, a política, a guerra, onde elas dificilmente aparecem. Assim, traz à baila o fato de o problema das narrativas das memórias femininas ser mais grave do que aparenta. Trata-se de um problema que está na fonte, ou seja, os registros primários são inexistentes ou muito escassos.

Mediante a constatação da vasta ausência nos escritos referentes à presença feminina, os pesquisadores passam a colocar em evidência essa temática. Assim, foi possível analisar de que maneira, em distintos momentos do passado, as tensões, e os acontecimentos eram registrados, narrados e escritos, focalizando as relações entre homens e mulheres. Tedeschi (2015) reconhece que a “historiografia oficial atuou como uma eficaz ferramenta de dominação e de justificação das estruturas existentes, baseadas em uma ideologia posta a serviço do patriarcado.” Dessa forma, os setores que se encontravam à margem da sociedade, como é o caso do feminino, foram protagonistas ativos da história, no entanto, foram ocultadas e silenciadas de modo intencional como um segmento social qualquer desmemoriado.

Para Silva (2016), essa prática hegemônica se dá pelas relações de poder que são praticadas sob o conjunto social. Contudo, os grupos subordinados são ativos e exercem um

contrapoder à ordem estabelecida. O poder apresenta fissuras e implica múltiplos feixes de relações. Assim, a subordinação das pessoas ao discurso hegemônico se estabelece por meio de tensões, que desestabilizam a pretensa universalidade científica. Nesse sentido, surgem, no âmbito geográfico, as geografias feministas, pensadas para destronar a crença fundamentalista da universalidade do saber geográfico estabelecido, aparentemente conformado em sua zona inerte. Nessa lógica, apresentam-se novas versões científicas que visam dar visibilidade aos grupos sociais até então inferiorizados pelo poder dominante.

Assim, a valorização da história oral que permite a inclusão e o resgate de memórias congeladas no tempo, sem a mínima oportunidade de antes terem sido registradas e visibilizadas, expressa um novo estágio da ciência geográfica. Momento esse que representa o rompimento de estruturas de poder hegemônicas, que desconsideram o saber informal, o saber marginal, o saber esquecido. Representa a saída dessas mulheres do anonimato e o início de uma nova era em que a liberdade de expressão é uma garantia.

Ao serem questionadas as ausências das mulheres nos diferentes espaços e alcances sociais, inclusive dentro das narrativas, é colocado em cena um conjunto de problemas que se constituem categorias relevantes para a historiografia: “o tempo, o trabalho, o valor, o sofrimento, a violência, o amor, a sedução, o poder, as representações, as imagens, o real, o social, o político, a criação e o pensamento simbólico” TEDESCHI (2015, p. 334).

Nessa acepção, a história oral constitui a ponte que dá acesso às historiografias feministas. Ao se falar em história oral, trata-se da sistematização de uma teia de vivências que tecem a identidade do sujeito que oraliza. Nesse sentido, a história oral se configura como uma valorosa ferramenta que viabiliza o trânsito pelo oceano da memória contada, que valoriza as experiências femininas, dando voz a tais sujeitos silenciados, massacrados e oprimidos.

Desse modo, não se pode negar a existência de uma significativa contribuição da história oral para com as geografias feministas. Uma vez que, as fontes de memória dessas mulheres por décadas desconsideradas, permite através de suas percepções, apontar as estruturas de poder, nas quais, trazem à luz uma história silenciada. É interessante lembrar que, a medida em que uma mulher narra a sua história, não necessariamente, estará narrando somente um fato individual, pois “o coletivo dessas memórias está marcado por tradições herdadas e memórias individuais, com alguma organização social e uma estrutura dada por códigos culturais compartilhados” (TEDESCHI, 2015. p. 336).

Nessa perspectiva, a História Oral simboliza para a história das mulheres e para os estudos de gênero, a abertura de outros itinerários que permite avançar democraticamente



à porta da liberdade, reconhecendo que a história oficial frequentemente marginaliza e exclui sujeitos, processos e narrativas, criando falsos acontecidos e invisibilizando os verdadeiros sujeitos produtores dos espaços e das memórias.

Assim, no decorrer desse estudo utiliza-se a História Oral com ênfase às teorias de José Carlos Sebe Bom Meihy, que busca valorizar a democratização da História Oral no Brasil e América Latina como um todo. Nesse contexto, o teórico vê este método ou técnica de pesquisa como a forma de diálogo com a sociedade, portadora de denúncias sociais e formuladora de base para as políticas públicas. Assim, diz que “a marca urbana da história oral brasileira ainda está muito presente, havendo carência de estudos de setores rurais (MEIHY, 200, p. 94). Nessa perspectiva, para auxiliar no processo de visibilidade de como são estabelecidas as relações de gênero e poder nos assentamentos rurais, evidenciados anteriormente, com ênfase para a dominação patriarcal, adotaremos a História Oral para dar voz aos sujeitos sociais silenciados envolvidos nesta pesquisa.

Sabe-se que as relações de poder são determinantes para o progresso ou a supressão daqueles que não os possuem. Essa limitação é sentida por intermédio de diferentes sintomas, bem como, discriminação, exclusão, marginalização, liquidação física, psíquica ou cultural de agentes sociais. Contribuindo com essa questão, Boaventura de Sousa Santos (2017) nos instiga a pensar que, ao contrário do que imaginamos, a independência política das antigas colônias europeias não significou o fim do colonialismo, significou apenas a substituição de um tipo de colonialismo (o colonialismo de ocupação territorial efetiva por uma potência estrangeira) por outros tipos (colonialismo interno, neocolonialismo, imperialismo, racismo, xenofobia, etc.).

Nessa perspectiva, o nosso intuito enquanto pesquisador é buscar diminuir as diferenças entre os gêneros, através da produção e divulgação de estudos sobre as temáticas que abrangem grupos sociais que encontram-se à margem da sociedade. Nesse estudo em específico, buscamos enfatizar a posição ocupada pelas mulheres colonheiras nos assentamentos rurais Espinhara II e Antônio de Holanda na Amazônia-acreana.

## GÊNERO E PODER: O COTIDIANO FEMININO NO P.A ESPINHARA II



**Figura 5.** Registro efetuado no limite final do PA Espinhara II com a Floresta do Antimary  
Fonte: (NASCIMENTO SILVA e MESQUITA, 2017).

*Antes era o homem quem comandava, a mulher cuidava da casa, dos filhos e do marido, agora no mundo geral é o que vier. Mas eu sempre trabalhei no pesado, quando morava em seringal e trabalho até os dias de hoje no meu roçado. Eu mesma meto a cara, broco, enfrento tudo eu não tenho esse negócio de esperar por marido vir fazer não, (Deuzuíte de Souza Nascimento, 54 anos).*

Como visto no capítulo anterior, a História Oral é uma importante ferramenta que o/a pesquisador/a pode utilizar para dar voz aos sujeitos/as da pesquisa silenciados/as no decorrer de diferentes tempos. Por seu intermédio, tem-se a oportunidade de se registrar a voz dos/das sujeitos/as pesquisados/as, e, através dela, a vida e o pensamento destas pessoas. Esse registro permite o/a pesquisador/a acessar as memórias pessoais, sociais, coletivas e familiares.

Trata-se de uma excelente ferramenta para identificar as possíveis relações de poder enraizadas no cotidiano das agentes colaboradoras da pesquisa. Desse modo, no decorrer desse capítulo, buscaremos apresentar a contextualização e os resultados das atividades de campo realizadas no PA Espinhara II no decorrer dos anos 2017 e 2018, bem como enfocaremos as falas, as percepções e as relações cotidianas das mulheres da colônia em suas mais íntimas vivências.

Estaremos acompanhando a condição da mulher colonheira estruturada no tempo e no espaço, assumindo traços, valores, cultura, religião, tradições e ativismo político. Entretanto, para que possamos chegar aos tópicos mais específicos onde trataremos de modo verticalizado as informações coletadas diretamente da fonte no PA Espinhara II, faz-se necessária uma breve contextualização.

## MEANDROS E ARTIFÍCIOS DO PODER

Nesse contexto, falar de gênero e poder é falar do modo hierárquico como são estabelecidas as relações de poder nas propriedades e no assentamento como um todo. Tal manobra engloba desde o processo de planejamento, execução e fortalecimento de atividades rotineiras dentro do assentamento rural, até o modo como são acessadas as políticas públicas voltadas para essa comunidade. Assim, julgamos necessário esclarecer que “o gênero constitui uma construção social, abordando as relações de poder entre homens e mulheres. Essas relações variam em diferentes sociedades e culturas, e mesmo dentro de uma mesma sociedade. Portanto, não são fixas” (SARTORI, 2004, p. 57).

Nessa perspectiva, para que possamos dar prosseguimento nas discussões, é preciso também compreendermos o que é o poder e como ele se institucionaliza nos diferentes âmbitos. Desse modo, ao investigarmos, identificamos que a palavra poder possui origem que advém do latim “vulgar potere, substituído ao latim clássico posse, que vem a ser a contração de potis esse, “ser capaz”; “autoridade” (FERREIRINHA; RAITZ, 2010, p. 3).

Nesse contexto, podemos perceber que a palavra poder sempre aparece associada a dominação, sobreposição, controle, regulação e demais substantivos. Nos demais dicionários, bem como o de filosofia e política, a palavra também surge como sinônimo de autoridade e obediência.

Para Raffestin (1993, p.52) o poder encontra-se “presente em cada relação, na curva de cada ação: insidioso, ele se aproveita de todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração do ser humano.” Assim, contata-se que este é considerado perigoso demais, pois é muitas vezes invisível e acredita-se que já é derrotado, no entanto, ainda se encontra enraizado em diferentes instâncias inclusive dentro dos lares. Outrossim, este torna-se perene, pois deixou de ser visível e tornou-se consubstancial com todas as relações dos indivíduos. Em outras palavras, também podemos identificar que as relações de poder são marcadas por sobreposições e favorecimentos que reprimem a natureza da pessoa humana, dos indivíduos, dos instintos e de toda uma classe.

No caso das mulheres da colônia, essas relações são facilmente identificadas em diferentes momentos. Entre estes, encontra-se: a) o trabalho feminino atrelado ao companheiro ser considerado como uma ajuda, b) a opinião do homem sempre estar em primeiro lugar em relação ao que fazer com o dinheiro das vendas da produção, c) as atividades domésticas: lavar, cozinhar, passar, cuidar das plantas, das crianças, dos animais sempre ser considerada tarefas femininas; d) as visitas técnicas serem em sua maioria direcionadas à figura masculina, e) os créditos rurais bem como os PRONAFS possuírem valores abruptamente discrepantes naqueles que são destinados às mulheres; f) no decorrer da construção das moradias e cômodos domésticos a palavra final a ser levada em consideração, na grande maioria das vezes ser a dos homens; g) a presidência das associações nos assentamentos ser mais de oitenta por cento ocupadas por homens.

Trata-se de uma série de particularidades comuns ao cotidiano, que aparentemente são tão “naturais” que aos olhos da maioria das mulheres da colônia essas questões soam como algo comum e aceitável, pois as vivenciam há décadas. Em tal acepção, verifica-se a imagem de mulheres silenciadas, exploradas e que possuem grande poder de resistência.

Foucault (1980, p. 19 - 122) acrescenta que:

o poder está em todo lugar; não que englobe tudo, mas vem de todos os lugares, portanto, seria inútil procurar o poder "na existência original de um ponto central, num centro único de soberania de onde se irradiariam formas derivadas e descendentes, pois é o alicerce móvel das relações de força que, por sua desigualdade, induzem sem cessar a estados de poder, porém sempre locais e instáveis. O poder é produtor de individualidade. O indivíduo é uma produção do poder e do saber.



Nesse contexto, evidencia-se o fato de o poder ser o pivô existencial das desigualdades em diferentes âmbitos. Assim sendo, as questões de gênero não estariam isentas desse processo. A propósito, Schaeffer (2003, p. 56), amplia essa noção ao afirmar que “o poder se manifesta por ocasião da relação. É um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois pólos fazem face um ao outro ou se confrontam.” Desse modo, mediante as forças geradas por intermédio dos conflitos e resistências entre ambos os atores sociais criam um campo de poder. E no contexto das mulheres da colônia, enxergamos esse discurso como o fio condutor que adentra o universo rural para esmiuçar teoricamente o que habita rotineiramente àquele universo.

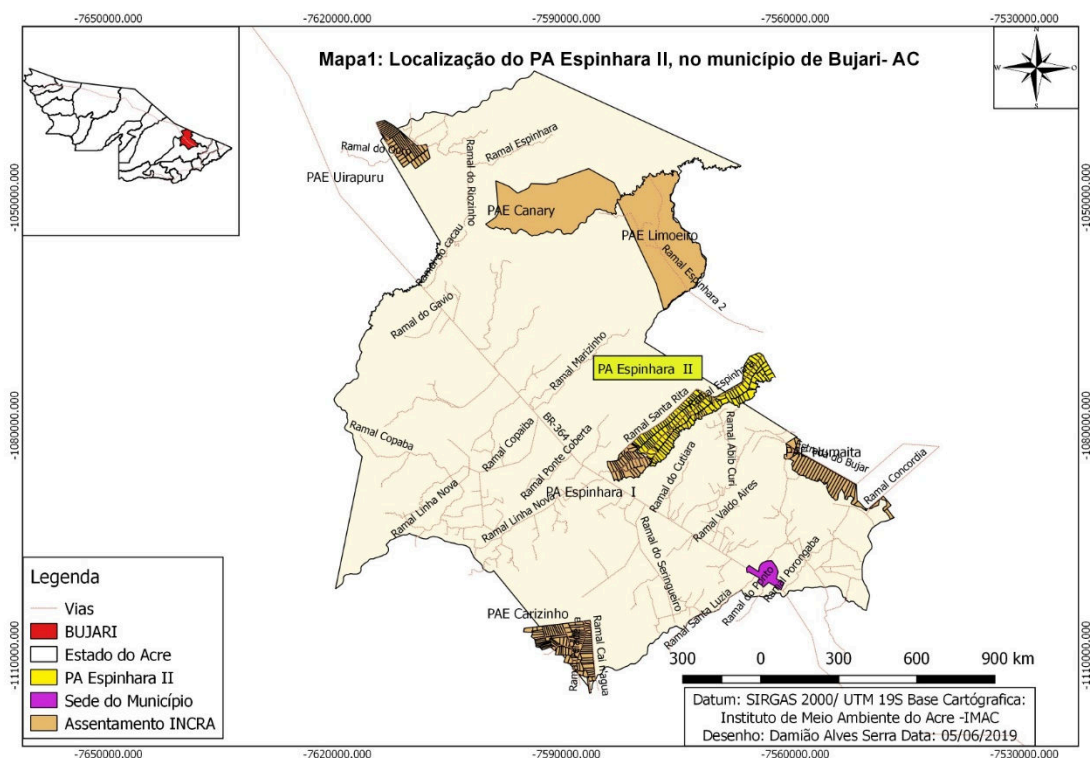
## PA ESPINHARA II: LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO

Buscando caracterizar parte da nossa área de estudo, salientamos que o PA Espinhara II foi regulamentado pela Portaria nº 052 de março de 1997/INCRA, estando localizado no município de Bujari no Estado do Acre, distante cerca de 62 km da capital acreana. O município no qual o PA encontra-se inserido situa-se às margens da BR 364. Sua origem está relacionada ao comércio e ao extrativismo vegetal. O lugar era uma colocação de seringa pertencente ao Seringal Empresa, atual cidade de Rio Branco. O trecho urbano ocorreu paralelamente à construção do trecho da BR 364, entre Rio Branco e Sena Madureira. A localidade foi elevada a distrito de Rio Branco em 1979, estabelecendo-se, aos poucos, nas margens da rodovia.

A ascensão à categoria município ocorreu em 1992, e oficializado em 1º de janeiro de 1993, com a posse dos Poderes Executivo e Legislativo do município. Possui atualmente a décima nona população do Estado e ocupa o décimo sexto lugar em tamanho de área. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), dos oito mil quatrocentos e setenta habitantes existentes no município, três mil novecentos e dois são mulheres. Destas, duas mil e oitenta e seis são trabalhadoras rurais, que em sua maioria se identificam como colonheiras.

Essas mulheres são destaque na produção familiar em suas propriedades, onde contribuem para movimentar a economia local que se baseia no comércio, na pecuária e na agricultura de subsistência, com destaque para o extrativismo da castanha do Brasil em época de coleta. Geralmente nesse período que vai de dezembro a março mulheres, homens

e crianças produzem acampamentos na floresta próximos aos castanhais para realizar a coleta do produto. O município também possui destaque a nível de estado com a famosa feira do peixe e produção de hortaliças.



**Figura 6.** Localização do PA Espinhara II, no município de Bujari-AC.

O PA estudado ocupa uma área de 6.341 hectares, é originário do antigo Seringal Espinhara, que por apresentar Grau de Eficiência na Exploração quase inexistente, e após uma série de vistorias, essas terras foram objeto de desapropriação para fins de Reforma Agrária pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Fica distante cerca de 26 km da zona urbana do município de Bujari. Foi planejado com capacidade para serem assentadas 126 famílias, não obstante, até o final de sua oficialização, foram assentadas 132 famílias, que é o número que passa a valer de modo oficial.

As casas dessa localidade, no início do povoamento, eram confeccionadas por materiais extraídos da própria floresta. As matérias primas para a confecção dos abrigos, bem como as palhas para cobertura, assoalho e paredes, advinham das palmeiras, que são conhecidas popularmente como Paxiúbas e eram extraídas de modo bastante equitativo onde homens e mulheres participavam do processo. Nos dias atuais, as casas são, em sua maioria, de alvenaria ou mistas, geralmente com cobertura de telhas em amianto. As chefes



de família que participaram do processo de ocupação da área demonstram alegria ao residirem hoje em casas com estrutura física bem melhores.



**Figura 6.** Entrada do PA Espinhara II.  
Fonte: (MESQUITA, 2018).

Significativa parcela das famílias desse projeto de assentamento não são as mesmas do processo de ocupação. Tal decorrência se deu mediante as barreiras que foram sendo impostas pelo próprio Estado, onde simplesmente assentou as famílias na localidade, e não vêm prestando assistência técnica e social devida aos agricultores (as).

Em decorrência disso, estes (as) não conseguem produzir de maneira suficiente para a sua subsistência, e de modo que sobre algo para ser comercializado. Os eventuais produtores (as) que ainda produzem, geralmente perdem a produção no período de intensas chuvas, por não ter acesso a uma estrada com trafegabilidade nesses períodos chuvosos. Com isso, nos dias atuais, muitos têm que comprar parte dos alimentos de sua dieta na cidade. Assim como também a alimentação de alguns animais, como é o caso do milho para as galinhas e do arroz para o consumo próprio.

## O PROCESSO DE OCUPAÇÃO NARRADO PELAS MULHERES

Dona Neci (62 anos), moradora do assentamento há vinte e dois anos, conta que, em meados do ano de 1996, moradores de diversos bairros de Rio Branco e da zona urbana do município de Bujari, sem um pedaço de chão para plantar e garantir a subsistência, resolveram, juntamente com as suas famílias, tomar posse das terras que correspondem, atualmente, ao PA Espinhara II, terras estas até então consideradas improdutivas.

Após a ocupação por essas famílias, muitas foram as tentativas do governo do estado, em parceria com o antigo proprietário, em retirá-los da ocupação. No entanto, com muita luta e determinação, foram resistindo às ameaças.

Não à toa, diversas mobilizações foram realizadas por parte dos (as) sem terras em frente ao Palácio Rio Branco, sede do governo estadual, com movimentos organizados que pediam o direito de posse da Terra ao poder público. Entre esses movimentos de apoio estava a representação do movimento “Grito da Terra”, principal evento da agenda do movimento sindical do campo. Através de ações como essas, homens e mulheres conseguiram o direito a tais terras reivindicadas, recebendo, em um primeiro momento, apoio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária–INCRA.

Longas foram as caminhadas que tiveram que realizar para poder se manter em seus lotes, pois as vias de acesso tratavam-se apenas de extensas trilhas ao meio da densa floresta, onde tinham que carregar nas costas as crianças e o mantimento necessário para o consumo na propriedade.

Uma das moradoras do assentamento, que prefere não ser identificada, lembra que, no final de cada mês, tinha que caminhar 37km, juntamente com seus dois filhos pequenos e suas netas, até a zona urbana de Bujari para fazer as compras:

Eu, meus dois filhos pequenos e minhas duas netas, andamos muito por dentro dessa mata, tendo que sair de casa de madrugada, quando era o dia de ir pra cidade, porque era o período em que o sol ainda não estava de fora e era melhor pra andar com as crianças. Quando era o dia de voltar pra colônia era a merma coisa, só que com mais peso, eu carregava era de cinquenta quilo de mercadoria na estopa para comer com meus filhos, as vezes o rio estava alagado e eu tinha que atravessar a nado, correndo o risco de ser carregada pela água ou ser comida por um bicho. Depoimento de uma moradora do PA Espinhara II, novembro de 2017).

Na entrevista fornecida pela assentada, fica nítida a quebra da noção do sexo frágil historicamente construída pelos alfas, durões e fortes. O deslocamento do corpo feminino suportando o peso, a matemática de um universo masculino, preenche os espaços até então

cedidos ao discurso da hierarquia masculina sustentado por muito tempo, esboça-se aqui uma geografia da visibilidade feminina cuja experiência cotidiana extrapola o território do silêncio na densa floresta.

Dando sequência em seu relato, a moradora diz que, no período inicial da oficialização do PA, foram ofertados mantimentos e condições para a construção de casas de madeira, e posteriormente, a construção de uma estrada. O que naquele período facilitou grandemente a vida de tais agricultores (as), assim, passaram a plantar, colher e criar, não mais somente para a sua subsistência, mas também para vender o excedente e garantir uma renda no final do mês.

Ressalta ainda, que tal assistência só foi concebida até os (as) trabalhadores (as) rurais possuírem um plantio que desse de se alimentar, ou até o primeiro ano, pois, a partir de então, estes já passaram a colher a alimentação do que já haviam plantado. Nessa mesma proporção, por intermédio de articulações políticas da época, foram construídos tanques para que pudessem extrair água e também para a criação de peixes.

Os moradores e as moradoras observam que, com o passar dos anos, mediante a formação de algumas associações, entre estas uma das mais conhecidas: associação de moradores “Unidos Para Vencer”, algumas outras melhorias passaram a existir no PA, bem como a construção das primeiras escolas, sendo estas: a Escola Santa Luzia, Escola Bandeirantes, Escola Nova Vida e Escola Hermínio de Melo. A partir de então, as crianças passaram a ter acesso ao ensino fundamental I.

Até esse período, os agricultores e as agricultoras estavam contentes com o que estavam produzindo e com a assistência que lhes estava sendo ofertada, onde podiam de alguma forma produzir juntamente com a família para a autossustentação e venda do excedente. Somente não estavam satisfeitos com as condições de trafegabilidade, que dava acesso apenas em períodos de estiagem, realidade essa que perdura até os dias atuais. Com o passar do tempo, esse cenário só tendeu a piorar.

## **PROBLEMAS ESTRUTURAIS NO ASSENTAMENTO E A RESISTÊNCIA FEMININA**

Não é difícil lembrar que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2009), o segmento da agricultura familiar detinha em torno de 20% das terras e respondia por aproximadamente 38% da produção nacional, fornecendo alguns produtos

básicos da dieta do brasileiro, como feijão, arroz, milho, hortaliças, mandioca e pequenos animais. Para alguns destes produtos, o setor chega a ser responsável por 60% da produção.

Na contramão das estatísticas, encontra-se o PA Espinhara II, pois neste, raros são os colonos (as) que ainda se sentem estimuladas (as) a produzir com o propósito de vender o excedente. Tecnologia, qualificação e conhecimento, divulgados em projetos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é algo ainda desconhecido para essas produtoras.

A moradora Neci Nogueira, 62 anos, lembra que, com o passar do tempo, em virtude da necessidade da retirada da floresta para o preparado da terra e plantio de legumes, a terra foi ficando “cansada”, infértil e a produtividade foi diminuindo. A partir de então, o feijão plantado passou a “dar o queima<sup>21</sup>”, as bananeiras passaram a ficar brocadas e o milho e arroz atrofiados. O milho produzindo espigas com poucos grão e o arroz com cachos pequenos, além das fruteiras que passam a morrer antes mesmo de produzir frutos, fatores esses de prejuízo para os agricultores (as).

A moradora, ao ser indagada sobre o que estaria faltando para que a sua propriedade se torne produtiva, e possa aumentar a produção e renda responde:

Falta maquinário para aradação, distoca, técnico para ver o que tá matando as fruteiras, dano o mela no feijão, ninguém próspera mais uma fruteira aqui, que o mal tá matando, bananeira, graviola, laranjeira, tangerina, tudo, o mal mata tudo, só dá a primeira carga, quando dá. Também falta estrada para o povo tirar a produção, no verão nós ainda tem um acesso, no inverno nós não tem um acesso de nada, mesmo que produza quem come é os bichos, os macacos, as pacas de rabo. Neci Nogueira (62 anos, PA Espinhara II, novembro de 2017).

Notamos, no relato da colonheira, um discurso de tristeza e indignação frente ao descaso do poder público com as (os) trabalhadoras (es) rurais que ficam a mercê da própria sorte nos assentamentos longínquos. Tais fatos consolidam fatores decisivos para que essas trabalhadoras e trabalhadores rurais deixem o campo e se dirijam às cidades, contribuindo com o inchaço urbano. No quadro a seguir, temos a descrição e o volume do que é produzido no assentamento, onde reside a trabalhadora rural Neci.

Ao comparar o discurso da moradora do PA em questão, com a quantidade de produtos cultivados, há uma confirmação do discurso da colonheira Neci Nogueira, uma vez que os moradores (as) já não plantam e nem criam em grande quantidade, pois já estão cientes das dificuldades que terão que enfrentar para poder vender o excedente que produziram.

---

<sup>1</sup> Uma das principais doenças do feijoeiro, chamada tecnicamente de Mosaico Dourado, onde a planta passa a apresentar amarelecimento intenso da lâmina foliar.

**Quadro 1.** Principais produtos/animais cultivados/criados no PA Espinhara II.

| <b>Produto</b> | <b>Média de produção ao ano</b> |
|----------------|---------------------------------|
| Arroz          | 02 hectares uma vez ao ano      |
| Feijão         | 01 hectare uma vez ao ano       |
| Milho          | 01 Alqueire duas vezes ao ano   |
| Macaxeira      | 04 hectares no decorrer do ano  |
| Peixe          | Entre 2.500 a 3.000 kg por ano  |
| Galinha        | Entre 40 e 60 animais           |
| Pato           | Entre 20 a 25 animais           |
| Porco          | Entre 05 a 10 animais           |
| Gado           | Entre 15 a 20 animais           |

Fonte: Trabalho de campo Mesquita (2017).

Do mesmo modo, percebe-se a ausência de outros tipos de produtos na tabela, como, por exemplo, as frutas. Isso ocorre porque a área em evidência apresenta um solo que precisa de correção, problema esse que as trabalhadoras rurais, sozinhas, não conseguem arcar com os custos que são muito elevados.



**Figura 7.** Plantio de mandioca maduro PA Espinhara. (MESQUITA, 2017).



**Figura 8.** Plantio de feijão, PA Espinhara II. (MESQUITA, 2017).





**Figura 9.** Bananeiras doente, amarelada.  
(MESQUITA, 2017)



**Figura 10.** Açude precisando de manutenção no PA Espinhara II (MESQUITA, 2017).

As fotografias acima, associadas ao discurso da moradora, confirmam as situações de descaso com as colonheiras. Essas mulheres carregam consigo a responsabilidade em sustentar a si e a sua família com o que produzem na propriedade. Assim, a medida em que é negada assistência mínima necessária a essas famílias, conseqüentemente grandes prejuízos são gerados a essas pessoas, bem como a principal delas: a precarização da renda e de alimentos para a dieta cotidiana.

## A CONQUISTA DO DIREITO À TERRA PARA AS TRABALHADORAS RURAIS

Não se pode negar que o Brasil é um país fruto de violenta colonização, onde, desde muito cedo, a cultura da imposição, do preconceito, da discriminação e do poder, foi instaurada de modo escancarado. Nesse contexto de ódio e recriminação, são criadas e estipuladas leis que passaram a vigorar para os diferentes segmentos sociais que vivem e convivem em território nacional.

Na perspectiva de gênero, podemos dizer que os embates começam a ganhar força ainda no século XX, com a luta pela educação feminina, a abolição da escravatura e o direito ao voto. Com o passar dos anos, mediante a outras séries de constatações de injustiças sociais, e frente ao descontentamento com a supressão de direitos humanos, ampliam-se os levantes sociais, afinal de contas, nenhuma conquista, nesse país, foi dada sem pressão das massas populares oprimidas.



Assim, já na década de 1980, por exemplo, as mulheres começam a “participar em número crescente de sindicatos rurais e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nascente, bem como começaram a formar suas próprias organizações autônomas” (DEERE, 2004, p. 176). Mediante a tais fatos, também é necessário o reconhecimento de que:

a história das mulheres, durante séculos, foi analisada a partir do seu papel social. Enfocar as tensões e contradições das diversas épocas e a sociedade em que estão inseridas mostra como o domínio masculino foi marcante nas representações sociais da mulher, que tinha seu papel definido como mãe e esposa, destinada apenas aos espaços privados (MOURA et al., 2016, p. 57).

Nesse contexto, para que determinados grupos sociais, como é o caso das trabalhadoras rurais, pudessem conseguir a garantia mínima de direitos em seu cotidiano, foram necessários grandes embates. As mulheres, de um modo geral, especialmente as rurais, sempre foram subalternizadas a seus companheiros, até mesmo, no momento de adquirir um pedaço de terra para viver e produzir o seu sustento juntamente com os seus filhos.

No decorrer das atividades de campo para esta pesquisa, foi possível constatarmos através das entrevistas, relatos de mulheres que vivenciaram, na prática, essas relações de poder. A colonheira Antônia Lima (61 anos) relata:

Eu fazia tudo. O que ele fazia eu fazia também, ia para a mata esperar eu ia mais ele, ele matava caça eu mais ele, se ele ia brocar eu ia mais ele, se ele ia para a estrada, eu ia mais ele. Se ele cortava, eu colhia, era assim. Eu dizia: mas não é preciso tá brigando. Eu morei mais ele aqui, um ano e seis mês lá na colônia dele. Aí ele expulsava nós de lá, aí eu findei dizendo: vou comprar uma colônia para mim, vou botar meus filhos lá, se eu não for morar com ele, vai ser bom pra mim e para eles, pelo menos a gente não fica aguentando muita coisa. Fiz uma casinha ali em cima, casinha coberta de palhas, aí fumo morar, com as crianças, eles trabalhavam nas fazendas, aí comprava feira, de tudo eles compravam, e ainda compravam para ele ainda, que ele não tinha como tirar, que não tinha estrada, não tinha nada. Ajudaram até o fim, até nós se separar. Um dia, foi cada um para o seu canto, eu disse: viva a sua vida, você é novo, que eu vivo a minha. Vou acabar de criar os meus filhos. Com cinco anos que nós estava separado que ele morreu (Antônia Lima, 61 anos, PA Espinhara II, novembro de 2017).

Observamos, na entrevista, relatos de um protagonismo feminino que sublinha, pontualmente, as estratégias de resistência da mulher colonheira, frente aos obstáculos que tem de superar para poder conquistar o seu espaço nos assentamentos rurais.

Dona Antônia relata parte da humilhação praticada por seu companheiro no assentamento. Podemos observar que as mesmas atividades que o seu esposo executava na propriedade, bem como aquelas ditas masculinas, a colonheira também as exercia, sem diferenciação de gênero. No entanto, como a propriedade encontrava-se apenas no nome dele, este jogava-se no direito de humilhá-la, juntamente com seus filhos por não possuírem um local

em seu nome para morar. O caso de dona Antônia revela apenas mais um entre múltiplos outros que existiram nas áreas rurais em períodos de um patriarcado extremo e descabido.

Não podemos esquecer que as mulheres representam quase metade da população rural brasileira. São as mais afetadas pelos processos migratórios e, cada vez mais, assumem a responsabilidade pelo grupo familiar que integram (MDA, 2010, p. 6). De tal modo, a propriedade quase sempre era legalizada no nome do companheiro, onde este era o denominado chefe da família, mesmo que não plantasse um pé de feijão nessa terra. Destarte, observamos que o próprio poder público alimentava e acentuava tais injustiças. Era como se a mulher fosse propriedade do marido, onde ele tinha o direito de ditar as regras. Isso se referia a diferentes assuntos na época, e o não direito à terra era apenas mais um deles.

Sob uma perspectiva feminina, a Reforma Agrária Brasileira chama a atenção no que concerne à baixa parcela de mulheres beneficiárias, ao se comparar com outros países latino-americanos. Essa informação é instigante, uma vez que pesquisas apontam que o Brasil, juntamente com a Colômbia, foram os primeiros a explicitar que as mulheres seriam potenciais beneficiárias da Reforma Agrária e também a introduzir a implementação da titulação conjunta para casais beneficiários da Reforma Agrária. Ainda assim, “na metade da década de 1990, as mulheres constituíam somente 12,6% das beneficiárias no Brasil, enquanto que, nas recentes distribuições de terra na Colômbia, esse percentual chegava a 45%” (DEERE, 2004, p. 175).

Não se pode esquecer que a conquista da Terra pela mulher trata-se de algo que não se deu de uma hora para a outra. Participar de levantes sociais, de movimentos de reivindicação, nos anos oitenta, não significou conquistar esse direito de imediato. Esse período representou o pontapé inicial para que essas trabalhadoras rurais comessem a sair da invisibilidade e fossem em busca de um espaço em meio a um sistema hegemonicamente patriarcal.

No entanto, foi em face a essa efervescência que, no ano de 1988, as mulheres são ouvidas oficialmente, através da Constituição Federal. Nessa carta magna, estabelece-se que, “nas terras a serem distribuídas através de reforma agrária, “o título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil” (Artigo 189, LUZ, 1996, p. 177). Com essa conquista, aparentemente estaria tudo resolvido, e até estaria, se não se tratasse de algo que estava apenas escrito no papel. Evidenciamos essa questão porque há grande distância entre o que é escrito e o que é efetivado na prática de fato.

Tudo isso porque após a introdução desse direito na Constituição Federal de 1988, houve pouca persistência em se fazer valer essa conquista. Deere (2004, p. 176) sublinha que:

levaram 12 anos até alguns dos movimentos sociais rurais defendessem com sucesso os direitos da mulher à terra em âmbito nacional. Em agosto de 2000, a reivindicação de título de propriedade conjunta para casais de terra sob reforma agrária finalmente apareceu de forma proeminente na maior manifestação nacional de mulheres rurais já feita. Essa marcha em Brasília, conhecida como *Marcha das Margaridas*, foi coordenada pela Comissão de Mulheres da CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – em aliança com uma das organizações regionais de mulheres rurais autônomas, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE) e com outros grupos. Como em outros países latino-americanos, uma vez organizadas, as mulheres começaram a reivindicar o direito à terra e, consistentemente, confrontaram o Estado nessa questão, forçando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a revisar seus regulamentos.

Com isso, pode-se perceber que, aos poucos, as mulheres rurais vão adentrando ao enfrentamento necessário para que pudessem conseguir uma garantia mínima de direitos. Sua entrada e participação em tais movimentos está inteiramente ligada à abertura democrática da década de 1980 e à materialização do movimento feminista de mulheres no território brasileiro. “Nas áreas rurais, as Comunidades Eclesiais de Base e grupos de mulheres organizados pela CPT na década anterior muitas vezes forneceram a experiência formativa que levou as mulheres a questionar a injustiça social” (CAPPELLIN, 1997, p. 646). Na maioria das vezes, tais reivindicações estavam vinculadas às questões de saúde e educação.

Levando em consideração que as maiores estruturas organizacionais que existem dentro dos assentamentos rurais são os sindicatos, ainda na década de oitenta, o movimento de mulheres continuou desenvolvendo suas pautas e ainda nesta década, colocaram em evidência a busca pela participação feminina nos sindicatos e o direito à aposentadoria específica para as trabalhadoras rurais (benefício de seguridade social) incluindo a licença maternidade.

Essa corrida por direitos evidenciou a força da mulher rural, e conseqüentemente ampliou sua participação nas atividades desenvolvidas no campo, assim como também o preconceito e discriminação para com essas, tanto no âmbito do trabalho assalariado, quanto dentro dos próprios sindicatos.

Albuquerque e Rufino (1987, p.328) relatam que:

durante a metade da década de 1980, nos sindicatos filiados à CONTAG, assumiu-se que somente uma pessoa por família poderia ser membro de sindicato, geralmente o homem chefe de família. Além disso, as mulheres eram raramente consideradas como trabalhadoras da agricultura, seu trabalho sendo ‘invisível’, quer como trabalhadoras de família não remunerada, quer como trabalhadoras assalariadas temporárias.

Tal relato demonstra um pensamento bem retrógrado por parte dos sindicatos, que estavam ali para representar uma coletividade. Pensamento esse nada geográfico e humanizado, uma vez que desconsiderava grande parcela da população rural (as mulheres).

Desse modo, como ser sociável a uma medida descomedida igual a essa relatada? As mulheres não se constituíam agentes produtoras do espaço?

O fato é que existiam muitos líderes dos sindicatos rurais argumentando que as mulheres não eram trabalhadoras rurais, pois eram dependentes de seus maridos, e por isso “não havia a necessidade” de elas participarem dos sindicatos, por já possuírem seus benefícios “garantidos.”

Com esse discurso, excluía-se as mulheres dos mais variados benefícios que se possa imaginar; a começar pela saúde, levando em consideração que as comunidades rurais eram atendidas por intermédio dos sindicatos que se constituíam a principal fonte de assistência médica. Nesse contexto, as mulheres encontravam-se em desvantagem em diferentes aspectos, e no que concerne à aposentadoria, era apenas mais um dos entraves encontrados pelas trabalhadoras rurais.

Somente um membro da família poderia estar ligado ao sindicato (o chefe da família), e o título da propriedade também só poderia estar no nome de um dos membros (geralmente o homem), as mulheres rurais não tinham direito à aposentadoria, quando ficavam viúvas só recebiam cerca de 30% da aposentadoria dos maridos.

Após vivenciar conjunturas de subalternização e precariedade, mesmo quando os seus direitos estavam garantidos através da Constituição de 1988, onde assegurava a titulação conjunta, no ano de 2003 através da Portaria nº 981 e da Instrução Normativa nº38/2007, do INCRA, todo esse cenário passa a ser significativamente alterado, quando passa a ser efetivado o direito das mulheres à terra e aos procedimentos para a sua inclusão.

Nesse contexto, possuir a titulação da terra em conjunto, ou preferencialmente no nome das mulheres chefes de família, significa a valorização da figura feminina. Noutros termos, “ter terra significa ter acesso às demais políticas de desenvolvimento. Isso possibilita a construção da autonomia econômica das mulheres na reforma agrária (MDA, 2010, p.9).”

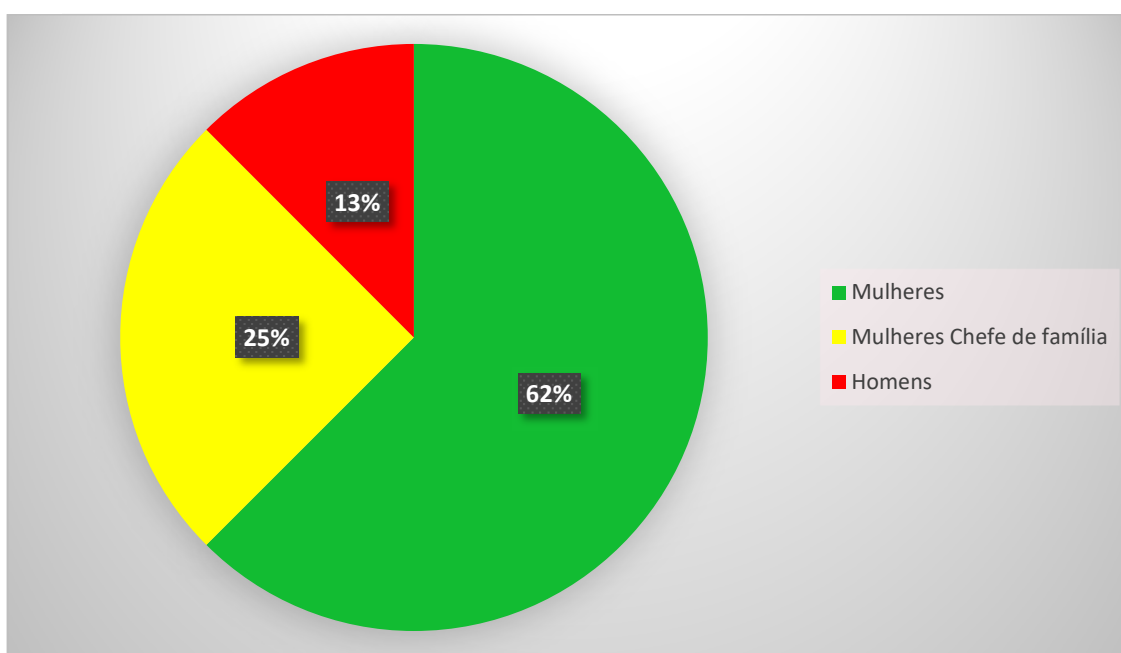
Assim, é importante reconhecer que essas mudanças promovem o reconhecimento e a visibilidade das mulheres, tanto daquelas que são beneficiárias, quanto das que encontram-se inscritas no Programa Nacional de Reforma Agrária. Afinal de contas, agora estas podem participar das decisões no que se refere à propriedade, principalmente nas deliberações para acesso aos créditos rurais, como por exemplo, os PRONAFS, que são Programas de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Assim sendo, compreendemos que o acesso à Terra é um passo importante rumo à equidade de gênero tão buscada pelas mulheres rurais. No PA Espinhara II, fundado em anos anteriores à efetivação da Portaria nº 981 que assegura a titulação conjunta, já era possível

observar que grande parte dos lotes encontravam-se no nome das mulheres. Ficamos imaginando que poderia se tratar de um assentamento mais equitativo, onde as mulheres possuíam maior poder de voz e visibilidade.

Posteriormente, em conversa com essas mulheres assentadas, percebemos que as propriedades que não estavam tituladas no nome do companheiro era porque já haviam possuído um lote de terra em outros assentamentos, e portanto, já tinham cadastro no INCRA e não podiam possuir outro lote cedido pelo governo. Nas demais propriedades onde não existiam esses fatos e o lote estava no nome da mulher, geralmente é porque ela era a chefe da família. Ou seja, essa mulher era a principal responsável pela autossustentação familiar.

Foi observado que, nas propriedades em que a terra encontrava-se no nome da mulher, o contentamento das colonheiras era maior, ao sentirem-se incluídas nas atividades da propriedade, bem como no comando das atividades que iriam ser exercidas na terra. Também foi possível identificar, nas falas destas produtoras, maior poder de decisão no que se refere ao destino do dinheiro arrecadado com a venda da produção.



**Figura 11.** Porcentagem de lotes titulados no nome de mulheres e homens PA Espinhara II. Fonte: Elaborado por Mesquita (2019).

Como mencionado anteriormente, os dados expressos no gráfico demonstram aparentemente um domínio feminino frente à titularidade das propriedades, no entanto, sabemos que se o nome de seus maridos estivesse adimplente no INCRA, certamente o cenário seria o inverso. Partindo desse pressuposto, observamos que essas mulheres só

conseguiram essa titulação por falta de outra alternativa por parte dos homens. No entanto, ao visitarmos essas mulheres e dialogarmos com elas, ficou evidente seu envolvimento nas pluriatividades da propriedade. Essas trabalhadoras rurais se configuram verdadeiras chefes de família quebrando paradigmas no mundo do trabalho.

## FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES

Sabemos que o Brasil tem passado por profundas transformações sociais, demográficas e familiares nas últimas décadas. Tais questões têm contribuído para a configuração e abertura de novos arranjos familiares e avanços rumo ao processo da equidade de gênero que inclui fundamentalmente a despatriarcalização. Nesse contexto, o patriarcado é entendido como “um sistema de opressão e coloca a mulher no papel de submissa ao homem, seja ele pai, marido, ou seja, é o ator fundamental da organização social, e exerce a autoridade sobre as mulheres, os filhos e os bens materiais e culturais” (CAVENAGHI; ALVES, 2018, p. 41).

No Regime Militar, por exemplo, em meados da década de 1970, temos grandes exemplos de uma esdrúxula submissão das mulheres em relação aos homens, a própria PNAD demonstrava essa real situação, onde dizia:

O Chefe do domicílio, na maioria dos casos, é o cabeça do casal e principal arrimo da família. Havendo um casal, o marido será sempre o “chefe”. Entretanto, nos casos em que o domicílio é constituído de um grupo de pessoas sem qualquer laço de parentesco, o chefe é a pessoa considerada como tal pelos demais membros do domicílio (IBGE, 1971, p. 22-23 in CAVENAGHI, 2018. p. 50).

A mulher não poderá ser considerada chefe quando o seu cônjuge for morador do domicílio. (IBGE, 1977, p.24 in CAVENAGHI, 2018. p. 50).

No entanto, após esse período de extrema escuridão na história do Brasil, nas próximas décadas, foi-se buscando atualizar essas definições. Assim, anos depois, a própria PNAD trata de atualizar tais definições, afirmando que o chefe poderia ser homem ou mulher. A partir de então, no decorrer dos anos, vêm-se trabalhando em uma definição que contemple toda a coletividade, independentemente do gênero.

Levando em consideração essa informação, os grupos de mulheres chefes de família têm aumentando no decorrer dos anos. Segundo o IBGE (2010), “quando os cônjuges vivem juntos com os filhos, as mulheres são consideradas responsáveis em 22,7% das residências e, quando apenas um dos pais vive com os dependentes, as mulheres passam a responder



por 87,4% dos lares (MOURA, 2016, p. 56). Essa informação demonstra o grau de responsabilidade presente nas mulheres em relação aos homens e também um patriarcado fervoroso, onde estas enquanto convivem com os maridos dificilmente são consideradas líderes da família. Já no momento da separação, geralmente são elas que permanecem com os filhos, e é nesse momento que quase sempre são elas quem passam a chefiar a família.

Segundo Pacheco (2005, p.67), a chefia familiar assumida por mulheres, pode ser classificada em pelo menos três categorias, sendo elas: as que são constituídas pelas ausências dos cônjuges; aquelas em que a mulher é a responsável pela manutenção do lar, porém há a presença do marido e; aquelas em que se definem pela manutenção junto com a ausência masculina do cônjuge. No entanto, é comum encontrarmos casos onde uma família que é constituída de maneira tradicional (marido, esposa, filhos) ou uma extensão dele (marido, esposa, filhos e outros parentes), é comum o homem se impor como o chefe.

No PA Espinhara II, um dos *lôcus* da nossa pesquisa, identificamos na prática o verdadeiro sentido do que vem a ser um ou uma chefe de família. O que ficou mais nítido foram as responsabilidades atribuídas a essa figura tida como o pilar da casa. Entre as entrevistadas, havia algumas mulheres solteiras, outras casadas, mas que em sua maioria se impunham como líderes da propriedade, pois eram estas as responsáveis por administrar as atividades no lote. Assim, foi constatado que a palavra final geralmente eram dessas mulheres.

Uma das entrevistadas, a colona Antônia Lima (61 anos), solteira, mora em sua propriedade há vinte e dois anos, juntamente com seus seis filhos, todos casados. A aposentada declara que, mesmo não podendo mais se dedicar tanto às atividades da propriedade, conta com o trabalho dos filhos que sempre fazem questão de receber o aval final da mãe antes de tomar qualquer iniciativa na propriedade.

A colonheira relata:

A responsável pela produção aqui é eu e os meus meninos, moram tudim aqui na colônia. Eu quem decido sobre as vendas, e eles sempre perguntam a minha opinião. Eles mora aqui na colônia mas negócio de plantação é pra eles depois que eu me aposentei. Porque eles não tem outra renda. Eles tudim plantam. Na época que eu não tinha o meu salário, eles faziam e vendiam tudo junto e repartiam comigo, mas toda vida eu me virei, de eu trabalhar pra fora, para aqui e acolá para não ficar dependendo deles, porque cada um tem sua família; sempre fui assim, uma pessoa independente. Antônia Lima (61 anos, PA Espinhara II, novembro de 2017).

Assim como dona Antônia, no mesmo assentamento encontramos a senhora Maria Liberdade (49 anos) que desde muito cedo teve que assumir as responsabilidades que o contexto da vida em que vivia foi lhe impondo. Atualmente, vive em um lote em seu nome.

Juntamente com os seus doze filhos e seu companheiro, faz questão de dizer que quem se posiciona frente às tarefas que têm que serem cumpridas na colônia é ela mesma.

Eu quase não vou para o roçado, só vou mais para raspar macaxeira, tirar goma, fazer farinha. No tempo de colheita nós vamos tudim. Eu que digo: amanhã tem que fazer aquilo, aí vão tudim fazer aquilo. As outras coisas da colônia é tudo comigo, é eu mesma que vou para a reunião sou sócia eu tenho a carteirinha e tudo. Maria Liberdade (49 anos, PA Espinhara II, novembro de 2017).

Algo bastante relevante e animador no decorrer de nossa pesquisa é o fato de nossas colaboradoras, em sua grande maioria, serem titulares dos lotes. No decorrer das entrevistas, percebemos que essa questão tem lhe dado autonomia e elevado poder de decisão. A mãe solteira, com seis filhos mesmo não dependendo exclusivamente do que é produzido na propriedade para sobreviver, ainda assim, faz questão de gerenciar o que é produzido.

Os filhos sentem-se na obrigação de recorrer a opinião da matriarca. Conseguimos identificar nessa conduta o modo como essa mulher veio construindo sua autonomia no decorrer do tempo, onde os filhos foram criados tendo a figura da mãe como referência central.

Na fala de Maria Liberdade, também podemos identificar um elevado protagonismo, onde o esposo juntamente com seus filhos são orientados por uma voz feminina que decide o que terá que ser feito naquele dia. No entanto, observamos que a trabalhadora encontra-se inserida em uma série de atividades que geralmente são muito pesadas bem como, fazer farinha, tirar goma, raspar macaxeira e não se dá conta dos fatos, quando afirma que “quase não vou para o roçado” e “as outras coisas da colônia é tudo comigo.”

Expressar o que deseja, ser reconhecido pelo trabalho realizado e ter a opinião sempre levada em consideração é algo animador para qualquer ser humano. Assim, antes de levarmos em consideração as nossas questões físicas e biológicas, deveríamos levar em consideração que todos somos agentes produtores do espaço sem distinção de qualquer natureza que possa tornar uns melhores que outros. Trata-se de uma concepção ideal, mas somos levados a imaginar: a que ponto chegamos frente a esse modelo de sociedade em que partilhamos? E findamos constatando que chegamos ao ponto de nos animar quando as pessoas são tratadas com equidade, pois o gênero, a cor da pele, o cabelo e na mente de grande parcela da população os torna melhores do que os demais.

Nesse contexto, o respeito à existência do outro parece pouco ou nada importar. Temos visto até aqui uma sociedade que, na maior parte das vezes, a figura masculina é

vista como central e que detém o poder hierárquico. Nos discursos proferidos até mesmo pelas mulheres, muitas vezes, ele aparece como o mais forte, o que possui maior produtividade, o que decide e o que sabe se impor.

Aprofundando a discussão, Saffiot reforça que as relações de poder são centrais nas discussões de gênero e que esse fenômeno é cristalino. Nessa perspectiva, Saffiot complementa afirmando que “o que precisa ficar patente é que o poder pode ser democraticamente partilhado gerando liberdade, como também exercido discricionariamente, criando desigualdades (SAFFIOT, 2011, p. 113)”.

## SERINGUEIRAS E COLONHEIRAS: PERFIS EM CONEXÃO

As moradoras do PA Espinhara são, em sua maioria, mulheres aposentadas, com média de idade entre 49 e 64 anos, com escolaridade que variam deste o Ensino Fundamental Incompleto, Ensino Médio e Ensino Superior e em sua maioria casadas. O número de filhos variam de 03 a 12 e o tempo de moradia no assentamento entre 02 e 24 anos. As aposentadas são mulheres que continuam envolvidas nas atividades do lote, seja liderando, ou mesmo pondo a mão na massa (plantando, cultivando, criando e vendendo).

Podemos acompanhar melhor uma prévia desse perfil das colonheiras na tabela abaixo.

**Tabela 1.** Perfil social das mulheres entrevistadas no PA Espinhara II.

| Idade            |                  | Escolaridade   |              |          | Estado Civil |        |       | Nº de filhos       |                    | Tempo de moradia no PA |                  |
|------------------|------------------|----------------|--------------|----------|--------------|--------|-------|--------------------|--------------------|------------------------|------------------|
| Entre 49-60 anos | Entre 60-65 anos | E. F. Incompl. | Ensino Médio | Superior | Solteira     | Casada | Viúva | Entre 03-05 filhos | Entre 05-12 filhos | Entre 02-18 anos       | Entre 22-24 anos |
| 05               | 03               | 05             | 01           | 02       | 02           | 05     | 01    | 05                 | 03                 | 02                     | 06               |

Organizado por Mesquita (2018).

Buscando maiores informações sobre o cotidiano dessas mulheres que possuem terra oficialmente em seus nomes, conversamos com oito mulheres com significativo tempo de moradia no PA. Em meio a essa conversa, identificamos uma trajetória em comum: os seringais. No decorrer das entrevistas, as colonheiras e ex-seringueiras fizeram questão de resgatar as memórias do tempo de seringal.

Nesse contexto, é de fundamental importância sublinharmos que “a mulher é uma das personagens que povoaram a Região Amazônica brasileira no decorrer da extração da seringa, período denominado Ciclo Econômico da Borracha (CORRÊA, 2014, p. 431)”. Assim, têm-se relatos de que a entrada da mulher no seringal aconteceu por volta de 1912, momento em que ocorreu queda no preço da borracha e em meados dos anos de 1970. A mulher surge para constituir as famílias na Região Amazônica que segundo Wolff (2001) *in* Corrêa (2014), “possibilitou a fixação de residência dos trabalhadores da borracha e a ocupação da floresta, fato inexistente no Primeiro Ciclo da Borracha, no período de 1870 a 1890, quando ocorreu a primeira migração nordestina para os seringais”.

Ainda assim, a historiografia clássica, ao relatar sobre o processo de ocupação do Acre, a partir da década de 1870, pelos migrantes nordestinos, ressalta a inexistência de mulheres. Quando muito aparecem estão relacionadas como mercadorias, privilégio ou alvo de disputa entre os homens (CRUZ, 2010). No entanto, segundo um importante trabalho de Wolff:

[...] em 1904, quando do primeiro recenseamento realizado por ordem do recém-chegado prefeito do Departamento do Alto Juruá, embora incompleto, em 112 seringais foram contadas 6.974 pessoas sendo 5.087 homens e 1.887 mulheres. Isso mostra que dessa população, 27 por cento, aproximadamente, eram mulheres, que é uma porcentagem bastante significativa e não pode ser simplesmente ignorada (WOLFF, 1999, p. 44).

Perrot (2005, p. 33) estava certa quando escreveu que “no teatro da memória, as mulheres são uma leve sombra.” Assim, podemos fazer uma análise crítica de que as mulheres sempre estiveram presentes no desbravar dos seringais da região amazônica, no entanto, sempre foram invisibilizadas e tiveram o seu trabalho desvalorizado. Nesse contexto, sempre quem ganhou o “status” de “desbravador, embrenhado na selva, com suas condições de saúde precárias, desgaste físico, valente e cabra macho” foram os homens. Sabemos que, nesse período, o número de mulheres era bem inferior em relação ao número de homens, porém, não há como desconsiderá-las, retirando-as da literatura construída para a época ou simplesmente dedicando poucas páginas para a discussão.

Levando em consideração que, em décadas passadas, as mulheres foram silenciadas ao serem desconsideradas como agentes produtoras do espaço, procuramos, no decorrer desse trabalho, fornecer a elas a oportunidade para uma espécie de revanche. Desse modo, através de sua oralidade, temos a oportunidade em percorrer a trilha da memória que nos dará cabimento em resgatar lapsos de suas vivências e resistência meio a densa floresta amazônica. Tais experiências se configuraram como peças-chaves para a construção da



identidade dessas mulheres, que são grandes símbolos de resistência em seus espaços de luta, onde registram a sua história na página da esperança de dias melhores.

Em meio ao processo introdutório das entrevistas, temos o registro oral da colonheira e ex-seringueira Neci Nogueira que em seu lote compartilha conosco vivências que jamais sairão de sua memória. Essa voz situada no tempo e no espaço, carregada de elementos como a luta, a resistência e o poder, rastreia o percurso da história individual e coletiva presentes no imaginário feminino das moradoras do assentamento.



**Figura 12.** Colonheira Neci em sua horta orgânica (NASCIMENTO SILVA E MESQUITA, 2017).

Ao nos receber em seu lote, Neci revisita as memórias dos tempos de seringal:

Quando eu era pequena papai ia para a estrada, e a mamãe ia para o roçado. Aí eu ficava. Pegava um arroz, enchia um pilão de arroz, e descia a mão de pilão... pilava, pilava, pilava aquele arroz... isso eu com seis anos de idade. Aí eu pegava aquele arroz, abanava, quando a palha não queria sair toda eu jogava água dentro passava a mão tirava um bocado daquela palha, jogava fora. Aí eu botava no fogo para os meus pais comerem quando chegassem em casa. Ia cozinhando eu ia tirando a palha e jogando fora, que eu não sabia abanar para sair a palha toda. Botava água não saia a palha toda, só boiava. Meus pais chegavam a comida estava feita.

Com a idade de sete anos, aí eu ia para a estrada com os meus irmãos. Não ficava mais em casa. Ia para a estrada mais os meus irmão cortar seringa. Aí levantava uma hora da manhã e ia para estrada. Quando dava sete horas nós fechava o corte. Nós saía uma hora da manhã, com a poronga na cabeça e a faca de cortar seringa na mão. Quando chegava na boca da estrada, aí nós comia aquela farofa... Quando tinha o que fazer farofa. Quando não tinha era aquela farinha com açúcar. Comia aquela farinha com açúcar, depois bebia água, ficava por alí um pouquinho brincando. Depois batia de mão o balde e ia colher o corte. Quando tropeçava e caía derramando o leite, nós juntava aquelas folhas meladas tudinho para o papai não ver. Quando chegava ainda ia tirar cavaco, metia o machado nas cavaqueiras... partia, colocava fogo na fornalha, quando o polmo tava subindo era que o papai vinha defumar. Primeiramente ele vinha, media o leite mais nós, aí ele ia defumar e nós ia para o roçado. Pegava, batia de mão uma enxada, quando não era uma enxada era um teçado, ia limpar roça. Aí nós só chegava em casa já escurecendo, cada qual com um pau de lenha nas costas. Chegava, arriava o pau de lenha, cada qual pegava o machado e descia o dez. Cada qual partia o seu pau que trazia. Rolava os toros, partia tudim e botava embaixo do fogão. Aí vamos carregar água para casa, era no garapé, todo mundo levava as suas vasilhas para trazer água. Era uma ladeira, chega era apique. Aí quando não tinha ninguém para botar a minha lata na minha cabeça, tinha um toco na beira da cacimba, aí eu enchia a lata, colocava na cabeça do toco e ia subindo até conseguir colocar na minha cabeça. Depois me segurava no toco para conseguir me levantar com a lata, era muito esforço, chega eu sentia gosto de coisa ruim na boca. Aí chega os ouvidos fazia: tímmm... de tanto fazer força. Mais eu queria levar era a lata cheia! Aí só vivia com peito aberto. Eu pelo menos, só vivia com peito aberto.

Meu pai era amazonense, filho de uma cearense com um pernambucano. Por parte de mãe, a minha avó era acreana e o meu avô era cearense. Minha mãe morreu de parto, nos treze filhos, e o papai era pai de dezoito.

Eu casei com doze anos. Casei de livre e espontânea vontade. Nós vivia em um lugar prisioneira, ninguém tinha uma escola para estudar, ninguém tinha uma diversão nenhuma. Não tinha uma televisão, nem rádio. Ninguém tinha divertimento nenhum. Fui ao menos casar e arranjar menino. Casei com doze anos, no mesmo ano que me casei eu tive um aborto de dois meses. Aí com um mês e pouco que eu tinha perdido esse menino, saí grávida do meu filho mais velho o Nonato, que nasceu de sete meses. Depois veio o João, o Lí, a Cleuda, o Regi, o Edmar, a Edmara, e por último o meu caçula. Ao todo tive oito filhos.

Me casei, o homem não trabalhava. Preguiçoso... um lundum, que deus me livre! Aí eu ia para a estrada, cortar seringa. Quando eu chegava pegava os caniços e ia para o rio pegar um peixe para comer, eu ia no roçado arrancava um pé de macaxeira para fazer um beijú para comer no lugar de farinha. Quando não era, eu cozinhava a macaxeira para comer com peixe. Aí para dá de comer os meus filhos... o João tinha oito meses e um buxo... puraculá. Não tinha leite para comer, não tinha açúcar, aí eu tirava aquela goma, fazia aquela massa, e fazia aquele angú com sal. Aí os bichinhos mamava aquelas mamadeiras... Quando não era, eu ralava uma castanhazinha, tirava o leite e colocava no mingau para ele. O bichinho comia chega ficava com o buxo puraculá... agente conhecia que aquilo não matava a fome. Aí eu dava de mamar pra ele, acho que misturava o leite materno com aquele mingau era o que ia dando para viver.

Eu dormia no chão mais os meus dois filhos (o Nonato e o João). Ele tinha uma rede, dormia na rede. E eu, debaixo da rede dele mais os meninos. Forrava com uns panos véi por lá, e nois deitava encima mais os meninos. Eu só tinha um vestido véi no couro e na tábua. Aí papai mandou recado pra ele cortar seringa e fazer borracha, pra quando ele fosse para Boca do Acre levar pra vender pa quando ele viesse trazer as coisas pa dento de casa, ao menos uma dormida pra mim e uma roupa. Aí ele disse: eu mesmo não vou cortar seringa



pra fazer borracha pra ninguém não. Mais agora eu vou mesmo... papai virou o mês todim, quando papai baixou, o batelão do papai carregado de borracha. A minha mãe veio ficar lá em casa. Aí quando chegou lá, não tinha açúcar, não tinha café, não tinha nada. Só tinha comida porque eu tinha ido pescar e tinha pegado três Surubins, era bom de peixe mesmo. Aí uma panelada de macaxeira com Surubim cozido, todo mundo comia avontade. Aí o papai disse: Raimunda diz pro Alípio ir lá no Zeca Moreira que eu vou deixar umas coisas pagas para vocês ficar tomando café e comendo enquanto eu chego. Quando ele virou as costas, que a mamãe falou, ele disse: agora vou mesmo remar esse tempo todim pra ir atrais de café e açúcar pros outros... vou nada! Aí eu disse: vambora Graça, aí a Graça disse: vambora maninha! Aí nois peguemo o remo, peguemo a canoa aí descemo. Fomos bater lá no Zeca Moreira, chegando lá peguemo as coisas que o papai tinha deixado pago e descemos o remo quando foi cinco horas nós chegamos. E ele foi tomar café e comer das coisas, de tudo. (Neci Nogueira, 62 anos, PA Espinhara II, novembro de 2017).

Esse foi o relato da colonheira Neci, que utiliza a oratória para compartilhar conosco um pouco da sua trajetória de vida nos seringais da Amazônia acreana. Desde a sua infância, o trabalhado foi a sua arma principal, utilizada como mecanismo de sobrevivência juntamente com seus pais meio a densa floresta. Em seu relato, observamos que a origem da família da colonheira encontra-se aliada à leva de nordestinos que vieram para a Região Amazônica em busca de melhores condições de vida no período do Ciclo da Borracha.

Os denominados Soldados da Borracha, ao se instalarem nos seringais, formaram a sua família e com muito trabalho das mulheres e filhos trabalhou anos a fio. Assim, observa-se que nascer e crescer no seringal não significou uma melhora na qualidade de vida de sua família. A vida nos seringais relatada por Neci demonstra um sofrimento contínuo regado por falta de perspectivas futuras.

Para Almeida (2016, p. 48), “a decisão de trabalhar inicia-se desde cedo na vida das mulheres, tanto pela necessidade de ajudar os pais quanto por se habituarem a exercer as mais diversas funções em seus lares.” Nesse contexto, com a chegada do casamento, na maioria das vezes, precoce, passavam a trabalhar dobrado juntamente com o marido, outras trabalhavam sozinhas, como é o caso de dona Neci, tudo isso, visando o sustento da família.

Almeida (2016, p. 48) recorrendo ao raciocínio de Albuquerque coloca que “a vida nos seringais e a construção da sobrevivência era uma luta diária experimentada pelas famílias. A sensação de abandono em locais isolados, a dificuldade de alimento ou mesmo de direitos os direcionava a adaptarem-se da melhor maneira possível.” Essas vivências experienciadas por grupos de trabalhadores e trabalhadoras da floresta conduzidos não apenas por seu modo de vida, mas por dificuldades e conflitos, caminha para a construção de novas identidades.

A série de atividades atribuídas às mulheres dos seringais denota a influência que estas exerciam sobre os seus familiares. Tratava-se de mulheres resistentes em diferentes aspectos, primeiramente resistentes às pesadas demandas da vida cotidiana rotineira, bem como subir e descer ladeiras com lata d'água na cabeça e crianças nos quadris, trabalhar no roçado, cortar seringa, limpar a casa e o terreiro, cozinhar no fogão a lenha, coletar frutas e sementes, eram apenas algumas das atividades que essas guerreiras tinham que executar.

Em segundo lugar, a sua resistência era bem maior no que se refere ao tratamento recebido por seu marido, pois “o trabalho das mulheres parecia diminuir os homens, que são responsabilizados pelo sustento delas mulheres. Sentem-se então associadas a homens “incompletos”, incapazes de sustentá-las como deveriam (WOLFF, 1998, p. 83).”

Visando ampliar a discussão e partilhar suas trajetórias nos longínquos seringais acreanos, a ex-seringueira e atual colonheira Antônia Lima contribui com a tessitura dessa trajetória:

Eu morava em um seringal, no rumo de baixo, aqui no rumo de Boca do Acre, no Rio Acre. Aí passei treze anos com o meu primeiro marido. Cortei seringa, eu morava sozinha, cortava seringa, caçava, matava bichos para dar de comer os meus filhos, eu fazia farinha, fazia tudo, limpava roça, fazia tudo, tudo, com ele dentro de casa.

Eu não tinha motor de triturar mandioca, aí eu fazia no ralo. Ele ficava deitado na rede se balançando, e eu triturando a mandioca no ralo. Você acredita que ele cortava sandália e remendava para o menino calçar? dava para os bichinhos calçar, ele não trabalhava para comprar não. Aí maninho, até que a minha filha completou um ano e seis meses, aí nos se separamos, era a mais nova a minha caçula, fui operada dela. Ele vivia mandando eu ir embora, mas ele quem findou indo... ele queria arrumar outra mulher para nós vivermos juntas na mesma casa, eu não aceitei, falei: procura o teu rumo, vai-te embora! Até que um dia ele resolveu ir embora, dia primeiro de setembro, a minha menina tinha um ano, um ano e seis mês quando ele foi embora.

Isso no seringal, eu fiquei cortando seringa, eu matava caça, eu ia esperar, esperava de noite, esperava de dia, qualquer hora eu ia esperar, matava bicho, matava porco, matava paca, cutia, nambu, Jacu, esses bichos assim, tudo eu matava. Macaco, eu cansei de matar e dar de comer os bichim, e fazia farinha com massa triturada no ralo, e torrava. Aí, maninho eu sei que lutei, lutei muito, lutei muito, para poder criar os meus filhos, mas criei tudim. Eu demorei a sair do seringal, quando eu saí de lá o meus meninos tinha, a mais velha tinha quinze anos. (Antônia Lima, 61 anos, novembro de 2017).

A senhora Antônia Lima, filha de seringueiros, relata sua trajetória de luta e resistência frente aos desafios diários no seringal. O casamento precoce como prática comum nos seringais da Amazônia surge como alternativa frente a um universo que não dispunha de

outras escolhas para o futuro. Nesse contexto, buscava-se gerar filhos que nasciam como sementes plantadas em uma terra seca, com a esperança de uma chuva no amanhã.

Meio ao matrimônio é relatado o aumento do sofrimento, onde não dispunha da parceria do companheiro para executar as atividades da casa. Pelo contrário, torna-se um peso maior para que esta suportasse. O desempenho das atividades básicas que lhes gerariam alimentos para o consumo em casa ficavam todas para que a “frágil” mulher, carregada de crianças e demais tarefas, desse conta. Nesse contexto Almeida (2015, p. 486) relata que:

A condição social vivida por mulheres seringueiras chama a atenção sobre o modo natural de se ver o envolvimento de mulheres em trabalhos ou funções delimitadas como especificamente masculinas. É uma condição discriminatória de divisão sexual do trabalho que, de certa forma, foi aos poucos sendo absorvida pelas próprias mulheres brasileiras que permaneceram por longo período caladas, submetendo - se a incontáveis situações constrangedoras e desumanas pelas quais passavam com frequência em seus locais de trabalho.

No relato de vida das colonheiras sobre as suas vivências nos seringais, podemos percorrer um vasto itinerário regado por um misto de acontecimentos em suas trajetórias, que vai desde a sua infância à chegada da vida adulta. Em meio a esses relatos, identificamos fatos significativos que compõem a sua história de vida que, ao serem narradas, são emergidas por uma carga sentimental muito forte ocasionadas pela recordação.

Assim, por meio da narrativa, é possível entender aspectos do cotidiano dessas mulheres que viveram no seringal. “A fala, o desabafo, o relato de um tempo vivido de forma marcante, transforma-se em um documento crível para ser analisado e estudado (ALMEIDA, 2016, p. 51).” Nessa perspectiva, a memória como evidenciada por Bosi (1994) surge comunicando a riqueza e a diversidade de momentos vividos e possibilita humanizar a realidade de quem escuta.

Marta Tabosa, atualmente professora na comunidade, mora há mais de vinte anos na localidade, relembra parte de sua trajetória quando ainda vivia no seringal juntamente com seus familiares:



**Figura 13.** Conversa com a colonheira Marta.  
Fonte: (NASCIMENTO SILVA; MESQUITA, 2017).

Cortei seringa, quebrei castanha junto com meus pais e meus irmãos, é eu saí do seringal eu tinha onze anos né, aí vim para a cidade de Brasília. Foi quando eu comecei a estudar, entrei na escola, eu tinha onze anos. Aí eu estudei o primeiro, segundo, terceiro e quarto ano lá em Brasília. Aí vim para Rio Branco com quinze anos. Eu passei a ser empregada doméstica, porque os meus pais se separaram né aí... ficou aquela confusão aí eu trabalhei dos quinze até os dezenove anos como empregada doméstica. Quando eu me casei aí foi que eu vim morar na colônia. Vim morar aqui nessa colônia. Quando eu vim pra cá eu já tinha meus três filhos, mas tudo pequenininho né. Como eu gostava muito da mata eu vim. Quebrei muita castanha, lembro quando eu era pequenininha botava aquele paneiro nas costas né cheio de castanha chega escorria assim... (Marta Tabosa, 55 anos, novembro de 2017).

Assim como Marta, a trabalhadora rural Deuzuíte nos relata, emocionada, a sua trajetória de vida em tempos de seringal onde teve que enfrentar intensas dificuldades para poder criar os seus filhos. A memória dessas trabalhadoras, destas famílias, e sobretudo, dessas mulheres mostram um universo de intenso trabalho, de exploração, de resistência, e de luta.



**Figura 14.** Conversa com a colonheira Deuzuíte. Mesquita e Nascimento, 2017.

Eu morei foi três anos no seringal com um bebezinho recém-nascido eu tive ele lá no seringal fiquei até três anos no seringal sozinha só eu e Deus com ele. Eu caçava, eu cortava seringa, eu plantava eu fazia tudo. Quando eu engravidei o meu marido me entojou. Aí ele saiu de casa, quando eu ganhei neném com dois meses ele voltou. Aí eu disse: não, quando eu mais precisava você sumiu, então agora eu não preciso mais de você. Aí ele foi embora, fiquei sozinha.

Nessa colocação a mais perto dava dez hora de viagem. E eu sozinha. Quando o meu pai chegou lá, o meu bebê estava com dois mês de nascido. Era difícil o pai ir lá em casa.

Mais eu cortava, eu caçava. Eu estava com cinco dias que tinha tido bebê eu matei um veado e dois porco. Trazia do mesmo jeito, não senti nada, nada. Eu cortava seringa, eu levava ele dentro de estopa levava a estopa aqui na frente e o saco de leite nas costas. Mais o balde e espingarda tiracolo. Pra onde eu ia eu tinha que levar, eu era bem novinha eu tinha uns dezessete pra dezoito anos. Eu era bem novinha nesse tempo. Aí sei que eu passei três anos nesse seringal sozinha, lá eu criava tudo era porco, ovelha, galinha, capote, ganso todo bicho. Do mato eu tinha tudo era macaco prego, era macaco preto daqueles macaco barrigudo de tudo eu criava eu achava muito bonito. E era solto, era que nem esse daqui, tudo solto.

Quando ele estava com seis meses eu fui esperar numa gameleira, era de noite. No seringal era negócio daquela poronga que a lanterna era aquelas lanterninhas a pilha, aí eu fui esperar, aí matei um veado, o veado veio cedo aí atirei e matei, aí eu fui atrás o veado caiu assim como daqui aquela minha hortazinha ali. Eu me abachei tirei logo o fato dele alí mermo, aí quando eu joguei nas costas ao invés de ter seguido pra cá pra onde eu tinha ido, segui pra dentro. Passemos três dias na mata eu com o bebê, três dias na mata com ele, ele chorava com fome por que lá em casa ele comia massa de banana tinha leite tinha tudo, era muito pouco com seis meses eu já não tinha leite suficiente pra dar pra ele né. Aí eu pegava tirava aquela água de taboca e dava pra ele beber, três dias que eu fiquei perdida dormindo no toco dum cumaru. Pra ver uma coisa, eu não andei como daqui lá o meu roçado pro caminho lá onde eu tinha entrado, aí passei três dias rodando em todo canto que eu chegava eu marcava que eu ia com uma faca, o veado já tinha ficado pra trás, passava por cima de jabuti cada um que era uma coisa mais linda só passava por cima é ia embora, não tinha como trazer. Nesse tempo tinha muito coco, aqui que não tem aqueles coco jaci, cacau no baixo era cheio eu me alimentava bem, mais o menino não se alimentava aí quando foi nos três dias aí o sol saiu bem aí eu digo rapaz é pra cá... você acredita que eu não andei vinte minuto eu já saí no caminho só que acima né, mais ou menos eu tinha... a espera era pra lá é eu sair pra cá, eu não andei uns quinze minutos estava bem pertinho. Pra você ver quando a gente se perde você fica mudo e surdo, eu não ouvia galo cantar eu não ouvia nada é era bem pertinho de casa, sei que eu passei três dias, aí quando eu cheguei em casa maninho o meu bebê adoeceu todo ferrado de carapanã aí Jesus amado peguemos muita chuva, as vezes eu contava pra ele, ele sentado assim ele só falta morrer de rir, ele diz; mãe a senhora queria me matar né, aí eu digo: não, pra onde eu ia tinha que lhe levar, já pensou se eu tivesse deixado ele, mais pra onde eu ia eu levava se eu ia no garapé eu levava ele.

Onça tinha onça, menino os queixadas você matava como aí no açude só escutava aquele estrondo você podia ir que os bichos estava em cima de casa, era perigosos lá onde eu morava quando era de noite quando dava seis horas você escutava onça esturrar pra tudo quanto era lado, aqui não é raro você ouvir uma onça esturrar.

Aí até que completou os três anos, aí eu disse: quer saber duma coisa: eu disse pai o senhor toma de conta das minhas coisas que eu vou mim bora, aí vim pra Rio Branco com o neném com três anos. Aí conheci um homem, me juntei, tive



mais cinco. E com esses seis aí pronto. Mas continuei trabalhando assim, eu sou mais é trabalhar em colônia (Deuzite de Souza, 54 anos, novembro de 2018).

## O SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO E AS MULHERES COLONAS

Adentrando à “máquina do tempo”, buscamos atualizar um pouco mais a conversa com dona Neci Nogueira, agora para falar de pertença ao assentamento rural que atualmente faz parte. Esta, “colonheira de carteirinha”, de posse de seu cartão de assentamento, nos recepciona entusiasmada em sua colônia. Ela diz que o Cartão de Assentamento é um documento fornecido pelo INCRA, que comprova que ela é a titular da propriedade, geralmente esse cartão é muito utilizado nas comprovações de informações na associação que frequenta e em qualquer outro assunto que envolva a propriedade, como o acesso a benefícios sociais e a créditos rurais.



**Figura 15.** Cartão de assentamento rural.  
Fonte: (NASCIMENTO SILVA E MESQUITA, 2017).

Em entrevista, dona Neci relata que ainda não foi ao INCRA buscar o título definitivo de seu lote porque precisa pagar um valor que naquele momento não dispunha. Ao ser indagada sobre o tempo demorado para o fornecimento desse documento, a moradora diz que, geralmente, é necessário um tempo mínimo de vinte anos morando na propriedade e cumprindo com o que é exigido pelo INCRA.

No discurso oficial do órgão, o Título de Domínio (TD) é definido como instrumento que transfere o imóvel rural ao beneficiário (a) da reforma agrária em caráter definitivo. É garantido pela Lei 8.629/93, quando verificado que foram cumpridas as cláusulas do contrato

de concessão de uso e que o assentado (a) tenha condições de cultivar a terra e de pagar o título de domínio (INCRA, 2018).

Ainda em conversa com dona Neci, quando perguntamos sobre o que a titulação da propriedade representava para ela, a moradora responde:

Representa uma riqueza muito grande na minha vida. Porque acabei de criar os meus filhos nessa terra, dei educação para eles, tirando o pão de cada dia dessa terra.

A mulher tendo a terra no nome dela é uma conquista, porque ela não anda se dispondo fácil da terra, trocando por besteira, porque sabe que é dali que ela tira o pão de cada dia para ela e para os seus filhos. Então, uma coisa de grande valor é a terra. Quando a terra era só nome do homem, era mais fácil dele se dispor da terra, porque ele não tem noção de que amanhã ou depois essa terra vai fazer falta para ele e para a família.

Hoje em dia, ele quer se dispor e ela não quer. Ela fala que não quer porque agora ela já tem o direito de se impor. Os direitos são iguais. Quando não existia isso, a mulher era escrava do marido, ele se desfazia de tudo e ela ficava sofrendo com os filhos, sem saber o que fazer, porque ela não tinha moral para ele e não tinha direito. Tudo o que ela falava, ele colocava para baixo, a palavra da mulher não valia nada para o homem. Mais depois que os direitos passaram a ser iguais, ela passou a ter voz ativa. (Neci Nogueira, 62 anos, outubro de 2018).

Através da fala de dona Neci, podemos constatar a importância que o acesso à terra possui na vida de uma mulher, assim esta passa a representar estabilidade e segurança em suas vidas e desse modo, podem dar continuidade em suas atividades que já vinham desenvolvendo há muito tempo. No PA Espinhara, percebemos que a participação da mulher na luta pela terra foi constante desde o processo de ocupação da área. No entanto, não foi isso que na maioria dos casos lhe conferiu a titularidade da terra, e sim o fato dos maridos já terem possuído lote em seu nome, o que os deixou inadimplentes. Dona Neci é uma das poucas chefes de famílias no assentamento que desde a ocupação da localidade possui a documentação do lote em seu nome e assim rompe barreiras e mostra a sua força desmistificando o espaço rural como hegemonicamente masculino.

No decorrer das atividades de pesquisa outras mulheres também foram ouvidas e se sentiram bastante valorizadas pelo fato de alguém estar interessado em sua história. Desse modo, não fizeram questão de esconder o que pensavam e sentiam demonstrando grande apego ao seu lugar de vivência. Marta Tabosa (55 anos) reforça:

Pra mim representa um paraíso (risos), eu sempre digo que eu vivo num paraíso, porque eu maninho, quando eu vou pra rua eu sinto uma dor de cabeça. Aí quando eu chego aqui passa. Já sou acostumada né, ah pra mim representa tudo, não sairia daqui por nada, só quando Deus me tirar.

Nesse sentido, percebemos um lugar experiencial regado por emoções e apego ao lugar o que para (TUAN, 1980, p. 15), podem se tornar um símbolo da totalidade psíquica, um microcosmo capaz de exercer uma influência benéfica sobre os seres humanos que entram no lugar ou que aí vivem.”

## POLÍTICAS PÚBLICAS PARAS AS MULHERES

Que as mulheres desempenham um papel primordial no desenvolvimento das atividades nos assentamento rurais isso já é fato. Agora, precisamos compreender como encontram-se organizadas as ações governamentais que beneficiam essas mulheres para que possam permanecer nos assentamentos. Quando visitamos os assentamentos, facilmente percebemos que grande parcela dos moradores já não são os mesmos do processo de ocupação. Nesse contexto, predominam mulheres, jovens, crianças e idosos que têm migrado para as cidades em busca de trabalho, formação educacional e um maior conforto.

Nessa conjuntura, também sabemos que grande parcela dos alimentos que as sociedades urbanas consomem em seu dia-a-dia advém do campo, onde os (as) agricultores (as) que são os responsáveis por produzir. Nesse sentido, para que esses trabalhadores e trabalhadoras continuem morando e produzindo no campo são primordiais grandes investimentos em políticas públicas que visem contribuir com esse processo.

As políticas públicas são princípios norteadores de ação do poder público. Elas, na perspectiva de gênero segundo Bandeira e Almeida (2004) são recentes. Historicamente, essas ações eram planejadas e “aplicadas por grupos sociais que dominavam a sociedade a elite política, geralmente composta pelos homens brancos, heteronormativos, com alta escolaridade, concentração de renda e de forte inserção social (SPM-PR, 2012 p. 2)”.

Mediante alguns avanços, temos, na atualidade, uma série de políticas públicas voltadas exclusivamente para as mulheres, onde antes estas não podiam participar hoje estão inseridas em boa parte delas. Por sua vez, as políticas públicas visam atender as demandas, principalmente das minorias excluídas. Essas são as diretrizes estipuladas nos projetos, ou seja, no papel. No entanto, na prática, ainda existem algumas dificuldades a serem sanadas.

No decorrer das nossas atividades de campo, identificamos a presença de algumas escolas no assentamento onde mulheres, homens, jovens e crianças participam das atividades escolares no decorrer do ano.



**Figura 16.** Jovens do Ensino Médio participando de uma apresentação alusiva ao dia da Consciência Negra.



**Figura 17.** Crianças do 3º ano do Ensino Fundamental participando de atividades escolares (arquivo pessoal do autor).

As figuras acima representam a efetivação de parte da política pública educacional destinada às comunidades rurais. Na primeira, figura podemos observar jovens do terceiro ano do Ensino Médio em processo de aprendizagem na escola Estadual Rural Nova Vida. Esta unidade de ensino se configura a única escola do PA com gestão, atendendo mais de trezentos alunos. Assim, conta com o seguimento regular do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, com o Programa Estadual denominado “Asas da Florestania”, criado em 2005 pelo Governo do Estado do Acre, onde leva a escolarização às comunidades localizadas em zonas de difícil acesso nos segmentos do 6º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio. A unidade conta ainda com as modalidades da EJA que é a Educação de Jovens e Adultos.

Nesse contexto, tratar das questões que envolvem o ensino rural é uma pauta necessária, principalmente quando se trata do acesso deste às mulheres. Ao analisarmos essa questão no decorrer da história vemos que este tem se constituído grande desafio por falta de uma política pública educacional eficaz, que atenda as situações peculiares existentes no campo.

Mais como assim, a escola mencionada anteriormente não possui todos os segmentos de escolarização? Sim possui. Mas, há uma grande diferença entre ter o ensino disponível e todos conseguirem acessar. Os jovens e crianças que estudam no decorrer dos turnos manhã e tarde, possuem um amplo acesso à escola, onde o transporte busca e devolve os

estudantes no período do verão amazônico. Já no período noturno que abrange a Educação de Jovens e Adultos não temos a mesma dinâmica. No decorrer de nossas atividades de campo, foi relatado pelas mulheres que não há um transporte escolar para atender à demanda da EJA.

Nesse contexto, as mulheres são as mais afetadas, uma vez que não podem estudar no decorrer do dia, devido as demandas do lote que têm que cumprir. No período de matrícula escolar, as mulheres efetivam a sua matrícula nas unidades do assentamento, no entanto, o número de desistência é muito elevado em razão da longa distância que precisam percorrer caminhando após chegarem cansadas do roçado e das demais atividades do lote.

Conversando com as mulheres e analisando os fatos, podemos constatar que o quesito educação para as mulheres no assentamento ainda se encontra muito a desejar. Afinal, não podemos esquecer que educação constitui uma ponte importante para a emancipação dos indivíduos na sociedade, e desse modo, esta deve ser uma prioridade do Estado. No entanto, o que pode ser constatado no Brasil é um histórico de descaso com a educação para o povo, sendo esta tratada de maneira secundária pelas diversas classes políticas que já estiveram no poder (HADDAD, DI PIERRO, 2000).

Assim, os diversos governos que passam pelo poder continuam insistindo em não dá a atenção necessária para a educação das mulheres e homens das áreas rurais. Nesse contexto, meio a “séculos de abandono e invisibilidade proporcionam um grande contingente de pessoas que não possuem a oportunidades de frequentar uma escola que atenda às especificidades próprias do rural (ARAÚJO, 2014, p. 79).

Infelizmente, a EJA ainda não é pensada como uma política pública efetiva, contínua e permanente. Essa modalidade educacional ainda é considerada como algo de menor importância no sistema educativo brasileiro. A EJA precisa trabalhar conhecimentos e saberes para as diversas fases da vida, conhecimentos estes que possibilitem uma formação capaz de viabilizar uma efetiva participação cidadã na sociedade.

Ainda na pesquisa de campo, constatamos que assim como existe o descaso com esse segmento educacional EJA, o mesmo descaso assola jovens que concluem a última etapa do ensino médio. Desse modo, se veem obrigados a migrar para a cidade visando dá continuidade em sua qualificação profissional para que mais adiante possam exercer uma profissão. A migração rural-urbano principalmente por parte dos jovens que almejam uma qualificação profissional é algo muito presente no assentamento. Assim, a saída desse jovem constitui o primeiro passo para em seguida os seus pais também venderem as colônias por não poder contar mais com a mão de obra dos filhos e nem a companhia.



No que se refere às questões de saúde dentro do assentamento, identificamos a presença de uma unidade básica de atendimento que, segundo a prefeitura do município, leva atendimento médico a cada quinze dias à população. No entanto, segundo os moradores, os atendimentos estão sendo realizados apenas no decorrer do verão amazônico. “É como se nós só adoecêssemos no verão, no inverno é a época em que nós mais precisamos de atendimento e não temos”, relatou uma moradora.



**Figura 18.** Inauguração da Unidade Básica de Saúde Nova Vida (Assessoria da Prefeitura de Bujari, 2018).



**Figura 19.** Unidade Básica de Saúde Nova Vida fechada, após um ano de inauguração (MESQUITA, 2019).

Nas figuras acima, podemos visualizar dois momentos que se referem à unidade básica de saúde do assentamento estudado. O primeiro trata-se da inauguração da unidade onde foi realizado uma grande reunião com a comunidade para a entrega da mesma. Na segunda figura, podemos ver a unidade de saúde fechada, após um ano de sua inauguração. Tal manobra se configura na contramão do que prega as Políticas de Promoção da Equidade em saúde que supõe que:

toda pessoa deve ter oportunidade justa para alcançar seu potencial pleno de saúde; que respeite as necessidades de cada cidadão e considere suas especificidades, sem privilégios ou preconceitos; implementar mecanismos de indução de políticas, programas e ações para populações em condições de vulnerabilidade e iniquidade, reconhecendo suas demandas, além de determinantes e condicionantes sociais. A construção da universalidade do acesso à saúde e a efetivação da integralidade do cuidado perpassam o reconhecimento da saúde enquanto processo determinado socialmente com dimensões como preconceito, localização geográfica, barreiras culturais e estruturais dos serviços, entre outros. As Políticas de Promoção de Equidade em Saúde formam um conjunto de ações e serviços de saúde priorizados em função da gravidade da doença ou da situação de populações em condições de vulnerabilidade, e ajudarão a alcançar, de forma igualitária e universal, o desafio maior do SUS: a garantia de acesso resolutivo, em tempo oportuno e com qualidade, às ações e aos serviços de saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015, p. 17).

No decorrer das visitas, foi possível perceber que os propósitos da equidade em saúde no assentamento, encontra-se longe de serem uma realidade. Assim, a única equidade encontrada se tratou da ausência de acesso a esse serviço básico para a população ali residente.

Nesse contexto, discutir a saúde das comunidades rurais, principalmente das mulheres que ali residem, é importante lembrar que estas comunidades possuem alguns mecanismos próprios de cuidado com a saúde, que são os saberes tradicionais. Trata-se de métodos e de técnicas milenares, passados de geração para geração. Refletir sobre a situação da saúde dessas mulheres e homens se constitui de grande importância, pois a condição de saúde dessas pessoas encontra-se diretamente relacionada às suas condições de vida e de trabalho que produz riscos, adoecimentos e agravos a saúde, seja pelo uso de compostos químicos, exposição ao sol sem proteção ou acidentes de trabalho.

É importante lembrar que os mecanismos próprios de cuidado com a saúde (saberes tradicionais) das comunidades rurais se constituem técnicas que auxiliam quando algum membro já se encontra sob efeito de alguma mazela, ou seja, não possuem métodos de combate ou prevenção de doenças a curto prazo. Nesse aspecto, deve entrar em exercício o papel das unidades básicas de saúde em realizarem ações de prevenção, fornecimento de consultas, medicamentos e exames que possam de fato auxiliar essas mulheres e homens a cuidar da saúde. Afinal de contas, o direito à saúde é parte de um conjunto de direitos chamado direitos sociais, que têm como inspiração o valor da igualdade entre as pessoas, assegurado pela Constituição Federal da República Federativa do Brasil desde 1988.

Dando prosseguimento com nossas investigações, e visando compreender os diferentes aspectos presentes na comunidade, relacionados ao fornecimento de apoio por algumas entidades públicas, direcionamo-nos até a SEAPROF - antiga EMATER - principal órgão responsável por aplicar as políticas públicas voltadas para as comunidades rurais no município. O nosso objetivo foi fazer uma sondagem dos benefícios que estavam sendo disponibilizados para as mulheres rurais. Assim, fomos recebidos pela técnica e extensionista Francisca Torres, que se pôs à disposição para nos prestar os devidos esclarecimentos.

Ao ser perguntada como a extensionista chegava até as mulheres rurais, ela responde que esse contato tem sido mais próximo por intermédio do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA que está sendo aplicado nos assentamentos do município há cinco anos. Esclarece que para o (a) colono (a) participar do programa, há cerca de dois anos, foi

realizado um cadastro com as famílias que tivessem condições de produção para entregar alimentos como, ovos, galinha, peixes, banana, mamão e entre outros produtos. No entanto, o programa demorou dois anos para iniciar as atividades, assim, quando ressurgiu muitos (as) moradores (as) não tiveram condições de fazer as entregas, pois não imaginavam que ainda iria ocorrer.

Relata que, atualmente, trabalha com quarenta famílias distribuídas entre os diferentes assentamentos do município. Entre estas, apenas uma família é do PA Espinhara e três do PA Antônio de Holanda. Mas, garante que em sua maioria as contempladas são as mulheres. *“São a maioria mulheres. Elas não estão só na feira, se você for lá no lote, elas são mulheres desde lá do roçado até aí na feira. São provedoras de família mesmo (Francisca Torres, técnica e extensionista SEAPROF - Bujari. Nov. de 2017).”*

Frente ao que foi socializado, observamos que o Programa em si é uma excelente forma de trabalhadoras e trabalhadores rurais obterem uma complementação de renda. No entanto, sua duração no decorrer do ano, chega a no máximo três meses. Levando em consideração que durante o mês os (as) produtores (as) só entregam o que é produzido duas vezes, e que este (a) só recebe os valores correspondentes após o término do programa no fim do ano, termina que esse dinheiro se consolida uma “poupança”.

Nesse contexto, também se observou que para essa trabalhadora e esse trabalhador consigam produzir para participar do programa, é preciso que tenham produção para ofertar. Isso significa que outras estratégias tinham que ser encontradas para que essas pessoas pudessem produzir. Como por exemplo, já que esses não podem queimar para plantar, que fossem ofertadas máquinas de aração e destoca sem que os (as) produtores (as) tivessem que arcar com o óleo para as máquinas e ainda pagar as diárias do tratorista. Nesse contexto, Dona Antônia relata:

A gente sente falta de políticas públicas por que não tem uma pessoa pra indicar nada, né? pra ter assim um apoio, por que aqui se a gente não pagar associação não tem apoio de nada. Teve um arado uma vez pra nós, duas vezes, um aradozim, daí, isso acabou. Impata da pessoa brocar, não pode isso, não pode aquilo, aí num tem assistência de ninguém fie é complicado. Agente não vai tá comprando de tudo, se podia fazer uma farinha, uma goma, uma coisa, um milho pra criar uma galinha sem tá dependendo de comprar. Como é que a pessoa vai viver sem ter condições? aí é o jeito brocar, mas eles empatam, aí a pessoa vai e broca um pouco ali escondido (Antônia Lima, 61 anos, PA Espinhara II. Bujari-AC, nov. de 2017).

Na fala da trabalhadora, podemos ter um exemplo de como são configuradas as relações de poder no assentamento, onde a vontade e o esforço da colonheira em produzir não são suficientes, pois fica a depender da máquina pública para auxiliá-la. Observa-se

também a falta de um planejamento equitativo nas leis ambientais, que dê as condições mínimas para que uma produtora rural de pequeno porte como dona Antônia possa preparar a terra para o plantio sem que tenha que sentir-se uma fora da lei (criminosa).

Ao ser indagada sobre a disponibilidade de outras políticas públicas voltadas para as mulheres, a extensionista explica que tem o PRONAF- MULHER, mas o que tem inviabilizado as mulheres acessar esse crédito tem sido o fato da DAPE da propriedade está ligada ao marido e a mulher. A DAPE é a Declaração de Aptidão ao PRONAF, esse documento identifica o (a) produtor (a) familiar, é necessária para que se possa acessar as políticas públicas voltadas a agricultura familiar.

Relata, ainda, que algumas mulheres que tentaram acessar foram convencidas pelos maridos a não contratar o PRONAF mulher que é cerca de três mil reais, e sim, ao PRONAF A que o valor é superior ultrapassando os vinte mil, e tem um desconto de quarenta e seis por cento. Se ele (a) pegou vinte e cinco mil ele paga só a diferença. No entanto, geralmente são os maridos que ficam responsáveis por decidir em quê aplicar o dinheiro. Geralmente, costumam financiar o curral, fazer cerca, comprar gado e as coisas que a mulher quer, acaba ficando em segundo plano.

Ao chegarmos ao assentamento e conversar com as colonheiras estas relatam não acessarem a tais linhas de crédito. Uma das entrevistadas que não possui grau de instrução relata: *“Já pelejei pra fazer um financiamento pela colônia e não dá certo, nunca deu certo (Maria Liberdade, 49 anos, PA Espinhara II. Novembro de 2017).”* Na propriedade de dona Liberdade não havia grandes produções, mas o essencial para o seu sustento e o de sua família. Provavelmente a inviabilidade de contratar uma linha de crédito pela moradora esteja associada ao que explica a técnica e extensionista da SEAPROF, Francisca Torres:

A DAPE é uma forma de se calcular a renda familiar anual de um produtor familiar, para poder o banco fazer uma análise da viabilidade econômica. Porque quando um produtor vem acessar um crédito, o órgão fiador tem que saber se ele tem gado, se cria peixes, se tem renda de aposentadoria, mas nesse caso a renda interna tem que ser maior do que a externa (Francisca Torres, técnica e extensionista da SEAPROF - Bujari-AC, nov. de 2017).

A medida que vão sendo criadas políticas públicas que teoricamente visam beneficiar as mulheres e os produtores rurais de um modo geral, observa-se que não há uma sensibilidade na oferta de uma linha de crédito para os (as) produtores (as) que estão iniciando suas atividades, ou seja, que não pode ainda ofertar uma garantia para os bancos. Visualiza-se ainda uma política pública excludente que não pensa em quem produz. As fotografias abaixo configuram apenas um exemplo.





**Figura 20.** Ponte que dá acesso ao PA Espinhara II (NASCIMENTO, 2018).



**Figura 21.** Condições de trafegabilidade do Ramal do PA Espinhara II (MESQUITA, 2018).

Nesse contexto, a maioria das trabalhadoras rurais do PA alegaram não ter acessado a nenhuma linha de crédito por medo de não conseguir pagar a dívida no tempo exigido. Tudo isso por uma série de questões bem como por não possuir condições de trafegabilidade adequada para o escoamento da produção em razão das condições do ramal, como podemos acompanhar nas figuras, e nem políticas voltadas ao preparo e correção do solo para que possam produzir, o que as deixam limitadas ao produzir apenas para o consumo próprio.

## A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DA MULHER NO ASSENTAMENTO

As relações de gênero implicam de modo direto como os indivíduos produzem e ocupam os seus espaços meio a coletividade. Nesse contexto, as funções e “os papéis que homens e mulheres desempenham na sociedade contemporânea não são de ordem natural, mas advêm de uma construção histórica, cultural, religiosa, social e política, com fortes traços de dominação sobre a mulher (TEIXEIRA; SILVA, 2017, p. 235)”. Assim, nos registros históricos, encontramos os apontamentos dos espaços ocupados pelas mulheres nesse período. Geralmente, giravam entorno dos espaços da casa e de atividades religiosas.

Tais questões, no decorrer do tempo, vieram sofrendo algumas alterações. No entanto, no decorrer das visitas e entrevistas realizadas para essa pesquisa, constatamos



essa prática atrelada a algumas modificações. Desse modo, vimos que a vida social das mulheres no PA Espinhara II ainda encontra-se intimamente ligada à vida religiosa.



**Figura 22.** Igreja Assembleia de deus no PA Espinhara II (MESQUITA, 2018).



**Figura 23.** Mulheres em procissão de Domingo de Ramos no PA Espinhara II (QUEIROZ, 2018).

Nas figuras anteriores, podemos reafirmar a presença marcante das atividades religiosas na vida da comunidade. Na primeira figura, temos a igreja evangélica “Assembleia de Deus”, que possui um número significativo de fiéis na comunidade. Na segunda figura, temos algumas famílias, compostas por mulheres, homens, jovens e crianças em uma procissão de “domingo de ramos”, que é uma simbologia para o início da “Semana Santa”.

Na comunidade, algumas mulheres, geralmente as mais velhas, tratam a religião como uma forma de lazer. As mulheres evangélicas costumam frequentar a igreja para ir aos cultos pelo menos duas vezes na semana. Dona Antônia (61 anos) relata sua experiência com o sagrado:

Eu era da igreja católica, saí por causa de uma doença do meu neto. Deus me chamou através da doença do meu neto. Ele passou a noite tossindo, desde a noite passada que ele não dormia, o dia todinho, nem comia e nem nada só tossindo, tossindo, tossindo. Ele num dava um segundo duma tose pra outra. Era tuf, tuf, tuf. Aí por fim, ele num aguentava mais tossir. Ele dizia: vó me acuda, vó, eu vou morrer, num aguento mais. Aí eu fui lá, voltei pra trás chorando né, sem saber o que fizesse. Então decidi orar, orei, orei que me senti dormente. O meu corpo adormeceu, e ele se aquietou-se lá em cima da cama. Uma febre o menino tava... Eu fiquei ali, a base de uma meia hora eu acho. Aí eu fiquei, fiquei, fiquei aí ele quietou-se, aí eu me levantei e o meu corpo parecia que alguém tinha aplicado um negócio em mim, é, eu fiquei anestesiada e ele também lá em cima da cama bem quietinho. Isso foi Deus que botou aquelas palavras na minha boca, e de tanto eu pedir, de tanto eu abrir a boca e confiar nele, ele me ouviu. Daí Aceitei Jesus, me batizei, aí pedi pra DEUS me libertar das coisas, pra eu num tá pecando (Antônia Lima, 61 anos, PA Espinhara II. Bujari-AC, nov. de 2017).

No relato de dona Antônia, podemos observar que de seu ponto de vista a fé foi capaz de proporcionar a cura de seu neto. Esta, por sua vez, tida como algo muito íntimo e transcendental existe em todas as religiões. Tratando-se de fé onde não se pode ter em mãos nenhuma evidência de que seja verdadeiro ou real, todas as religiões encontram-se em situações de equidade nesse quesito.

No entanto, a colonheira não consegue ver dessa forma, e passa a acreditar que a sua antiga religião católica não foi capaz de atendê-la quando mais precisou e passa a imaginar que não tenha sido atendida em por intermédio de sua religião original por possuir em seus hábitos e costumes cotidianos toda uma evidência do “pecado”. Este por sua vez é visto como aquele que ultrapassa a lei, o limite divino entre o bem e o mal; é iniquidade, um ato inerentemente errado, quer expressamente proibido quer não.

Em sua visão Deus, colocou uma fronteira entre o certo e o errado, entre o bem e o mal. Atravessar essa linha do lado certo para o lado errado, é pecado. Mediante a tal concepção de pecado e por vir acompanhando ao longo do tempo toda uma construção ideológica disseminada por parte das igrejas evangélicas de que existem religiões mais poderosas do que outras, dona Antônia que até então era católica findou sendo convencida a se tornar evangélica.

No assentamento estudado, as mulheres que frequentam a igreja católica sempre vão aos domingos para os encontros. Também participam de missas e procissões, cultuando nas datas correspondentes a santos como São Francisco de Assis e São Sebastião. Além disso, é muito comum dentro do assentamento entre os meses de junho a agosto serem realizados arraiais (festa junina). Esses são promovidos por escolas e a igreja católica, com a finalidade de se arrecadar recursos para a realização de obras e compra de equipamentos.



**Figura 24.** Arraial junino da Escola Nova Vida (MESQUITA, 2018).



**Figura 25.** Mulheres no Arraial da Escola Nova Vida (MESQUITA, 2018).

Tais eventos costumam ser uma excelente opção de lazer e socialização para as mulheres. É onde geralmente reencontram amigos (as) e conhecidos para colocar o “papo” em dia e dançar o mais admirado dos ritmos na localidade, o forró.

Constatamos ainda que a participação social das mulheres mais jovens, geralmente as filhas das entrevistadas, é um pouco mais diversificada. No caso das católicas, além de irem à igreja, também costumam participar aos domingos de atividades recreativas na comunidade que quase sempre encontram-se ligadas ao futebol. Na perspectiva amistosa, uma espécie de treino, não há diferenciação de sexo, cor, ou idade, todos (as) se divertem juntos (as). No decorrer de cada ano, geralmente no período da véspera de Natal, homens e mulheres se reúnem e realizam o jogo dos (as) solteiros (as) contra os (as) casados (as). No decorrer do jogo, os homens casados usam peças femininas (vestidos) e os solteiros usam uma blusa feminina geralmente com decote e uma saia. No decorrer dos jogos mulheres entram em campo com trajes masculinos.



**Figura 26.** Torneio feminino de futebol de campo, mulheres casadas competem contra as solteiras (Foto cedida pela comunidade local).



**Figura 27.** Torneio masculino de futebol de campo, homens solteiros competindo contra os casados (Foto cedida pela comunidade local).

As atividades que envolvem futebol na comunidade é uma grande atração, onde mulheres, homens, jovens, crianças e idosos se reúnem para se divertir, enquanto uns participam jogando, outros assistem na arquibancada, e torcem pelo seu time favorito.

No decorrer do restante do ano, nos demais torneios locais, que envolvem premiações para os vencedores (as), são formulados os times dos homens e o time das mulheres que competem de modo separado. Nesse contexto, as premiações e taxas de inscrição são diversificadas, onde a premiação para o time das mulheres é sempre inferior. Se há dois prêmios a serem distribuídos aos vencedores (as), como por exemplo, um novilho e um porco, geralmente o porco será a premiação para o time das mulheres.



São em contextos iguais a estes que precisamos continuar repensando a condição de mulheres e homens na sociedade, para que assim, haja uma reformulação dos papéis sociais de ambos. Precisamos construir uma sociedade em que ao se tratar da mulher, esta não seja apontada como inferior. Muitas vezes, mesmo que o discurso não aponte, mas as práticas condenam. Baticã (2015, p. 36) aponta que:

Um dos maiores problemas que advêm desta divisão e fixação de papéis, é que os gêneros assumiram as diferenças como naturais, biológicas, e a mulher se adaptou a este lugar na sociedade, interiorizando uma imagem de inferioridade e dependência, e o homem a imagem de desempenho e sucesso, num mundo em que ele tem que competir com os outros permanentemente para ganhar.

Diante dos fatos, observamos que na comunidade ainda há a existência de um exacerbado patriarcalismo que até mesmo nas atividades culturais e de lazer saltam aos olhos. No entanto, as mulheres da comunidade têm buscado partir para o enfrentamento e tem buscado uma equiparação entre os sexos. A atuação introdutória das líderes municipais do Movimento de Mulheres Camponesas tem buscado levar para as colônias alguns esclarecimentos na perspectiva do empoderamento feminino, visando incentivá-las a se enxergarem como muito capazes, tão quanto o sexo oposto.



**Figura 28.** Mulheres do MMC municipal reunidas, (QUEIROZ, 2018).



**Figura 29.** Confraternização após o encontro do MMC municipal (QUEIROZ, 2018).

As figuras expressam algumas das atividades realizadas pelo Movimento de Mulheres Camponesas do município de Bujari, onde foram reunidas mulheres dos mais de dez assentamentos rurais existentes no município. Após discutidas as pautas que visam levar esclarecimentos que de algum modo pudesse libertá-las de opressões e discriminação, as mulheres tiveram o seu momento de descontração ao som de diferentes ritmos onde puderam dançar, conversar, sorrir e socializar.

Em conversa com uma das líderes do movimento do assentamento, a senhora Maria Rosangela (50 anos), ficamos por dentro de pretensões de fortalecimento do Movimento de Mulheres Camponesas na localidade, onde sua articulação aponta melhorias no assentamento através do trabalho coletivo de mulheres. Entre as práticas que pretendem realizar encontra-se o resgate do adjunto. Trata-se de um tipo de mutirão com a realização de trabalhos coletivos, onde a cada dia as integrantes do grupo se dirigem até a casa uma das outras para realizarem o serviço que disponível para aquele dia (construção de hortas, galinheiros, colheita de legumes, carpir o roçado e etc.). É uma prática que, nos dias atuais, está sendo esquecida nos assentamentos rurais, então as mulheres da localidade por incentivo do MMC estão se mobilizando para fazer o resgate e fortalecer essa prática colaborativa no assentamento.

Para que o movimento de mulheres continue articulado e promovendo a formação política e social de um determinado segmento faz-se necessário um trabalho voluntário de alguém com um certo grau de instrução. No assentamento estudado essa tarefa é exercida por Rosangela. Muito conhecida na comunidade por ser colona e já ter sido professora e gestora da maior escola do assentamento (Escola estadual Rural Nova Vida), não mede esforços para ver o progresso de suas companheiras de luta. Assim, compartilha relatos sobre a participação feminina na presidência de uma das maiores associações do assentamento, a AMURI:

O machismo aqui ainda é muito predominante. Nós discutíamos os nossos assuntos, e os maridos não participavam. Então assim, nós chegamos a um consenso que seria melhor acrescentar a palavra homens no nome da associação e trazer eles para a associação, porque aí eles também ficariam por dentro do debate. Para eles verem que não é como eles estavam pensando. A história da AMURI é interessante porque a primeira presidente foi a Curica, uma mulher. A segunda foi eu Rosangela, uma mulher. Em terceiro foi o Lico, um homem. Em seguida já veio a Lúcia que era uma mulher. Depois foi o Suca. Agora entrou a Berenice que é mulher. Então, temos quatro mulheres que foram presidentes e dois homens até agora. As mulheres ainda estão predominando na presidência da AMURI. É uma associação que troca constantemente de presidente. Não é aquela coisa de que eu vou ficar aqui, cinco, seis anos que nem muitas vezes a gente ver (Maria Rosangela, 50 anos, PA Espinhara II. Bujari – AC, nov. de 2017).

As eleições para a presidência das associações geralmente ocorrem de dois em dois anos no assentamento, onde podem se candidatar homens e mulheres que desejem concorrer à presidência. Desta forma, o processo é realizado e registrado em atas posteriormente publicadas, se consolidando um processo transparente. Assim, a presidência é concedida àquele (a) que obtiver o maior número de votos a seu favor.



A partir de então, o (a) presidente da associação passa a atuar como porta-voz da comunidade que o (a) elegeu. Desse modo, visa buscar melhorias para os seus membros, assim, distribui de modo equitativo os benefícios conseguidos junto aos órgãos municipais, estaduais, federais e de iniciativa privada.

Observamos, no decorrer do discurso da líder do MMC no assentamento, grande a preocupação com a perda de possíveis espaço pelas mulheres nas associações ou nos espaços de fala como um todo. Um dos grandes símbolos de busca na equidade de gênero formulados por elas se encontra quando decidiram incluir os homens em suas atividades, assim como também no nome da associação.

Foi uma forma encontrada para dar visibilidade às mulheres, assim, os homens passaram a redimensionar os fatos e ver que a luta das mulheres não é uma causa necessária. No decorrer de suas reuniões, ao invés de tratá-los como os vilões que deveriam serem afastados das atividades para as mulheres e do contato com a temática, elas buscaram incluí-los para que pudessem ter ideia da importância das discussões e assim, aos poucos, pudessem colaborar.

No assentamento espinhara, também foi possível constatarmos a existência de mulheres que participam da política eletiva, concorrendo a cargos de vereadoras e deputadas. No entanto, das duas mulheres que se candidataram, nenhuma conseguiu ser eleita. O que vai em direção dos indicadores que apontam para a velha problemática da sub-representação feminina no campo político.

Almeida; Lüchmann e Ribeiro (2012) dão conta de que a constatação de injustiças dessa natureza foram divulgadas através de pesquisas realizadas no Brasil e outros países da América-Latina, além de Estados Unidos que constataram que a atuação política institucional em comparação com a masculina, tende de modo geral, priorizar os grupos sociais mais vulneráveis, como idosos, crianças, portadores de deficiência e as próprias mulheres.

Em linhas gerais o PA Espinhara II é um assentamento plural, composto por mulheres, homens, crianças, jovens e idosos e uma riqueza cultural bastante expressiva

## ROTAS DO FEMINISMO: ENTRE PRÁTICAS PRODUTIVAS E SIMBÓLICAS



**Figura 30.** Entrada do PA Antônio de Holanda.  
Fonte: (NASCIMENTO SILVA; MESQUITA, Bujari, 2017).

*“Esse negócio de festa, sair pra passear, eu não me vejo assim. Eu sempre me vi me arrumando pra ir trabalhar” (Valcineide, 48 anos).*

Pesquisar os fenômenos sociais na perspectiva da construção e reconstrução de seus espaços de vivência, implica um aprendizado singular. Visitar os assentamentos rurais e poder conversar com as mulheres que ali residem e demais moradores, observar o modo como se encontra distribuída cada estrutura, organização, função e significado, é algo que chama bastante atenção. É nesse contexto que conseguimos compreender que tudo se encontra articulado, no tempo e no espaço, como uma espécie de rede, tecida fio a fio, onde cada estrutura, processo, função e forma constitui um ato singular.

No passado, podemos imaginar esses locais inseridos em meio a uma paisagem de densa floresta. Com o passar do tempo, mediante a necessidade de ampliação do ponto de vista dos assentados, busca-se a elaboração de vias que dê acesso aos assentamentos, provendo a ida e a volta de mulheres, homens, idosos, jovens e crianças.

Esses sujeitos passam a desempenhar diversas atividades que fazem parte do convívio social, bem como ir à escola, a reuniões, à igreja, plantar, colher e realizar o escoamento da produção. Mas, para o desempenho de todas essas atividades, fez-se necessária a construção de cada um desses espaços. Empreendeu-se uma fundamental articulação política e de organizações locais, para que houvesse um auxílio na construção de algumas dessas estruturas, como é o caso das estradas.

Toda essa conjuntura ocorre porque “o trabalho familiar camponês abastece a casa de morada, alimenta os seus membros, e também é destinado a lugares e pessoas exteriores a essa realidade” (MOURA, 1986, p. 55). Tal prática realiza-se para atender a essa lógica. Assim, as trilhas em meio à floresta, cede espaço às estradas de terra, e estas dão acesso até chegar as BRs, asfaltada que os leva até os centros urbanos onde há uma maior concentração de pessoas que possam comprar os seus produtos.

Nesse mesmo espaço, as colonheiras e colonheiros transitam semanal, quinzenal ou mensalmente, para comercializar os seus produtos cultivados em seus lotes, e, em contrapartida, adquirem o necessário para levar às suas casas o que apuraram com as vendas.

Assim, eles (as) passam, a cada espaço de tempo, a reproduzir essa lógica, pois nem tudo o que precisam para o seu mantimento familiar podem retirar da plantação, mas se esforçam ao máximo, substituindo produtos industrializados por aqueles que podem ser produzidos em suas colônias. Como, por exemplo, a substituição do óleo de soja pela gordura extraída do porco (banha) ou pela castanha do “Pará”, o açúcar refinado pelo açúcar preto produzido de modo artesanal, o café industrializado por café de milho ou da plantação, e assim por diante.



Observa-se, mediante tais pontos elencados, que aos poucos a paisagem passou a ser alterada e cada modificação assumiu um significado. Ou seja, atualmente, cada paisagem representa uma lógica de organização e de cada ação humana.

No que se refere a esse contexto geográfico da configuração das paisagens, Claval (2011, p. 67-68), explana que:

a geografia não pode se apoiar exclusivamente na observação da paisagem. Ela se interessa por aqueles que habitam os espaços sobre os quais se debruça, pela maneira como se inserem no meio, como o exploram e modelam. Ela se volta às formas de organização que eles realizam. Ela busca compreender a maneira como vivem os espaços onde residem, ou aqueles que visitam ocasionalmente.

A partir da reflexão apresentada por Claval, este capítulo busca caracterizar o PA Antônio Holanda. Para tanto, discutiremos o protagonismo das mulheres colonheiras desde o processo de luta e conquista da terra, até o desempenho de atividades rotineiras em seu dia-a-dia.

Ressaltaremos questões como o usufruto do direito à titularidade conjunta da propriedade, através de relatos e histórias de vida compartilhadas, além de apresentarmos um panorama de sua participação em movimentos sociais, associações e atividades religiosas e culturais.

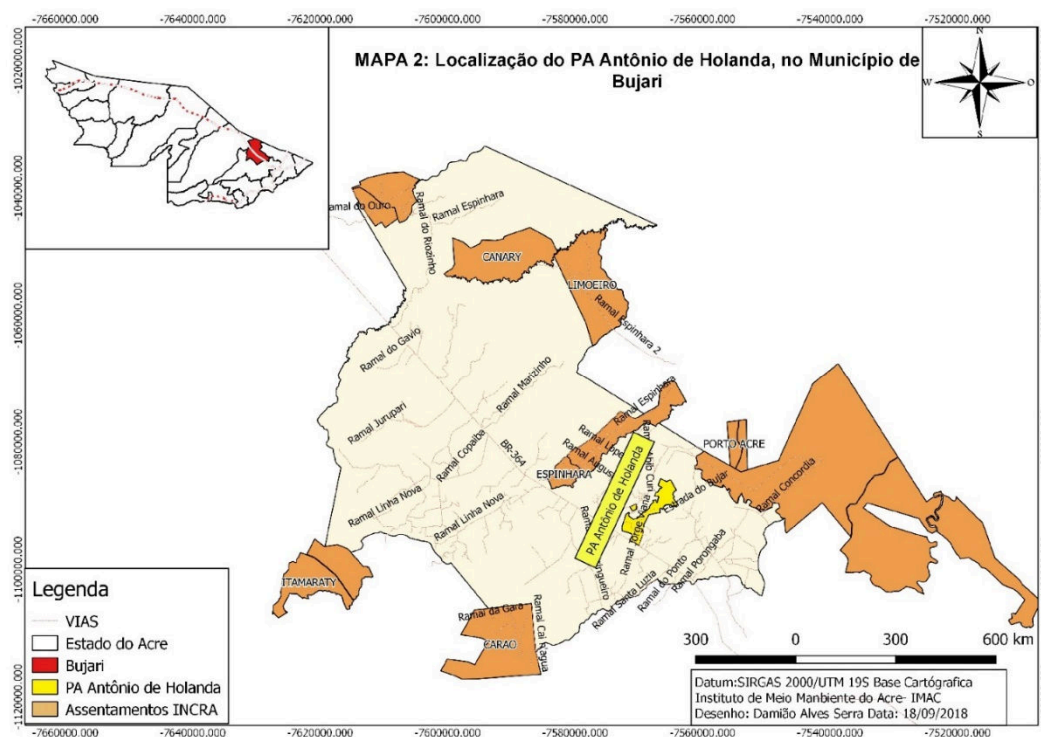
## PA ANTÔNIO DE HOLANDA: LUTA E CONQUISTA DA TERRA

O acesso à terra é um sonho tanto das mulheres quanto dos homens. Geralmente, esse sonho encontra-se vinculado a uma identidade camponesa presente no decorrer da trajetória de vida dessas pessoas. Na maioria das vezes, suas histórias de vidas encontram-se vinculadas a uma criação que tiveram em áreas rurais, onde ajudavam os pais no cultivo da terra nas colônias agrícolas ou relacionadas às atividades nos seringais.

Assim, o “acesso à terra é uma condição básica para a reprodução do campesinato e sinaliza a possibilidade de camponesas e de camponeses viverem com dignidade no campo” (MESQUITA, 2016, p. 84). A partir deste acesso, é possível as famílias melhorarem de vida, pois terão a oportunidade de se fixarem em uma localidade onde poderão produzir boa parte dos alimentos consumidos, terem autonomia no direcionamento do trabalho, organização do tempo, reprodução social da classe e, acima de tudo, cultivar a sua identidade colonheira (camponesa) que lhes acompanha desde muito cedo.

Nesse estudo de mulheres em assentamentos rurais, o PA Antônio de Holanda é um dos treze assentamentos do município de Bujari. A área corresponde a 2.422ha (dois mil quatrocentos e vinte e dois hectares), que pertencia à Fazenda Vista Alegre. Assim, por intermédio de pressões dos movimentos sociais locais - como o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Bujari (STTR) - foi adquirido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, através da portaria número 40, de 23 de dezembro de 2009.

A priori, a localidade foi denominada de PA Bujari, que, posteriormente, foi substituída a nomenclatura para PA Antônio de Holanda, como forma de homenagear um trabalhador rural pioneiro no município. O assentamento fica localizado à margem direita da BR 364 km 37, distante cerca de 07km da sede do município.



**Figura 31.** Localização do PA Antônio de Holanda, no Município de Bujari, Acre.

Por se tratar de uma área fruto de sucessão ecológica, toda a vegetação primária foi removida para ceder espaço às pastagens, antes de ser transformado em PA. Assim, não houve como os (as) moradores (as) deixarem reservas florestais, que pudesse preservar os córregos existentes. Ao ganhar o perfil de PA, a localidade passou a comportar 106 famílias, que passaram a viver do que produzem na localidade, bem como frutas, verduras, legumes,



peixes, gado leiteiro e animais de pequeno porte (pato, galinha, capote, peru, ganso e etc) e demais produtos confeccionados pelas mulheres.

Como anunciamos anteriormente o nome do PA leva o nome de uma figura masculina que segundo grande parcela da comunidade representou um grande símbolo de resistência e pioneirismo na comunidade bujariense. No entanto, sabemos que naquela comunidade também existiram algumas mulheres que se destacaram através da luta e resistência tanto no urbano, quanto no rural, e mesmo assim, não há nenhum assentamento que carrega os seus nomes. Partindo desse ponto de vista, visualizamos uma intensa relação de poder que vem sendo imposta no meio rural, uma vez que através da representatividade exibe-se a presença e a força masculina que deve ser imperada no assentamento, pois deixa-se nas entrelinhas que a rusticidade do espaço rural “exija” a força e garra de um homem.

Zolin (2010, p. 84) explica que “as representações são variáveis e determinadas pelos grupos ou pelas classes que as edificam; sendo que o poder e a dominação estão sempre presentes.” Assim, precisamos ficar atentos (as) a cada representação, já que geralmente trazem consigo muitas vezes uma ordem social imposta pelo opressor que passa a ser reproduzida também em detalhes sutis, mas que não perde o seu sentido original de dominação.

Na contramão de uma representatividade que dita o espaço rural como mais apropriado para habitação e emprego da mão de obra masculina, dona Socorro, uma das primeiras moradoras a chegar na localidade, compartilha trechos desse enfrentamento através da prática. O nome da localidade pode até ser masculina, mas a grande parte da mão de obra empregada é feminina, e desconstrói toda uma lógica que centra a mulher como frágil.

Fui uma das primeiras a chegar, dormia embaixo de árvore, depois passei a dormir num barraquinho que só tinha três paredes, só eu e Deus, sem luz sem nada, nem vizinho quase não tinha, só um ali e outro acolá. Tinha gente que dizia: meu Deus, essa mulher é louca, mas com muita luta consegui o meu lugar (Maria Socorro, 57 anos).

Dona Socorro é apenas um exemplo da resistência feminina dentro deste assentamento rural, mostrando que a participação feminina se constituiu desde o seu processo de luta pela terra, trajetória, muitas vezes, invisibilizadas pelo imaginário masculino, vivendo e agindo, dentro das práticas cotidianas das mulheres colonheiras, além dos agentes públicos que se negam estabelecer melhorias de acesso e permanência dentro dos assentamentos rurais.

Apesar da idealização da construção do PA de assentamento rural ter sido fruto de uma demanda de cadastros realizados há muitos anos no INCRA, que deveria seguir algum dos critérios como ser agricultor ou agricultora sem terra; trabalhador ou trabalhadora que estivesse na condição de posseiro, assalariado, parceiro (a), meeiro (a) ou arrendatário (a) no meio rural; e agricultor ou agricultora cuja propriedade não ultrapassasse a um módulo rural do município. Ainda assim, mediante o atendimento de tais critérios os (as) possíveis beneficiários (as) tiveram que realizar diferentes movimentos (manifestações, passeatas, acampamentos), buscando pressionar o poder público para que pudessem agilizar a oficialização do PA.

Nesse contexto, os (as) sem terras, quando saiam para os manifestos, também temiam a invasão dos lotes por outras pessoas que também queriam terra, mesmo sem o cadastro prévio no órgão responsável pela reforma agrária. Por isso, dona Socorro relata ter dormido embaixo de árvores, porque se tratava de uma forma de demarcação territorial, de modo a impedir possíveis invasões de seu futuro lote.

Na luta pela terra composta por sujeitos despossuídos desse bem (tanto os que estavam no cadastro, quanto os que não foram contemplados) podemos visualizar o armamento de uma teia onde os (as) sujeitos (as) envolvidos (as) não possuem a terra, mas são jogados (as) nas tramas do poder de defender o que ainda não lhes pertencia de fato, constituindo desse modo grupos de resistência.

A trajetória de dona Socorro, no assentamento, reafirma o que escreveu Valenciano (2006), ao estudar estratégias de mobilização de mulheres trabalhadoras sem-terra no Pontal de Paranapanema:

Desde o primeiro passo da luta, que é a ocupação, a mulher está presente. Ela qual se destaca ao lado dos homens, muito embora a cultura e os preceitos que referenciam a organização patriarcal familiar tenham, na mulher, a dona de casa, a senhora do lar, a mãe, a esposa. Ou seja: todos os aspectos que caracterizam o espaço privado (VALENCIANO, 2006, p. 33).

No decorrer das entrevistas, foi possível confirmar o que escreveu Valenciano. Podemos visualizar que o papel das mulheres, neste assentamento, sempre foi plural, desde o processo inicial de ocupação. Visualizamos ainda que, apesar da sobrecarga que existe sobre estas mulheres, relacionadas à rotina cotidiana, tendo que se dividir entre os afazeres domésticos, dos filhos, dos maridos e da agricultura, elas se apresentaram com maior poder de decisão referente à condução das atividades no lote e também no que se refere à aplicação do dinheiro arrecadado com as vendas da produção.

O PA é uma idealização do INCRA, mas os (as) moradores (as) relatam que, até o presente momento, não receberam nenhuma ajuda das instituições que estabelecessem as condições mínimas de permanência nos lotes. Em outros PAs mais antigos, é bastante comum a implementação de políticas públicas, como construção de casas e mantimentos aos assentados (as) no primeiro ano de residência, pois trata-se de um momento de grandes dificuldades para quem está iniciando. É um período onde (as) os colonheiros (as) não possuem nenhum produto como: legumes, hortaliças, pomares e a roça de macaxeira, milho e outros produtos plantados e que precisam iniciar do zero todos os cultivos.

No que se refere aos tipos de moradias, são muito distintas umas das outras, construídas de acordo com as posses dos moradores; ou seja, muito simples, sendo algumas mistas, outras de madeira e outras em alvenaria.



**Figura 32.** Tipos de moradias no PA Antônio de Holanda.

Fonte: (MESQUITA, NASCIMENTO SILVA, 2017).

No decorrer das entrevistas, os (as) moradores (as) relataram que as maiores dificuldades encontradas para se estabelecer na localidade ocorrem no primeiro ano. Nos anos seguintes, uma parceria da prefeitura do município, com o governo do estado, permitiu a construção do ramal no assentamento. A partir de então, a SEAPROF passou a se tornar presente, realizando os devidos esclarecimentos necessários sobre a oferta de créditos rurais e acompanhamento na produção através de técnicos agrícolas e médico veterinário.

Nos dias atuais, o assentamento é um dos principais produtores de hortaliças do município. Nesse contexto, as mulheres passam a comercializar a sua produção em uma feira livre que foi criada e implementada pelo Movimento de Mulheres Camponesas, na zona urbana do município de Bujari. Ou então, quando se trata de maiores produções, estas, por

intermédio da prefeitura ou SEAPROF, auxiliando no transporte, são levadas para o mercado dos colonos no município de Rio Branco, em períodos de estiagem que compreende os meses de maio a outubro.

Já na estação chuvosa, que compreende os meses de novembro a abril os (as) moradores (as) relatam grandes dificuldades em escoar a produção, em virtude das péssimas condições de trafegabilidade da estrada de terra (ramal). Apesar deste assentamento ser relativamente mais próximo da cidade, em comparação ao assentamento Espinhara II, ainda assim, há relatos de moradores que pretendem vender os seus lotes, devido às péssimas condições da estrada em períodos chuvosos, e por essa questão acentua-se os prejuízos.

É muito comum no decorrer dos períodos chuvosos os moradores perder a produção ou parte desta, por não ter como escoar em razão das péssimas condições de trafegabilidades das estradas. Geralmente quando os moradores conseguem escoar a produção nesse período para comercializar, no retorno para casa com os mantimentos precisam serem levados em carroças de boi ou no lombo de cavalos.

Outra grande preocupação dessas pessoas, trata-se do cuidado com a saúde que neste período acentua-se a vulnerabilidade. No espaço rural o número de acidentes de trabalho com ferramentas usadas na lavoura são bastante comuns, assim como também serem picados por animais peçonhentos. Nesses casos precisa-se de grande agilidade para transportar os pacientes até as unidades de saúde. No entanto, esses moradores passam continuamente a contar com a sorte ou com mecanismos próprios de sobrevivência, bem como a automedicação ou em casos mais graves, o transporte desses pacientes através das redes, até chegar em um ponto acessível a chegada da ambulância.

A Constituição Federal de 1988, no artigo 6º, preconiza que “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (grifo nosso) (BRASIL, 1988).

Diante do que garante a Constituição Federal, no decorrer de nossas atividades de campo, constatamos alguns aspectos que divergem de tais garantias estipuladas. O PA, apesar de jovem, apresenta tempo suficiente para a implantação de alguns serviços básicos de atendimento à comunidade, como, por exemplo, a instalação de um ponto de atendimento básico de saúde e o funcionamento das atividades escolares na comunidade.

No entanto, até a data de nossas visitas ao assentamento - a primeira, em novembro de 2017 e outra, em outubro de 2018, - tudo continuava igual. Ou seja, as famílias, para

receberem atendimento médico do mais simples ao mais complexo, precisam se deslocar de madrugada em direção à parte urbana do município ou dormir na casa de parentes que moram na cidade. Esse deslocamento é para conseguir uma ficha no posto de saúde para atendimento no dia seguinte.

Geralmente, quando o tipo de atendimento é um pouco mais complexo, os (as) pacientes são encaminhados (as) para as UPAS ou Pronto Socorro do município de Rio Branco. Quando se trata de pedidos de exames, estes (as) são encaminhados (as) para a Fundação Hospitalar, também em Rio Branco, onde marcam o exame e passam meses aguardando o resultado. Nota-se uma crescente negligência com a saúde dessas mulheres e homens da colônia, que necessitam cuidar de si. Assim, observa-se que, para as comunidades rurais terem um amplo acesso às atividades de saúde, é preciso que o município, em parceria com outras entidades superiores, trabalhe de modo articulado e planejado para que consiga atender a essas urgentes demandas.

Tratando-se dos aspectos educacionais, não podemos esquecer que:

o acesso à educação é um direito fundamental do ser humano, para que este possa desenvolver suas habilidades e capacidades no meio social em que vive, e assim, possa exercer sua cidadania de forma satisfatória” RODRIGUES e BONFIM, 2017, p.5).

No entanto, temos que ressaltar que há grande distância daquilo que encontra-se escrito no papel com o que de fato é efetivado na prática. Se tratando de educação rural as distâncias em tal efetivação são acentuadas. Não é difícil lembrar que as escolas rurais brasileiras, historicamente, tem estado em desvantagem, apresentando menores níveis de escolarização e maiores índices de reprovação, abandono e defasagem idade-série. Conforme os dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2011):

o analfabetismo rural é três vezes maior que o urbano, 9,5% das escolas no campo não têm luz elétrica, as bibliotecas são reduzidas – presentes em apenas 25% das escolas –, além da desigual formação profissional entre os educadores do meio rural e do urbano. A média dos anos de escolaridade no campo em 2009 ficou em 4 anos para os homens e em 3,9 para as mulheres.

Vários fatores explicam essa realidade, entre estes encontra-se o fato de os programas governamentais seguirem uma lógica economicista onde passam a destinar poucos recursos para as escolas rurais que geralmente possuem uma quantidade de aluno inferior as escolas urbanas mas que não se configuram menos importante. Assim, a precariedade em materiais pedagógicos, merenda escolar e transportes é uma realidade



muito presente. Para acentuar o caos as turmas costumam ser multisseriadas onde não há a possibilidade do docente atender o aluno de modo individual destinando atenção e ajuda necessária para a efetivação de sua aprendizagem.

Foi possível constatar parte das dificuldades enfrentadas pelas comunidades rurais com a realização de atividades de campo para esta pesquisa. Nos intervalos entre um e outro relato, no PA Antônio de Holanda uma das mulheres entrevistadas contou que existia, no assentamento, uma escola em processo de construção, mas a obra estava parada há muito tempo devido a desvios de recursos.

Aquela escola ali é uma história que começou e não foi concluída. É muito bonita a escola, só que aí levantaram até aquele ponto lá e não acabaram. O dinheiro da escola sumiu, aí ficou assim. Aí o atual prefeito prometeu que ia terminar ela mais até agora nada e o prejudicado somos nós, os nossos filhos (S.A.N. PA Antônio de Holanda).

A preocupação de Simone reside no fato de seus filhos terem que percorrer grandes distâncias caminhando no período chuvoso, pois a trafegabilidade do transporte escolar que leva os alunos para estudarem na área urbana do município é praticamente impossível.

O fato de os estudantes da área rural serem levados para estudar na cidade também é um outro fator que gera grandes discussões, uma vez que “isso também leva a um distanciamento das questões relativas ao campo, pois na área urbana, entre outros preconceitos, aprendem que o campo é ruim porque é atrasado” (SANPAIO et al, 2017, p. 259). Assim, no decorrer da trajetória desses estudantes é bastante comum migrarem para a cidade de modo definitivo, contribuindo com a intensificação das migrações rural-urbano.

Esse fator também encontra-se atrelado ao fato de que quando há a existência de escolas nas comunidades rurais para atendê-los, geralmente é até o segundo segmento do ensino fundamental. Desse modo, quando concluem essa etapa, os estudantes tendem a ir para a cidade dá prosseguimento aos estudos. Destes estudantes que migram, são poucos os que retornam para o campo, pois não encontram sentido em fazer a migração de retorno para ficarem desempregados, uma vez que em suas comunidades são poucas as oportunidades de empregos.

No decorrer do processo de tabulação das informações para o fechamento desse estudo, ao realizarmos uma nova visita ao assentamento, a referida obra da unidade escolar, havia sido concluída e, segundo informações da prefeitura, passaria a funcionar a partir do início do ano letivo de 2019. No entanto, sabe-se que a educação no campo vai além da construção de uma estrutura física denominada escola, também é necessária a composição

de um corpo docente qualificado, recursos didáticos, transporte escolar, acompanhamento pedagógico e muitos outros suportes que ainda não se encontravam disponíveis na unidade.



**Figura 32.** Inauguração da Escola Municipal P.A Antônio de Holanda. Prefeitura Municipal. Bujari – Acre, 18 de janeiro de 2019.

A inauguração da unidade escolar P.A Antônio de Holanda, que passará a atender cerca de trezentos alunos sempre foi um sonho por parte da comunidade do assentamento. O seu funcionamento com a estrutura necessária para atender a comunidade que ali reside representará grande oportunidade e alegria para as mulheres, homens, jovens, crianças e idosos daquela comunidade, que poderão passar a receber atendimento escolar na própria localidade, o que facilitará a rotina cotidiana desses estudantes.

Para as mulheres também representará a oportunidade em dar continuidade aos estudos, pois a grande maioria se encontram com os estudos estagnados por falta de atendimento escolar. Como passam o dia desempenhando diferentes atividade em seus lotes, o único tempo que lhes resta para dedicar aos estudos é no período noturno. No entanto, não tinham como se deslocar até a cidade e depois retornar altas horas da noite para o assentamento. Por isso, estão sendo privadas de terem acesso ao ensino, cenário este que passaria a ser revertido com a inauguração da nova unidade escolar na comunidade.

Assim, não podemos esquecer que a luta por uma educação emancipatória e de qualidade no campo é antiga e constitui uma das pautas ainda presentes na agenda dos Movimentos Sociais que exigem uma educação “do Campo”. A partir deste princípio, reivindica-se uma escola pautada pela expectativa de quem trabalha e valoriza a terra para sua própria sustentação.

a educação do campo em assentamentos de reforma agrária precisa ser também baseada nos princípios da organização coletiva das/os trabalhadoras/es rurais . Em especial a escolarização das mulheres, que sempre é esquecida (SANPAIO et al., 2017, p. 159).

A história da educação como um todo no Brasil por sua vez encontra-se atrelada a modelos econômicos e políticos, e conseqüentemente as relações de poder, dos grupos que exerceram e ainda exercem o poder político e econômico neste país. Nesse contexto, é preciso lembrar que a educação no campo surge com o intuito de interrogar os condicionantes históricos da sociedade brasileira, entre eles a desigualdade educacional que se propaga no tempo e no espaço dessas comunidades.

É de salutar importância evidenciar que a educação dessas comunidades não se resume apenas ao acesso mínimo de jovens e crianças à escola. Não deve se resumir a estruturas físicas escolares, é necessário ter todas as condições necessárias (transporte escolar, merenda, professores qualificados, acompanhamento pedagógico) para uma aprendizagem significativa, libertadora e que respeite os saberes locais. É preciso entender que as mulheres que ali residem também necessitam ter acesso ao ensino, já que não tiveram acesso a este na idade certa.

As mulheres que buscam uma oportunidade de estudo encontram-se atreladas a histórias de luta e superação, força, esforço e vigor. São mulheres que vivenciam situações de diversas ordens, são as mesmas que, sem temor, marcam com palavras e semblantes seus dilemas, suas andanças e suas necessidades, sejam elas materiais ou imateriais. São essas mulheres que, dia-a-dia constroem suas estratégias de sobrevivência, lazer e trabalho, são elas que buscam dentro do processo de formação escolar ganhar confiança para falar, ouvir, se apresentar e participar da vida social que a rodeia, seja dentro da própria família, na escola, na comunidade ou em outros espaços de socialização.

Assim, é necessário reconhecer e levar em consideração as diferentes realidades e identidades presentes no campo brasileiro no momento de elaborar políticas públicas educacionais de modo a não excluir os agentes sociais mascarando as diferenças e diversidades em nome da igualdade.

## **PERFIL E TRAJETÓRIA DE VIDA DAS MULHERES ENTREVISTADAS**

As mulheres do PA Antônio de Holanda constituem um perfil relativamente mais juvenil em comparação ao PA Espinhara II, anteriormente estudado. Possuem média de

idade de 52 anos e 04 filhos e grau de escolaridade relativamente baixo, se comparado ao PA de Assentamento estudo no capítulo anterior. São mulheres solteiras, casadas e viúvas. Suas origens são diversas e suas trajetórias são plurais.

Geralmente, antes de conquistarem a terra, elas moravam na cidade, e por questões diversas, bem como a busca por criar os filhos distantes das cidades consideradas mais perigosas, lutaram para conquistar um lote e dar continuidade na criação e educação dos filhos, além de buscar garantir o sustento da família através da agricultura.

No decorrer dessa atividade de campo, entrevistamos cinco mulheres, entre as que viviam com um companheiro. Todas eram proprietárias dos lotes com titulação conjunta ao esposo. Destas, três delas eram chefe de família.

A primeira visita foi realizada no lote da senhora Valcineide (48 anos), que mora em sua propriedade, juntamente com seu companheiro e três filhos, todos menores de idade. Nascida no estado do Acre, no município de Sena Madureira, morou com os seus pais e outros trinta e um irmãos, em um seringal próximo a cabeceira do rio Iaco, até os dezesseis anos de idade.

Posteriormente, com a separação de seus pais, passou a trabalhar nas fazendas de gado como “peoa”, onde tinha que desempenhar pluriatividades (zelar os campos, mexer com o gado, brocar de foice e derrubar de machado).

Ao ser despedida do emprego, dona Valcineide recebe uma simbólica quantia em dinheiro, resgata a sua “semente de gado”, que criava para si, na propriedade do antigo patrão e passa a morar na cidade de Rio Branco. Com o dinheiro da indenização, fez questão de investir, comprando um terreno, mas sempre teve vontade em conseguir um lote maior para poder plantar e criar.



**Figura 33.** Dona Valcineide em seu lote ofertado pelo INCRA.

Fonte: (NASCIMENTO SILVA; MESQUITA. PA Antônio de Holanda. Bujari – Acre, novembro de 2017).

Passei a ser diarista na cidade e trabalhar com a compra e venda de frangos. Criava e vendia frangos abatidos, porco, pato, ovelha e lavava roupa para os outros. Eu tinha umas dezoito lavagem de roupa, eu trabalhava dia e noite, aí passei a trabalhar na AABB naquela época, e no salão de cabelereiro, aí era assim, nessa correria. Trabalhava de dia e de noite pra criar os filhos. Meus pais passaram a ser cadeirantes, pois pegaram AVC, todos os dois, aí eu e meus dez irmãos que ele tinha com a minha mãe ficamos cuidando deles. Meu pai chegou a morrer nos meus braços e minha mãe fez quatro anos que faleceu, ela vivia em cima de uma cama comendo pela mão dos outros.

Aí foi tempo que eu me inscrevi no INCRA, depois de muito tempo, eu consegui esse meu lote, graças a Deus por isso! hoje o nome da minha chácara é “presente de Deus”, por que foi Deus que me deu. O meu maior sonho era uma área de terra, por que eu nasci e me criei na colônia, aí, então, quando a gente se acostuma, morar na cidade é a última opção. E quando eu gosto de uma coisa eu vou atrás, eu sou persistente! eu vivo aqui já vai fazer cinco anos. (Valcineide, 48 anos. PA Antônio de Holanda. Bujari – Acre, fevereiro de 2017).

Mediante as dificuldades e conquistas já alcançadas, dona Valcineide, que é beneficiária do Bolsa família e cheia de sonhos, diz que quer aumentar a sua produção na propriedade, de modo que possa elaborar um ponto na cidade para vender a sua produção, que é bem diversificada.

Entre os produtos, encontram-se alguns trabalhos com costura, venda de farinha, goma, tucupi, bolos, pé de moleque, macaxeira, banana, patos e galinhas, mas relata não possuir apoio do companheiro. “Esse é o meu grande sonho, só que, muitas vezes, você não tem apoio, a pessoa que é de casa puxa para trás, diz que é ideia de louco”, (Valcineide, 48 anos. PA Antônio de Holanda. Bujari – Acre, fevereiro de 2017).

Apesar da intensidade nas atividades e das ausências, dona Valcineide se diz muito apegada ao lugar:

para mim isso aqui representa várias formas de sobrevivência, porque lá na rua eu trabalhava muito, igual eu trabalho aqui, mas só que aqui eu não sou gritada, igual eu era antes. O pessoal mandavam até eu lavar as mão com água quente nos empregos. Sofria vários tipos de preconceitos.

O sentimento de pertencimento ao lugar, demonstrado por dona Valcineide, faz esquecer os momentos de sofrimento vividos enquanto trabalhava para os patrões, nos lembra toda uma construção explicativa de Tuan, em sua obra “Topofilia”, ao instruir que o lugar representa tranquilidade e transmite segurança, também indo de encontro com o que escreveu Sturza (2005, p. 28), que explana colaborando ao afirmar que:

O lugar é o local onde o indivíduo se reconhece enquanto uma singularidade, que denota uma gama de significações comuns a ambos no contexto do espaço social e cultural, donde provém a identidade pessoal. Assim, percebe-se claramente, no lugar, a identidade do ser que ali está e, no indivíduo, o lugar construído por ele.



Assim, compreendemos que, ao longo da vida, os seres humanos constroem os seus espaços e os transformam em lugares na medida em que o dotam de valor, passando a inseri-lo como o “centro do universo”. No caso da colonheira mencionada anteriormente, o seu lote representa o seu lugar, porque é ali que se sente feliz e realizada, de onde produz o seu sustento e de toda a sua família, conseguindo dar vida aos seus desejos e necessidades cotidianas (sonhos).

Ainda no mesmo assentamento, conversamos com a nossa segunda entrevistada, a colonheira Maria do Socorro de 57 anos, mais conhecida no assentamento como “Socorro”. Esta, por sua vez, é uma das chefes de família da localidade. Dona Socorro, nascida no município de Tarauacá (Acre), é mãe de três filhos, todos maiores de idade. Deslocou-se para Rio Branco em busca de melhores condições de vida, chegando a se casar, mas o relacionamento não deu certo e continua morando, sozinha, até os dias atuais e diz não sentir falta de uma presença masculina em seu lote. Assim, compartilha um pouco de sua luta:



**Figura 34.** Maria do Socorro (57 anos), em seu viveiro de plantas ornamentais no PA Antônio de Holanda, local de onde retira mudas para vender nas feiras.

Fonte: (MESQUITA; NASCIMENTO. Bujari–Acre, novembro de 2017).

Estou morando aqui já faz sete anos. Ainda não tenho aposentadoria, estou com três anos pelejando e nunca sai. Eles alegam que falta tempo de produtora rural, tempo de agricultura. Sempre morei na colônia, mas não tenho documento, não tenho nada no papel, o povo antigamente fazia carteira de vacina essas coisas e não tinha o costume de colocar o endereço, por isso ainda não consegui provar que sempre morei nas colônias.

Atualmente, dona Socorro encontra-se mais tranquila, do ponto de vista da terra, pois, agora, possui a titulação da propriedade em seu nome. Essa conquista foi oficializada através

da Portaria nº 981/2003 e Instrução Normativa nº 38/2007 - INCRA, que estipula a obrigatoriedade da titulação conjunta para os que são casados ou que possuem união estável. No caso de dona Socorro, que não se encaixa em nenhum dos perfis mencionados, pois é solteira e chefe de família, as medidas jurídicas asseguram sua participação independente de estado civil, priorizando as chefes de família.

A colonheira relata que a sua renda advém de oitenta e cinco reais que recebe do Bolsa Família e algumas vendas de mudas de plantas ornamentais, que é a sua principal fonte. Apesar da idade suficiente para se aposentar como trabalhadora rural, a moradora alega ainda não ter conseguido as comprovações exigidas pelo INSS.

A negligência de registros coerentes e completos, em formulários de alguns setores públicos, tem contribuído para a ocorrência de situações como esta de dona Socorro.

ainda que a previdência social não se caracterize como uma política de gênero, nem como uma política para mulheres, a equiparação do direito à aposentadoria para mulheres e homens pode ser vista como uma inclinação do Estado em formular políticas públicas sensíveis ao gênero (SOUZA; STADUTO; KRETER, 2017, p. 119).

Tal inclinação tratada pelos autores trata-se de um olhar diferenciado que deve ser incorporado pelo Estado para garantir um razoável bem estar a essas mulheres rurais que chegam na idade de se aposentar bem debilitadas e sem as mínimas condições para continuar desempenhando atividades produtivas para continuar vivendo da terra. Mesmo que a previdência não se configure uma política de gênero, mas temos um bom exemplo para ser incorporado pelos entes públicos em benefício das mulheres rurais.

Este exemplo trata-se da garantia de aposentadoria aos 55 anos de idade para as trabalhadoras rurais, assegurado através das Leis nº 8.212 e nº 8.213 de julho de 1991 (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988). No entanto, precisam serem encontradas estratégias alternativas de comprovação de tempo de trabalho rural que é um dos critérios de aposentadoria para esta classe trabalhadora. Desse modo, poderiam ser evitadas as injustiças instauradas, como é o caso de dona Socorro que deveria estar recebendo a sua aposentadoria a cerca de dois anos. No entanto, encontra-se tendo que traçar estratégias de sobrevivência para se sustentar por não conseguir comprovar o seu tempo de trabalho no campo. Esse é apenas um caso que ficou conhecido através das pesquisas de campo, mas sabemos que existem muitas outras Socorro que padecem com a privação de seus direitos.

Visando aprofundar a investigação sobre as múltiplas vivências dessas mulheres, também visitamos a nossa terceira entrevistada: a senhora Simone de Araújo, 43 anos, que

também é uma das assíduas feirantes de Bujari. A princípio, Simone não se sentiu tão à vontade para partilhar maiores detalhes de sua trajetória de vida e as suas vivências na propriedade, em razão do seu esposo que, a todo instante, buscava responder as perguntas direcionadas a ela. Mesmo assim, prosseguimos com a conversa, foi então que, aos poucos, conseguimos ganhar sua confiança.

No entanto, atitudes dessa natureza faz nos lembrar ao que Foucault escreveu em sua obra intitulada “Ordem do discurso”, quando fala que “por mais que o discurso seja aparentemente pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (FOUCAULT, p. 10). Associando a realidade presenciada na pesquisa de campo ao que o autor escreveu, fica evidente a dominação masculina naquele espaço. A tentativa de coerção da colonheira por medo das possíveis revelações que poderiam ser feitas no decorrer da conversa revela que havia ali uma regionalização do discurso, onde apenas algumas questões poderiam ser tocadas pela esposa, ou seja, um explícito patriarcalismo enraizado.

Ao seguirmos com a entrevista, Simone revela que sempre morou no estado do Acre, na parte urbana do município de Bujari. Também relata que sempre teve vontade de possuir uma terra para cultivar. Foi aí que surgiu a oportunidade em fazer o cadastro no INCRA, para conseguir o seu lote. Atualmente, é a principal responsável pelo sustento da família, mãe de três filhos, tendo de desdobrar-se, diariamente, para garantir as contas em dia e a alimentação da família.



**Figura 35.** Simone de Araújo – 43 anos, em seu roçado de macaxeira e banana no PA Antônio de Holanda, local onde planta e colhe produtos agrícolas para comercializar na feira do MMC.

Fonte: (MESQUITA; NASCIMENTO SILVA. Bujari – Acre, novembro de 2017).

Já vamos para os sete anos morando aqui. A terra é no meu nome e no nome dele também. Eu recebo o Bolsa Família, e o que eu produzo aqui a gente vai na feirinha do Bujari e vende. É a principal fonte de renda. Aqui produzo a macaxeira, o milho, banana eu também produzo o cheiro verde, coentro, pimenta de cheiro, pepino, alface essas coisas, e tudo da horta. Tem ovos, pato, mamão, manga, abacate, laranja, coco e cana. Maninho cinco horas da manhã eu já estou lá na feirinha. As vezes conseguimos vender tudo, as vezes não.

Eu que tomo de conta de tudo; da casa, compras, contas e feira, ele não gosta de fazer essas coisas. Na horta e no roçado é mais eu, ele me ajuda mas é pouco. Sinto falta da ajuda dele é muito trabalho só pra mim. Apesar de tudo, eu me considero uma produtora rural. Pra mim é bom demais, mas muito trabalhoso. Gosto muito de tá aqui na minha colônia, me sinto mais feliz do que quando eu morava na cidade, aqui no meu canto eu tenho paz. (Simone de Araújo, 43 anos. PA Antônio de Holanda).

Simone faz uma breve viagem nas atividades desenvolvidas em seu cotidiano, atividades com as quais garantem o seu sustento e o de sua família no cotidiano. O fato de a propriedade também se encontrar em seu nome é algo que lhe parece fornecer segurança. Em tempos remotos, antes da implantação da Portaria 981/2003 e a Instrução Normativa 38/2007, que obriga a titulação conjunta, um fato como este teria sido o suficiente para o esposo vender a terra e deixá-la “a ver navios”, juntamente com os filhos.

Nos dias atuais, a moradora demonstra sentir-se mais segura, pois possui a certeza de que a terra lhe pertence, e qualquer manobra para com esta dependerá de seu consentimento. Sabe também que o que plantar naquela terra, a tendência é que, tempos mais tarde, possa colher e comercializar a produção. Dessa forma, a entrevistada garante a sua renda e sustento juntamente com os filhos. Com o sentimento de pertença àquele lugar, a produtora rural analisa que, mesmo mediante a sobrecarga diária, consegue ser feliz ali, pois, segundo ela, é o seu “cantinho da paz”. A sua postura não deixa de ser uma forma de resistência, uma vez que passa a encarar as dificuldades cotidianas com entusiasmo.

Finalizando a nossa série de visitas realizadas com as mulheres da colônia, neste assentamento rural, conversamos com a mais velha das entrevistadas: a colonheira Francisca Bezerra de Souza, 76 anos, um verdadeiro símbolo de resistência. Ela que ficou viúva há pouco tempo, reside, atualmente, no lote de um dos seus seis filhos e de sua nora. No decorrer de sua trajetória de vida, percorreu alguns lugares, mas sempre se identificou com as áreas rurais.

Natural de Manaus no Amazonas e filha de uma indígena, dona Francisca sofre com o princípio de Alzheimer (doença degenerativa que provoca declínio nas funções cognitivas), esforçando-se para compartilhar um pouco de sua trajetória conosco.



**Figura 36.** Francisca Bezerra de Souza - 76 anos, em sua casa no PA Antônio de Holanda.  
Fonte: (MESQUITA, 2018).

Eu toda vida gostei das matas. Fui criada no seringal. A minha mãe era uma índia, morava na maloca, porque índio não mora em casa, mora nas malocas. As construções eram feitas de pedras, nós morávamos no chão mesmo, sem tábua, sem nada, só as pedras amontoadas uma encima das outras. Aí eu só vivia na mata, eu não gostava de rua não. Quando eu via gente já tratava de me esconder. Eu me escondia, não falava com ninguém não, depois que nós saímos de lá, foi o tempo em que a minha mãe morreu. Eu me criei aos embolel, me criei sem mãe.

Meu pai bebia muito, aí eu ficava lá dentro de uma rede, criei bicho nas orelhas e tudo. A minha tia foi quem me criou, viu o meu sofrimento lá, só o couro e os ossos. Não tem daquele macacos de cheiro? Tirado o couro era eu todinha, era, eu era bem magrinha mesmo... bem carequinha. Aí até hoje estou bolando por aqui. Tive sorte de Deus permitir de eu continuar vivendo. E com os poderes dele nós vamos continuar vivendo. (Francisca Bezerra de Souza, 76 anos, PA Antônio de Holanda).

Mesmo com as dificuldades e tanto sofrimento, dona Francisca mantém, na face, uma alegria que consegue contagiar aqueles que têm a oportunidade em dialogar com ela. Mesmo com a idade um pouco avançada e dos problemas de saúde, ainda realiza muitas atividades pesadas na lavoura.

Como o seu filho tem, na maioria das vezes, que sair do lote para fazer algumas diárias para os vizinhos, visando conseguir um dinheiro a mais que não consegue ganhar com a produção somente do lote, dona Francisca ainda é a principal responsável por tudo o que é produzido na propriedade. Ao conversar com a sua nora, Sheyla da Silva, 36 anos que fica responsável pelas atividades domésticas para os filhos e o marido no lote, revela:

O meu marido praticamente não vive em casa. Vive mais fora trabalhando. Aqui não tem como ele ficar direto, porque tem hora que aperta né? Falta as coisas, aí ele precisa trabalhar para arranjar dinheiro para trazer as coisas. Ele faz diárias nas colônias dos vizinhos. Aí moro aqui com a minha sogra. Ela quem faz mais coisa aqui, ela que planta e faz tudo. Planta melancia, maracujá, vai para o roçado, faz tudo.



Conseguimos identificar, no discurso de Sheyla, uma situação bastante comum nas colônias do assentamento: o aspecto de os maridos deixarem as mulheres com os filhos e demais membros da família desempenhando as atividades do lote, enquanto estes vão trabalhar fora para conseguir uma complementação de renda. A grande maioria desses esposos trabalha como diarista nas fazendas próximas, limpando pastagens, passando veneno nos campos ou fazendo diárias para alguns vizinhos com um pouco mais de condições financeiras.

No decorrer das entrevistas, algumas mulheres chegaram a relatar que isso ocorre em razão de, na maioria das vezes, não conseguirem plantar o suficiente para vender e gerar renda. Tal contexto se deve por falta de apoio de alguns dos órgãos competentes, que atuam como uma espécie de “amostra.”. Ou seja, auxiliam, geralmente, os primeiros moradores que mais se destacam na produtividade no assentamento. A outra grande maioria, que não possui ainda nem a semente para plantar, é ignorada. A técnica extensionista da SEAPROF de Bujari, que é uma das responsáveis por executar os recursos que surgem para beneficiar os assentados, relata que os recursos são muito limitados e não há condição de atender a todos (as).

Ainda falando sobre dona Francisca, não podemos negar que resistência é a palavra mais adequada para defini-la, é dona de uma energia e vitalidade que poucos jovens possuem. Apesar do problema de saúde que carrega consigo, consegue lembrar de trechos da vida:

Antigamente era pior, tinha que trabalhar duro mesmo no solzão quente, a essa hora eu estava no sol, batalhando para ver se conseguia dar de comer os filhos. O que arranjava trazia para os filhos comer, comia aquele pouquinho também, e o resto para os filhos. Aí no outro dia era tudo de novo, era todo tempo assim. Era domingos e feriado tudo junto para a gente trabalhar. Tinha patrão que pagava, mas tinha patrão que não pagava era com nojo, esculhambava com a gente. A coisa mais difícil no mundo era eu parar em casa. A maior parte do tempo era roçando estrada, quando não, era roçando o roçado para plantar. O patrão dava um pouquinho de coisa, aí tínhamos que poupar, não deixava filho nenhum estragar. Fazia aquele tanto de comida ali, deixava para eles e não deixava estragar de jeito nenhum. Antigamente os patrões eram ruins, ruins, ruins mesmo. Eu cansei de dormir com fome para deixar para os meus filhos. Aí graças a deus eu criei os quatro. (Francisca Bezerra de Souza, 76 anos, PA Antônio de Holanda).

A fala de dona Francisca, quando explana sobre as dificuldades enfrentadas com os patrões nos seringais, tendo que poupar os donativos para os filhos não passar fome, faz referência ao período de formação econômica e social do estado do Acre, que se baseou na produção da borracha, onde tinham que conviver com severas proibições dos “coronéis de barranco”, mesmo diante de tais proibições “nunca deixaram de desenvolver atividades

agrícolas para equilibrar a produção de bens, para escapar de comprar nos famosos barracões dos seringalistas” (CRUZ, 2010, p. 71).

Nesse contexto histórico, quem quisesse realizar essa prática tinha que fazer às escondidas, mas se sabe que a maioria das famílias, mesmo na “ilegalidade”, encontrava uma forma de terem o seu roçado. Tratou-se de um período onde tirar saldo era algo muito escasso, pois o endividamento do seringueiro era o principal foco, para que, assim, continuassem escravos dos seringalistas. Esse também foi um período de grandes invisibilidade para as mulheres. Bezerra (2006, p. 169) diz que:

Muito embora, o número de homens no seringal tenha sido sempre maior que o de mulheres, mormente no primeiro surto da borracha (1870-1912), a presença feminina não pode ser ignorada. Nesse universo, as relações de gênero foram além dos modelos estabelecidos pela cultura ocidental, pois essas mulheres no cotidiano que viviam no meio da “selva” tiveram que improvisar novos papéis e estratégias de vida que expressam sua resistência e lutas. Isoladas no seio da floresta, defrontando-se com poucos recursos materiais, marcadas pelas relações sociais em que a violência estava presente, sendo obrigadas a uma dupla ou tripla jornada de trabalho frente aos seus múltiplos afazeres foram participes de uma sociedade diferenciada porém interligada ao contexto mundial.

Mesmo mediante a uma trajetória de luta, foram silenciadas pelas produções historiográficas que deixa nas entrelinhas que tratam-se de trajetórias com pouca importância. Mas foi nesse contexto, que dona Francisca foi, aos poucos, desenhando a sua história. Relata ter tido contato com os estudos somente há pouco tempo, já depois de idosa, onde cursou apenas a primeira série do ensino fundamental. Conta que teve que interromper o sonho de estudar, após sofrer com problemas de saúde.

Em meio à labuta cotidiana, dona Francisca, juntamente com centenas de mulheres da/na colônia, tece suas redes de resistência, contribuindo para a constituição dos variados modos de vida na zona rural. Essas experiências levam-nos a refletir sobre as diferentes temporalidades, que são responsáveis por modelar e remodelar os modos de vida dessas mulheres, que se configuram no tempo e no espaço de sua rotina cotidiana. Assim, para se sentirem mais fortalecidas, elas dão as mãos umas às outras e, aos poucos, confeccionam símbolos de resistência contra toda e qualquer opressão que venha incidir sobre essas trabalhadoras rurais.

O perfil e a trajetória das cinco mulheres tratadas no decorrer deste capítulo, revelam a importância das redes de experiências tecidas no reconhecimento das diferentes dificuldades que são pactuadas pela luta constante que visa ampliar os fluxos de suas alteridades. O modo de pensar de cada uma das mulheres aponta para a necessidade na

elaboração de projetos que tragam retorno efetivo aos sujeitos envolvidos na teia de relações. O modo de agir das colonheiras expressa, portanto, o sentido de resistência como chave para alcançar, efetivamente, lugares cuja dimensão hospede sonhos de assumir e disseminar vozes em diálogo. Perfil e trajetória, singulares, são necessários para concretizar desejos, sonhos e experiências de empoderamento plural para cada uma das colonheiras que atuam na constante busca de combater as opressões ainda sofridas por estas, seja através das relações de poder exercidas pelo estado ou pela figura masculina que habita o espaço da casa. Assim lutam a cada dia buscando ceder espaço às redes de solidariedades rurais no PA Antônio de Holanda.

## ATIVISMO POLÍTICO DAS MULHERES DA COLÔNIA NO ASSENTAMENTO

As histórias de luta, organização e resistência de mulheres trabalhadoras rurais propagam-se no tempo e no espaço da memória, contribuindo para seu fortalecimento junto à história da humanidade. Basta fazer uma leitura do atual cenário vivenciado pelas mulheres em comparação há quatro décadas para vislumbrar a dimensão das vitórias alcançadas (acesso à terra, crédito rural, salário maternidade, aposentadoria aos 55 anos e outras políticas voltadas para as mulheres rurais).

Mas se, por um lado, há motivos para comemorar, por outro, deve-se continuar com os olhares bem atentos no combate à opressão que, ainda, incide sobre as mulheres rurais. Algo que deve jamais ser esquecido é o fato de, durante milênios, as mulheres terem sido excluídas, invisibilizadas, silenciadas. Na sociedade Brasileira e no Acre em particular, não é diferente.

A presença da mulher, na constituição dos seringais e da sociedade acreana, é algo quase ignorado pela historiografia regional” (CRUZ, 2010. p. 137). No entanto, sabemos que elas estavam presentes desde o início da ocupação do seringal, assim como atuam no processo de ocupação dos lotes, até o processo de legalização dos assentamentos e produtividade. Visando superar essa condição de subalternidade, a mulher, enquanto sujeito social, muitas vezes, sente-se na obrigatoriedade de desempenhar as suas atividades cotidianas ditas “normais”, indo além, buscando provar, para uma sociedade machista e patriarcal, que são tão capazes quanto o sexo oposto.

Deste modo, muitas iniciativas, envolvendo grupos de mulheres, passaram a se tornar mais evidentes na busca de quebrar preconceitos e violências, tanto nos espaços públicos,

quanto nos espaços privados. Muitas dessas lutas deram origem a alguns movimentos de grande alcance e relevância, passando a atuar de modo mais incisivo frente à defesa dos direitos femininos.

Um grande exemplo de tais ações encontra-se no Movimento de Mulheres Camponesas. Em sentido mais evidente, o MMC é uma categoria macro de alcance nacional e internacional, que atua diretamente com as subcategorias femininas. Por sua vez, contempla as mulheres: colonheiras, agricultoras, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, extrativistas, quebradeiras de coco, pescadoras artesanais, sem-terra, assentadas, mulheres indígenas e negras, que, assim, desempenham um relevante papel em defesa dos direitos das mulheres rurais.

Na trilha das lutas feministas, Branco et al. (2018, p. 158) compreende que “o feminismo deve ser pensado no plural, pois ele se manifesta de muitas formas, de acordo com o momento histórico e social, sendo as mais variadas posturas teóricas. Por isso, fala-se em feminismos”. Desse modo, para as autoras, o Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil identifica-se como um movimento classista, socialista e feministas. Entretanto, é um feminismo que brota das lutas cotidianas das mulheres nos campos e nas florestas, definido por elas como um “Feminismo Camponês e Popular”.

Conscientizar as mulheres rurais de que possuem direitos e que precisam fazer valer esses direitos, é o primeiro passo para empoderá-las. Assim, a participação política dessas mulheres em sua comunidade é um grande passo rumo a essa conquista. A visão que se consegue alcançar, no decorrer desse estudo, é a de que esse empoderamento feminino efetiva-se quando essas mulheres passam a se mobilizar, mudando a sua realidade e passando a executar tarefas que não lhes eram permitidas antes.

Para Heffel et al. (2016, p. 7), o empoderamento também envolve vários caminhos na sociedade, bem como a busca “pelo conhecimento dos direitos da mulher, por sua inclusão social, instrução, profissionalização e consciência de cidadania”. Assim, de mãos dadas, as mulheres camponesas, aos poucos, conseguem alguns avanços em sua trajetória, reafirmando o anseio pela igualdade de direitos e pelo fim da violência, opressão e exploração.

No decorrer das atividades de campo realizadas para esse estudo, encontramos uma das mais importantes produtoras do assentamento: a senhora Valcineide, 48 anos, que se sente à vontade para partilhar conosco um pouco de sua trajetória de vida até a chegada no assentamento em que reside atualmente:

Eu morava na fazenda e eles me pagavam por mês eu era empregada, não era carteira assinada tinha vez que eles pagavam o salário e as vezes não, mais era assim. Na fazenda eu era peoa fazia tudo; mexia com o gado, brocava, roçava campo, derrubava, fazia tudo, cerca, serrava de motosserra, machado... era mais machado do que motosserra. Aí eu pedi pra Deus um local pra mim trabalhar, pra mim parar de passar por esse tipo de coisa, pra não ser preciso eu sair do local pra ir em busca do pão. Quando eu trabalhava de diarista as pessoas faziam raiva aos patrões e eles se vingavam em mim e muitas vezes pela cor a gente sofre muito preconceito. Eu fiz curso de auxiliar de enfermagem, técnico em enfermagem, por que meu sonho era trabalhar com medicina, eu fiz concurso passei com as melhores notas eu e outra colega, mas, tudo negra, e como nós era negra até hoje nós não trabalha, e quem não era e que tirou menos pontos até hoje tá lá, aí tudo isso revolta a gente, aí a gente fica triste.

Ao conhecermos itinerários, como o de dona Valcineide, colonheira do PA Antônio de Holanda, ficamos sabendo da presença do MMC naquele assentamento. Assim, buscamos investigar seu modo de atuação junto às mulheres daquela localidade. Desse modo, foi possível ampliarmos a compreensão sobre a importância do MMC Brasil e Acre dentro dos assentamentos estudados.

O MMC do estado do Acre, juntamente com o MMC nacional, vem buscando desenvolver uma de suas maiores bandeiras de luta, que é a libertação das mulheres de várias violências relacionadas às práticas patriarcais, machistas e racistas. No Acre, apesar de existir uma intensa atuação do movimento de mulheres, e da Secretaria de Política para as Mulheres, os índices de violência contra a mulher são bastante acentuados.

Em conversa com uma das líderes do MMC no estado do Acre, a senhora Maria Rosângela Saraiva de Queiroz esclarece que as mulheres do movimento se organizam em coordenações. A entrevistada faz parte da coordenação nacional do movimento. Essa coordenação dá-se por estado, onde cada um possui de duas a três coordenadoras. Desse modo, em cada município que abraça o movimento, têm-se uma coordenadora. Atualmente, o movimento faz-se presente em apenas seis municípios, dos vinte e dois existentes no Acre. A coordenação estadual passa a ser formada por representantes das coordenações municipais que se encontram articuladas com as lideranças de cada assentamento ou ramal (estrada de terra).

Visqueando compreender melhor como essas lideranças conseguem atingir a base, ou seja, como conseguem chegar até as mulheres rurais mais afastadas dos centros para as devidas mobilizações, e, principalmente, como conseguem chegar até as mulheres dos PAs estudados, Rosangela responde:

Ao nos reunirmos, traçamos as metas, as demandas, aí tem as lideranças, as duas coordenadoras trazem as informações para a base. Quando são marcadas as reuniões a coordenação vai e promove os debates e em seguida



promove as ações. Nesse contexto, surgem as formações política para as mulheres ativistas do movimento e também outras formações profissionais. Geralmente em parceria com as associações. Nós juridicamente não existimos. Assim, geralmente precisamos de uma associação para podermos conseguir as coisas para o movimento de mulheres e para as mulheres, porque só vem na maioria das vezes através do CNPJ. Aí nos juntamos com essas associações, e através destas é que os cursos vêm para a comunidade onde residem essas mulheres. Geralmente conseguimos também em parceria com alguns órgãos como o SENAR em parceria com as associações. Tal vez por isso muitas vezes as mulheres não consigam enxergar que quem está promovendo as ações é o movimento de mulheres e não a associação.

Observamos que no decorrer da fala da líder, que o MMC encontra-se muito bem articulado a nível nacional e local, uma vez que conseguiu uma forma de organização que permite um diálogo escalar que chega até a base. Ou seja, trata-se de uma espécie de rede de mulheres devidamente estruturada em que as demandas são discutidas do local para o global. Em seguida, após sistematização e estudo do cenário, as lideranças maiores buscam promover ações para reverter contextos que descaracterizam o movimento ou situações vividas por suas companheiras.

Ainda no decorrer da atividade de campo, foi possível estabelecermos o diálogo com outra moradora do PA Antônio de Holanda: a senhora Maria Socorro (57 anos). Ao ser indagada sobre a participação política das mulheres na comunidade, Maria, que secretária municipal do movimento e participa dos sindicatos e das reuniões de associação, considera de grande importância a participação feminina nas lutas políticas.

Essa nossa feira a gente conseguiu pelo o movimento do MMC, e em quanto eu existir a nossa feirinha não vai morrer, porque eu luto pela feira, quando precisa eu vou pra secretaria, eu vou pra cima do secretário, eu vou pra cima do prefeito, eu vou pra cima de todo mundo, buscando os nossos direitos. (Maria Socorro Ferreira, 57 anos, PA Antônio de Holanda. Bujari – Acre, novembro de 2017).

Assim, no decorrer das entrevistas, conseguimos identificar uma maior participação feminina em ações políticas dentro do PA Antônio de Holanda em comparação ao PA Espinhara. Observa-se uma parceria entre o MMC e as associações dos assentamentos, onde as lideranças locais têm buscado desenvolver um trabalho libertador com essas mulheres. Pelo que podemos mapear, a questão de esse assentamento rural está próximo da zona urbana parece um fator explicativo para que tenham maior participação nas atividades do movimento e também recebam maior atenção de órgãos, como a SEAPROF/Bujari, no que diz respeito à assistência técnica e esclarecimentos referentes à oferta de créditos rurais. Logicamente que essa atenção voltada para o PA onde possui

significativo número de mulheres atuantes no movimento de mulheres também seja decisivo para que a sua produção seja assistida pela assistência técnica.

No decorrer das visitas, e com base nas literaturas consultadas, fica perceptível que o desenvolvimento de uma autonomia financeira, por parte das mulheres rurais, contribui para a modificação de seu *status* de subalterna do marido, assim como a sua participação em encontros, reuniões, feiras locais e regionais contribui para a sua visibilidade e autonomia.



**Figura 37.** Formação política de mulheres MMC, Bujari – AC.  
Fonte: (Cedida por Queiroz, 2017).

A imagem mostra uma dessas ações desenvolvidas com as mulheres do MMC Bujari, com a participação de mulheres do PA Antônio de Holanda e alguns outros assentamentos rurais. Trata-se da formação política de mulheres através de oficinas, seminários e palestras, com temáticas como a Lei Maria da Penha e o direito das mulheres. Essa rede tem buscado libertar umas às outras das garras da violência.

Ao darmos prosseguirmos com as investigações sobre a participação das mulheres em atividade emancipatórias nos assentamentos, conversamos com a vice coordenadora estadual do MMC Acre. Fizemos indagações se o movimento é livre ou possui alguma filiação partidária. Rosangela responde:

O movimento é livre. Se discute o que é melhor para o momento e para o país. Cada estado age de acordo como está a conjuntura em seu estado. Nós discutimos e debatemos para decidir qual ação realizar. Nós enquanto movimento social temos um Projeto de Agricultura Camponesa Agroecológica para o país. Já enviamos cartas para alguns ex presidentes, mas não obtemos nenhuma resposta é muito difícil. Mas a gente insiste, achamos que devemos ter um projeto de Agricultura Camponesa Popular Agroecológica para o país. Afinal, quem sustenta a mesa dos brasileiros é a agricultura familiar, e agricultura camponesa. Ainda não tem um olhar para a agricultura camponesa que seja agroecológica. O olhar é do agronegócio, e a agricultura camponesa fica sempre em segundo plano.

Nós daqui do Acre também defendemos um Projeto Camponês de Agricultura Agroecológica Amazônica. Sabemos que a Região Amazônica é muito diferente das outras regiões. Então não podemos pensar em um projeto de agricultura camponesa com um olhar do Sul. São realidades diferentes, situações diferenciadas e climas muito diferentes. Também são categorias diferentes.

Como se pode observar, a luta das mulheres dos assentamentos que participam de atividades políticas, como é o caso do MMC, são muito mais conscientes, e vai muito além da individualidade, buscando melhorias para o coletivo. “A luta do MMC no Acre, em defesa da vida, é a sua marca maior desde a sua criação em 1988” (BRANCO et al., 2018. p. 159). Assim, as suas bandeiras de luta estendem-se desde a defesa de uma agricultura pautada na agroecologia, perpassando a preservação e a troca de saberes tradicionais.

Nós estamos com um trabalho, que agora tem algumas mulheres que já vão para a feira. Temos também a situação de fazermos o resgate do adjunto, por meio do mutirão. Formamos alguns grupos para fazer o mutirão, buscando fazer o resgate dessa prática. Já que os homens não fazem, vamos nós fazermos. São diversas as atividades, bem como, a construção de galinheiros, construção de hortas. Vamos construir as hortas e os galinheiros de modo coletivo, todas as mulheres juntas (Maria Rosângela, vice-coordenadora estadual do MMC. Bujari – Acre, novembro de 2018).

O trabalho desenvolvido por essas mulheres apresenta grande relevância e, ao mesmo tempo, grandes desafios. Nesses últimos, encontra-se o fato de não possuírem um veículo fixo que auxilie no deslocamento para executarem as atividades de mutirão, e nem transportar os produtos cultivados. Por isso, muitas vezes, finda que algumas desistem e passam a acreditar no dito popular em que “santo de casa não é fazedor de milagres”.

Em conversa com a líder do movimento do assentamento, observa-se que o machismo ainda é muito predominante na localidade. Em tempos passados, discutiam os seus assuntos e os maridos não participavam. Então assim, chegaram ao consenso de que seria melhor envolvê-los em suas atividades e discussões. Desse modo, conseguiram uma maior aproximação no diálogo, participação e apoio dos maridos em suas atividades. Entre

estas, encontram-se as feiras onde os esposos contribuem na colheita, embarque, desembarque de produtos, além da organização do espaço para a comercialização.

Para além da venda dos produtos, as feiras livres representam o diálogo dessas mulheres com a sociedade. Mais ainda, são encaradas como espaço de inclusão, resistência, participação, expressão cultural, lazer, encontro de mulheres e troca de experiências.



**Figura 38.** Mulheres do MMC na feira.

Fonte: (Cedida por Queiroz, 2017).

A fotografia demonstra as mulheres do PA Antônio de Holanda, na busca de autonomia financeira, através da comercialização de seus produtos cultivados e confeccionados em suas propriedades. É importante registrar as falas dessas mulheres, pois, através desses espaços de fala, conseguimos divulgar as suas ações na busca de superação das desigualdades entre os sexos ainda existentes.

As colonheiras de Bujari iniciaram as suas lutas no movimento em 1997, através do Grupo de Mulheres do PA de Assentamento Espinhara. No início, obteve o apoio da Rede Acreana de Mulheres e Homens, na época. A participação dessas mulheres em fóruns,



oficinas, seminários, palestras e também em outros grupos organizados, fez com que começassem a perceber que a luta era de todas as mulheres.

No decorrer da entrevista, Rosangela também é indagada se o MMC Acre mantém diálogo com outros órgãos públicos na busca de apoio, e responde:

Sim. Temos apoio da Secretaria de Políticas públicas para as mulheres e a Universidade Federal do Acre – UFAC. Nós temos assessoria da professora Tereza Almeida Cruz a nível de estado. A nível nacional é ela que geralmente recebe os e-mails. Com alguns apoios nós temos feiras das camponesas em Rio Branco e Bujari. As mulheres dos assentamentos aqui de Bujari vão para Rio Branco vender a sua produção, outras ficam vendendo aqui em Bujari. As meninas do PA Espinhara participavam, mas deixaram de participar porque o transporte não vinha, ou quando vinha chegava muito tarde, e elas findavam perdendo a produção e os fregueses. Infelizmente nós paramos no transporte. Mas as do PA Antônio de Holanda continuaram, ainda existe a feirinha, que é somente das camponesas mesmo. Tudo na base do orgânico.

No decorrer das visitas e entrevistas concedidas, foi possível identificar que, apesar da histórica desigualdade que atinge as mulheres rurais, provocando uma série de consequências no que se refere ao sofrimento, têm-se tecido, no decorrer dos anos de luta, uma rede de resistência e combate à opressão feminina, principalmente no que tange às mulheres camponesas.

Suas trajetórias de luta, frente ao movimento, têm contribuído para o seu reconhecimento enquanto trabalhadoras produtivas, fato esse que se deu de modo tardio, e é por meio da auto-organização que estas têm conseguido paulatinamente conquistar sua autonomia financeira e política, rompendo com o anonimato, desvalorização e invisibilidade.

A trajetória dessas mulheres é longa e bem distante de se resumir por uma luta individualizada e unilateral. Assim, é importante que se evidencie a importância dos movimentos sociais e das organizações para o fortalecimento das mulheres rurais na busca por direitos.

O MMC, em especial, configura-se um movimento de grande relevância para as mulheres rurais, uma vez que reconhece a agricultura camponesa como parte da construção de seu feminismo e prática histórica de resistência contra a a opressão que incide sobre grupos sociais.

Assim, os movimentos de mulheres do campo vêm buscando nas últimas décadas a construção e o reconhecimento de suas identidades coletivas e a conquista de direitos, com questionamentos e pautas que se endereçam a mudanças abrangentes no âmbito das relações sociais, como também das políticas públicas. Dessa forma, vêm promovendo as



suas lutas em torno de objetivos comuns, conquistando visibilidade e um gradual reconhecimento de suas demandas e especificidades junto à sociedade e ao Estado.

## ATIVIDADES CULTURAIS NO ASSENTAMENTO

Ao chegar a uma comunidade rural, para que possamos compreender como se dá a sua dinâmica em diferentes aspectos sociais, políticos, econômicos e educacionais, precisamos também compreender os preceitos culturais da localidade. Para isso, precisa-se ter muito bem definido o que é a cultura, e como esta se encontra inserida no cotidiano das pessoas que ali vivem, para que assim, seja possível o pesquisador estudar os seus demais aspectos. Colaborando com essa discussão, Claval (2007, p. 63) compreende que:

a cultura é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas, e em uma outra escala, pelos conjuntos dos grupos de que fazem parte. Cultura é herança transmitida de uma geração a outra. Ela tem sua origem em um passado longínquo, que mergulha no território onde seus mortos são enterrados, e seus deuses se manifestaram. Não é portanto, um conjunto fechado e imutável de técnicas e comportamentos.

Não podemos deixar de levar em consideração que a cultura também é para cada indivíduo uma herança, pois a sua transmissão é feita através de diversas etapas que ocorrem desde a infância. Após essa etapa, passamos a difundir o que aprendemos com os nossos pais, assim como também passamos a incorporar novos traços, novas maneiras de falar, pensar e agir.

Devemos também estar cientes de que cada comunidade e cada povo possui os seus hábitos e costumes, que inclui comportamentos, saberes, valores que precisam ser levados em consideração. No assentamento rural visitado, faz parte de sua cultura as mulheres, homens e crianças acordarem cedo para desempenhar as atividades do lote, que geralmente são bem amplas, bem como alimentar os animais, irrigar o jardim, a horta, colher a verdura que será utilizada no tempero do almoço, e, nesse intervalo, entre uma atividade e outra, as mulheres costumam estabelecer o cronograma do dia com as atividades que serão desempenhadas até o fim da tarde. Essas atividades são variadas (brocar o roçado, plantar, colher, descascar macaxeira, fazer farinha, tirar goma, fazer pé de moleque, bolos, abater frangos para levar à feira) e por aí segue...

Mesmo com essa intensa rotina de trabalho e as poucas opções de atividades culturais e de lazer na colônia, as mulheres ainda conseguem tempo para participar de

algumas destas atividades que existem na comunidade, bem como festa do dia das mães, dia dos pais e, principalmente, ir à igreja. O contato com o sagrado que representa a ida à igreja, ocorre pelo menos duas vezes na semana, assim encontram na igreja a oportunidade de serem ouvidas, como é o caso de dona Valcineide (48 anos):

os espaços de fala das mulheres aqui, onde tomam a frente é mais na igreja. Eu participo da parte de cantar. Tenho vários hinos, a gente vai lá e imprime na lan house, aí vai ensaiar e vai cantar. Comprei uma caixa de som e fico ensaiando em casa. Faço os meus áudios e fico enviando pro pastor, pra igreja, pra alguém conhecido e as pessoas dizem que está ótimo, está bom, pode continuar! aí as pessoas dizem: vai ter um culto, vamos lá? Tenho em mente do que salva não é religião, não é a placa, é Deus, um só. Onde tá falando de Deus eu gosto de estar. Eu ia lá nas igrejas de rio branco, mas ninguém me dava oportunidade, aí eu fui e sai da igreja. Hoje eu tenho oportunidade, tudo é no momento certo.



**Figura 39.** Igreja evangélica apostólica. PA Antônio de Holanda. Bujari – Acre.  
Fonte: (MESQUITA; NASCIMENTO SILVA, 2017).

Entorno da fala de dona Valcineide, é pertinente lembrar um pouco da história da igreja e a participação feminina nesse espaço. Assim, conseguimos lembrar que a participação feminina foi por muito tempo restritiva, onde as mulheres foram mantidas a uma distância prudente do sagrado e de tudo o que encontrava-se em sua volta, como a liturgia, os objetos rituais, e longe da mediação direta com Deus.

Enquanto tudo isso exigia um corpo “puro”, havia uma dúvida considerável de que as mulheres pudessem aspirar a tal pureza. Essa discriminação está fortemente associada – no campo da teologia – com o fato de que a mulher é considerada responsável pela entrada do pecado no mundo, e conseqüentemente, a causa da morte” (BINGEMER, 2017, p. 35).

Com o passar do tempo, ao verem uma certa erosão de seu império, as igrejas precisaram se reorganizar para conquistar o seu público, e, conseqüentemente, as arrecadações. Assim, passaram a incluir a participação das mulheres na vida eclesial, o que representou um grande avanço. No entanto, o estigma feminino como fonte sedutora e condução ao pecado, o dever de obediência das esposas aos maridos, ainda continua sendo difundido.

Apesar de tudo, em uma comunidade rural, onde não possuem grandes opções de lazer, as mulheres passam a enxergar na igreja mais uma opção de socialização, um excelente espaço de fala. Esse é o caso de dona Valcineide, que se sente entusiasmada pelo fato de ser acolhida neste espaço e ser ouvida pelos membros da igreja, nem que seja por alguns instantes, enquanto canta ou prega o evangelho. No decorrer das entrevistas, encontramos vários casos que vão ao encontro com o que compartilha Valcineide.

Ao longo das visitas, foi constatada a presença de apenas uma igreja no assentamento, sendo esta evangélica (Igreja Evangélica Apostólica), e nenhuma igreja católica, apesar de existirem vários católicos (as) no assentamento, como é o caso de dona Francisca Bezerra de 76 anos, que diz: “Eu sou católica. Desde criança que eu me batizei, me crismei, tudo na igreja católica. Fiz a primeira comunhão na igreja católica. Sou devota a Virgem Maria e a Santa Luzia, a Santa do Olhos”. Assim, é constituída a identidade do assentamento, composta por traços, jeitos e costumes peculiares da comunidade que ali reside.

Uma identidade cultural possui elementos que constituem um todo integrado, com a história, valores e também com o território de uma comunidade. Nesse sentido, os elementos oriundos e estruturantes dessa cultura podem constituir motivos para o lazer, apontando diferentes categorias associadas à função de descanso, divertimento, recreação, entretenimento entre outros, mas o fator central para o lazer, encontra-se na questão do prazer do indivíduo.

Nesse contexto, no decorrer das entrevistas, também foi possível identificar a pesca como uma atividade de lazer. A colonheira Maria Socorro (57 anos), diz:

Quando estou sem muitas demandas de atividade para dar conta o meu lazer é pescar. Pego o meu caniço e vou para a beira do açude e esqueço até de vir em casa comer. É uma coisa que me faz esquecer tudo. Quando estou muito cansada daqui vou lá para uma amiga minha, pescar no meu açude.

Assim, obtemos a confirmação do que:

o lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se

ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (DUMAZEDIER, 1974, p. 34).

De tal modo, observa-se que o lazer não exige obrigatoriedade, por isso envolve atividades voltadas para a descontração. Nas colônias visitadas, essa atividade é bastante valorizada, uma vez que a rotina de trabalho é intensa. No entanto, há alguns casos de mulheres mencionarem atividades trabalhosas como costurar, varrer o terreiro como sendo um lazer, quando, na verdade, representa uma de suas atividades rotineiras, ou seja, o trabalho.

No PA estudado, além das atividades religiosas (ir à igreja) constituída como uma atividade cultural bastante presente na comunidade estudada e as pescarias, também foram elencadas como atividades festivas para a comunidade, as comemorações de datas referentes ao dia das mães e ao dia dos pais.

As opções de lazer para os jovens foram consideradas escassas, sendo apontadas apenas o futebol como a única atividade recreativa praticada por eles em um espaço improvisado.

Também foi possível constatar o caso de mulheres que nunca saíram de casa para passear ou festejar. É o caso de dona Valcineide que compartilha:

nunca fui passear, papai criou nós isolados. A minha vida sempre foi assim, o pessoal brinca comigo diz que o meu nome é “Rocineide” e o sobrenome é “trabalho”. Eu sempre me vi me arrumando pra ir trabalhar nunca me vi saindo pra passear (Valcineide, 48 anos).

Por trás do discurso da colonheira Valcineide, o que aparentemente poderia se tratar de algo positivo do ponto de vista local, onde impera o dito popular de que “boa romaria faz quem em sua casa está em paz”, principalmente como discurso impeditivo do passeio das mulheres, jovens e crianças, ao ser analisado sobre uma outra ótica, converte-se em resquícios de um poder exercido sobre esta ao longo de sua vida. O fato de não gostar de sair de casa para passear, enxergando sempre no espaço da casa e no trabalho o seu lugar de segurança, expressa uma vida subalterna à figura masculina de seu pai que, no decorrer de sua infância e juventude, sempre o deveu obediência.

Essa cultura de subalternidade e controle sobre a vida das mulheres, no espaço da casa, remonta aos antecedentes históricos onde as meninas eram criadas para serem vistas como as “moças de família” e a “mulher para casar”. Para isso, precisariam usar a “vestimenta” da castidade e do “bom comportamento”, isso incluía o não sair de casa para

divertir-se. E aquelas que burlassem a tais imposições eram alvo de comentários da vizinhança e excluídas do convívio harmônico com os demais.

Nesse contexto, “a mulher não tinha controle de si, inclusive, quando se tratava do que havia de mais íntimo: seus sentimentos e sua sexualidade” (PERROT, 2007, p. 64), de tal modo, não era permitido o seu interesse por um homem. Este deveria despertar o interesse primeiro, caso isso ocorresse, ainda seria necessário passar por uma autorização de um outro home: o seu pai, que decidia, muitas vezes, negociava sua vida através do casamento.

Na construção dessa história de silêncios e silenciamentos femininos, a igreja é apontada como uma das principais responsáveis por essa invisibilidade, desde o período colonial. Assim, manter a mulher sob controle, era a forma de se “coibir o pecado”, repetia-se como algo ideal, nos tempos coloniais, que “havia apenas três ocasiões em que a mulher poderia sair do lar durante toda a sua vida: para se batizar, para se casar e para ser enterrada” (ARAÚJO, 2002, p.49).

Vivendo nessa condição, durante muito tempo, as mulheres foram objeto de um relato histórico que as relegou ao silêncio e à invisibilidade. São invisíveis, pois sua atuação se passa quase que exclusivamente no ambiente privado da família, do lar e do trabalho. “O espaço público pertence aos homens e poucas mulheres se aventuram nele. Também são invisíveis, pelo silêncio das fontes, porque, como são pouco vistas nesses locais públicos, pouco se fala delas (PERROT, 2007, p. 66). Visando superar esse discurso, buscamos, no decorrer dessa pesquisa dentro do campo geográfico, trazer a discussão de gênero para assim dar visibilidade às mulheres, especialmente as mulheres rurais pobres, chefes de família, negras que esculpem os espaços rurais dia após dia na labuta cotidiana.

Nesse contexto, buscamos sempre nos inspirar na lição deixada por Michel Foucault (1988), de que é necessário nos atentarmos às ausências e aos silêncios porque eles protegem a força e o poder do discurso hegemônico. Afinal, se o objeto de estudo da geografia é fundamentalmente o estudo do espaço, como então fazer vista grossa a uma classe oprimida e silenciada como se não fizesse parte do meu campo de estudo. Estas não estariam inseridas no espaço objeto de estudo da ciência geográfica?

Sabemos que toda essa estrutura de poder excludente que, por muito tempo, permeou o campo geográfico esteve ancorada nas “verdades” científicas da geografia tradicional, que não atende mais aos anseios da sociedade vigente. Por isso, estamos experienciando uma nova era, a das geografias feministas, onde os geógrafos e geógrafas contemporâneos apontam a importância do gênero nos diferentes espaços da vida social.



Eis que chega o momento de tecermos algumas considerações. Tudo se encontra em constante transformação e é papel do/a pesquisador/a não se dar por satisfeito/a, pois são através dos diferentes prismas que conseguimos enxergar outras possibilidades. As nossas “verdades” só duram até que as refutamos. De imaginar que até pouco tempo as pessoas não enxergavam o gênero como uma categoria a ser discutida... e agora na Geografia? Muitos ainda chegam a se questionar e nos questionar se há como ser discutida essa temática dentro da ciência geográfica.

Tenho que lhes confessar que, no começo, eu também cheguei a duvidar, ainda não havia tido contato com autores (as) que mostrassem essa possibilidade. Afinal de contas, a geografia ainda é hegemonicamente masculina, branca, ocidental e elitizada como tem mostrado os estudos, mas devemos reconhecer que o ativismo feminista contribuiu e vem contribuindo para as transformações do pensar e do fazer científico no sentido de aliá-los a novas práticas sociais inclusivas.

Nesse contexto, devemos ter em mente que os conceitos, assim como as teorias não são estáticos, absolutos. Quando não contemplam mais uma coletividade excluindo indivíduos, há a necessidade de serem superados. Assim como a separação dos homens em relação à natureza, onde se coloca como superior para fins de apropriação e dominação, acreditamos que o mesmo tenha ocorrido em relação ao gênero. As diferenças entre os sexos foram apropriadas pelo homem para se impor como o mais forte e a mulher tachada de “o sexo frágil”, quando em seu dia-a-dia têm que ser duas a três vezes mais resistente para enfrentar a labuta cotidiana frente aos papéis sociais preestabelecidos por uma sociedade hegemonicamente masculina e desigual.

Visando questionar esse cenário nada equitativo, surgem as Geografias Feministas, que não somente visualizam o espaço social como construído e transformado pelas ações humanas, mas também que questionam essas transformações, buscando identificar ausências e silenciamentos, apontando os elementos estruturadores para que todos as/os sujeitos/as que compõem o espaço sejam considerados.

Assim, no decorrer das nossas investigações, nos assentamentos rurais estudados, foi possível fazermos algumas constatações que nos permitiu a expansão do território da

compreensão na perspectiva da condição das mulheres da colônia no PA Espinhara II e PA Antônio de Holanda. Nessa perspectiva, identificamos que:

1. As mulheres da colônia sempre estiveram presentes nos assentamentos. Participaram da ocupação de terras, de caminhadas com mantimentos nas costas, resistiram às mazelas do dia-a-dia (doenças), o que contribuiu para que os homens fizessem uma certa leitura de que o trabalho feminino é de extrema relevância no assentamento e estabilidade da família. Nesse contexto, tem-se desviada a noção de que o papel da mulher se encontra resumido aos afazeres domésticos, entorno da casa, dos filhos, do marido e da igreja.

2. A resistência feminina é um novo paradigma, o que contribui para que as mulheres dos assentamentos sejam em sua maioria donas do lote e chefes de família. São mulheres solteiras, casadas e viúvas, que, entre aposentadas e usuárias do Bolsa família, utilizam o pouco que conseguem produzir na terra como complemento de renda. Acompanham a produção desde o seu processo inicial, e no momento de vender, têm aumentado a sua participação nas feiras, mas o poder de decisão em que empregar o dinheiro das vendas ainda é bastante dividido.

No entanto, o patriarcado, ainda, encontra-se enraizado desde os momentos de lazer das mulheres, como é o caso do futebol, onde ainda recebem as menores premiações, expandindo-se até o poder de decisão em o que fazer com o dinheiro da contratação de um crédito rural por exemplo. Nesse contexto, foi perceptível a predominância das vontades masculinas, deixando as proposições e vontades das mulheres em último plano.

3. As colonheiras ainda enfrentam grandes dificuldades com a falta de políticas públicas voltadas para a correção do solo, acesso a créditos rurais e construção de estradas para o escoamento da produção o que vem contribuindo para o êxodo rural;

4. Mais de oitenta por cento das propriedades estão no nome das mulheres ou em titulação conjunta, não por seus esposos serem bonzinhos, mas por em alguns casos estes possuírem o nome restrito no INCRA, não podendo mais possuir terra em seu nome individual, e em razão da Portaria 981/2003, que estabelece como obrigatória a titulação conjunta dos lotes da reforma agrária para homens e mulheres em situação de casamento ou de união estável.

5. As mulheres dos assentamentos ainda são muitas vezes desconsideradas pelas instituições governamentais que insistem em pedir uma garantia para a liberação de crédito rural para essas mulheres. Assim, para que possam ter acesso a uma linha de crédito, mesmo não tendo as condições para plantar e escoar a produção, precisam ofertar uma garantia aos bancos através da Declaração de Aptidão (DAP), que funciona como porta de

entrada para acesso às políticas públicas. Esta, por sua vez, funciona como uma identidade do (a) trabalhador (a) rural, contendo dados territoriais e produtivos do imóvel e da renda da família, caso a (o) proprietária (o) do lote não apresente bons índices produtivos, automaticamente este (a) terá o seu crédito negado.

6. O lazer para as mulheres, ainda, encontra-se dividido entre o trabalho e o verdadeiro lazer, assim elencam atividades como costurar, varrer o terreiro, cuidar das criações, pescar, participar de datas comemorativas, ir à igreja e assistir televisão.

7. O apego ao lugar é algo bastante perceptível na vida dessas trabalhadoras, o que está intimamente relacionado à resistência destas para permanecerem na localidade mesmo mediante as dificuldades;

8. As atividades religiosas na comunidade são muito latentes, talvez, isso esteja relacionado a uma convivência machista onde os locais de transitar da mulher giram entorno da casa e da igreja e também pelo fato destas se sentirem, de algum modo, mais valorizadas e com certo poder de fala;

9. Apesar dos relatos, não podemos negar o fortalecimento das mulheres da colônia através do Movimento de Mulheres Camponesas, que tem buscado mobilizar essas colonheiras na busca pelo fortalecimento do grupo de mulheres, trazendo outras possibilidades. Como é o caso do aumento de sua participação nas feiras locais e resgate de saberes esquecidos no tempo como por exemplo, os adjuntos que trata de um trabalho parceiro e benéfico a todas.

Além disso, estas têm se fortalecido politicamente, buscando ocupar os espaços políticos e de voz dentro da comunidade (nas igrejas, presidência de associações e cargos eletivos) o que se configura como uma excelente ferramenta de resistência e poder. No entanto, se tratando de dois assentamentos rurais apresentados no decorrer do estudo, é interessante frisar que cada um destes possui proximidades e distanciamentos em sua configuração interna.

De modo geral, diferentemente das hipóteses iniciais desse trabalho, onde conseguíamos visualizar uma possível vantagem dos benefícios presentes no PA Antônio de Holanda em Relação ao PA Espinhara II por ser um assentamento mais próximo da cidade, chegamos a alguns pontos que divergem das hipóteses iniciais. Assim, identificamos alguns pontos que aproximam e distanciam ambos os assentamentos rurais estudados que apresentamos no quadro a seguir:

**Quadro 2. Comparativo dos PAs.**

| <b>PA ESPINHARA II</b>   | <b>PA ANTÔNIO DE HOLANDA</b>   |
|--|--|
| <p>1. É o mais antigo apresentando vinte e dois anos de fundação;</p> <p>2. Assentamento criado anterior à implantação da Portaria nº 981/2003, que obriga a titularidade conjunta. No entanto, 87% das mulheres entrevistadas são titulares dos lotes, sendo que deste total, aquelas que não são chefes de família só estão com a terra em seus nomes em razão de inadimplência dos maridos com o INCRA, ou seja, já haviam possuído terra anteriormente doada pelo órgão público;</p> <p>3. A maioria das mulheres residentes são idosas aposentadas, com média de idade de 56 anos, que varia de 49 a 65 anos;</p> <p>4. As mulheres possuem maior grau de escolaridade, variando entre o ensino fundamental incompleto e o ensino superior. No entanto, ainda sofrem com restrições no que se refere ao transporte escolar o que tem contribuído para o aumento do número de desistência nas escolas onde algumas dessas mulheres estudam;</p> <p>5. Possui uma unidade de saúde em seu interior, no entanto, não vem cumprindo a função social que deveria, passando a funcionar de quinze em quinze dias somente nos períodos de estiagem da região;</p> <p>6. A maioria das mulheres possuem um limitado acesso à créditos rurais como os PRONAFs por não possuírem uma garantia a ser dada para os bancos;</p> <p>7. O foco da produção é a subsistência; mas também vendem o excedente quando conseguem escoar a produção;</p> <p>8. Todas as mulheres entrevistadas apresentam um perfil em comum: vieram dos seringais onde trabalhavam juntamente com sua família na extração do látex;</p> <p>9. Falta de condições estruturais para produzir e escoar a produção, bem como, a falta de estradas em condições de trafegabilidade e correção do solo;</p> | <p>1. Mais recente, com apenas oito anos de existência;</p> <p>2. Assentamento onde 100% das mulheres possuem titularidade do lote conjunta, através da Portaria nº 981/2003/INCRA que garante a titulação do lote em nome dos cônjuges, ou independente de estado civil;</p> <p>3. As mulheres possuem média de idade de 52 anos, que varia de 36 a 76 anos;</p> <p>4. Possuem escolaridade inferior, variando entre aquelas que nunca estudaram e o terceiro ano do ensino médio. Este assentamento, por sua vez, não possui escola em funcionamento que venha ofertar a educação de jovens e adultos para as mulheres;</p> <p>5. As famílias enfrentam grandes dificuldade em acessar os serviços básicos de saúde, pois não possuem uma unidade de atendimento em seu interior;</p> <p>6. As mulheres possuem baixo acesso a políticas públicas específicas como é o caso dos PRONAFs, onde funcionam mais como uma espécie de amostra prática, assim, poucas famílias são beneficiadas;</p> <p>7. Possuem como grande foco a autossustentação familiar, no entanto, em períodos de estiagem na região as mulheres costumam ir frequentemente à feira do Movimento de Mulheres Camponesas e no mercado dos (as) colonos (as) comercializar os seus produtos (frutas, verduras, legumes, plantas e animais);</p> <p>8. As mulheres que vivem no assentamento possuem origens diversas, algumas com trajetórias de seringais, outras com trajetórias urbanas;</p> <p>9. Sofrem com problemas de trafegabilidade nas estradas em péssimas condições nos períodos chuvosos ondem são impedidas de escoar sua produção;</p> |

|  |  |
|--|--|
| <p>10. Possui apenas um (a) produtor (a) compondo o banco fornecedor de produtos para o Programa de Aquisição de Alimento – PAA.</p> <p>11. Possui elevado número de mulheres na presidência de associações e que também já concorreram a cargos eletivos na política;</p> <p>12. A atuação do Movimento de Mulheres camponesas é recente em seu interior.</p> | <p>10. Possui três integrantes compondo o banco de produtores (as) que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos PAA;</p> <p>11. Não possui mulheres à frente da presidência de associações e as mulheres da localidade nunca concorreram a cargos eletivos na política;</p> <p>12. A atuação do Movimento de Mulheres Camponesas possui intensa atuação e articulação em seu interior desde o início, realizando conquistas como por exemplo, a criação da feira do movimento para comercialização das assentadas, ofertas de cursos, e realização de formação política para as mulheres.</p> |
|--|--|

Elaborado por Mesquita, 2019.

No decorrer desse estudo, um de nossos objetivos era justamente o de mapear o acesso que as mulheres da colônia que residem em tais assentamentos rurais possuem às políticas públicas. Assim, como podemos visualizar no quadro acima, ambos os assentamentos não possuem expressivas vantagens um em comparação ao outro. O que podemos visualizar ainda são omissões por parte do Estado que passa a aplicar, vez e outra, pequenas amostras das políticas públicas que deveriam atender toda uma sociedade dentro dos assentamentos rurais. As políticas públicas são definidas como programas que projetam objetivos, valores e práticas sociais, e desse modo, visam atender as demandas que permeiam uma sociedade, com o intuito de melhorar sua vida.

Desse modo, é necessário muito cuidado no momento de formulação de tais políticas para que nenhum/a sujeito/a social seja desconsiderado ou excluído. De tal modo, tão importante quanto a formulação de tais políticas públicas é a sua aplicabilidade prática, esse é o momento mais esperado por todos (as). Nos assentamentos rurais estudados identificamos grande desproporção entre o planejamento e a prática no que se refere a essas ações, onde pudemos constatar a falta de estradas para as produtoras rurais escoarem sua produção, falta de assistência técnica, correção do solo, falta de maiores esclarecimentos sobre os créditos rurais, restrição a créditos rurais, atendimento escolar na comunidade, atendimento médico, entre outros.

No contexto mais íntimo do universo rural, acreditamos ter conseguido atender mais um de nossos objetivos, onde ao nos propor investigar a participação feminina no universo



rural desses assentamentos, pudemos constatar que a atuação feminina sempre se fez presente no interior desses assentamentos rurais desde o processo de ocupação. Assim, sozinhas ou juntamente com seus esposos, trabalharam e continuam trabalhando de igual para igual na lavoura, e fora dela continuam com o seu extenso leque de atividades que têm que desenvolver na condição de dona de casa, mãe e esposa.

Assim, a vida dessas mulheres rurais tem sido marcada por muito trabalho e pouco reconhecimento. A sua desvalorização como colonheira fica evidente quando se denomina que o seu trabalho (para a sociedade e, muitas vezes, para elas mesmas) não passa de “ajuda”, uma complementação ao trabalho masculino, que, na visão patriarcal, é o responsável pelo sustento da família. Apesar de hodiernamente a mulher ter conquistado muitos direitos, ainda vivencia restrições, preconceitos e desvalorização social, econômica e cultural, principalmente as pobres e as negras.

De tal modo, ao averiguarmos como os espaços e os lugares são redimensionados através das relações de gênero e poder nos assentamentos, chegamos ao entendimento de que as mulheres colonheiras traduzem o seu lugar de segurança construídos sob o signo de mãe, dona de casa, genitora, transitando especialmente sob a esfera da compreensão de que precisam ter o espaço de sua liberdade de escolha, decisão, identificação e remodelação do seu perfil cultural. As mulheres estão passando a perceber, através da sua luta cotidiana e atuação no Movimento de Mulheres Camponesas, que residir somente no lugar de segurança do pensamento machista só as enclausura na rota do discurso da subserviência e resignação, e passam a atuar como protagonistas de sua história em processo de construção intercultural.

Levando em consideração que um estudo não tem fim, mesmo quando a última palavra é escrita, ficamos com a convicção de que ainda há muitos elementos a serem explorados nos assentamentos estudados. Afinal, a realidade é muito mais complexa do que imaginamos e do que podemos captar através da fenomenologia que visa descrever o mais próximo possível cada traço, cada ação dos/as sujeitos/as pesquisados/as.

- ABRAMOVAY, R. **Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo.** Rio de Janeiro. In: IPEA, (Texto para discussão n. 702), 2000..
- ALBUQUERQUE, L.; RUFINO, I. MMTR-NE, 1987. In: DEERE, C. D. **Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira.** Estudos Feministas, Florianópolis, 2004.
- ALMEIDA, T. M. C.; BANDEIRA, L. **Políticas públicas destinadas ao combate da violência contra as mulheres – por uma perspectiva feminista, de gênero e de direitos humanos.** In: BANDEIRA, L; ALMEIDA, T. M. et. Ali. (ogs.). **Violência contra as mulheres: a experiência de capacitação das DEAMs da Região Centro-Oeste.** Brasília, Cadernos AGENDE, No. 5, dez/2004.
- ALVES, A.C.F; ALVES, A.K.S. **As Trajetórias E Lutas do Movimento Feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres.** IV Seminário CETROS Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social. Fortaleza - CE, 2013.
- ARAÚJO, in PRIORE, Mary (org). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto 2002.
- ARAÚJO, V.A.C. **Os sentidos da escolarização para mulheres no rural de Feira de Santana/Bahia: narrativas de trajetórias e sonhos de mulheres da EJA.** Mestrado (dissertação) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em Educação. Feira de Santana, 2014.
- ALVES, B. M.; PITANGUY, J. **O que é feminismo.** 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- ALVES, J. E. D. A mulher na política, despatriarcalização e envelhecimento: o crescente poder das balzaquianas. **Revista GÊNERO**, v.14, n.2, p. 51-66, 2014.
- ALVES, H. V. S. **Grades invisíveis: as características sócioespaciais da prisão a partir da percepção das mulheres encarceradas na penitenciária feminina de Rondônia.** Porto Velho – RO. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Mestrado e Doutorado da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, 2017.
- ALVES, W. M; SIMÕES, R. C. A história oral na pesquisa de campo. Espírito Santo. Dimensões. **Revista de História da Ufes**, v.5, 1997.
- ALMEIDA NETO, D. J de. **“Aos trancos e barrancos”:** identidade cultural e resistência seringueira na periferia de Rio Branco – AC. Rio Branco: EDUFAC, 2004.
- ALMEIDA, A. F DE. **O trabalho feminino em seringais do acre (1960 – 1980).** Dissertação apresentada ao Programa de PósGraduação em História da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2016.
- \_\_\_\_ ALMEIDA, A. F DE. Mulheres trabalhando em seringais acreanos (1960/1980). **Revista InSURgência**, v. 1, n. 2, p. 486–496, 2016.

ALMEIDA, C; LÜCHMANN, L; RIBEIRO, E. Associativismo e representação política feminina no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.8, p.237-263, 2012.

AMARAL, W. R. S. **Do jirau ao geral: mulheres nos sindicatos de trabalhadores rurais no Estado do Pará, Brasil**. Dissertação de mestrado (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) Universidade Federal do Pará. Programa de Pós – Graduação em Agriculturas Amazônicas. Belém – Pará, 2010.

ARROYO, M. G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Editora Vozes. Petrópolis – RJ, 2012.

BAUER, C. **Breve história da mulher no mundo ocidental**. São Paulo: Xamã, 2001.

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. 5ª reimpressão. Rio de Janeiro. 2005.

BATICÃ, H. D. **Manual de igualdade e equidade de gênero**. Programa de Formação Avançada para ANEs, Bissau, 2015.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira, 2002.

BEZERRA, M. J. **Invenções do Acre – de Território a Estado – um olhar social**. Tese de Doutorado em História Social do Programa de Pós – Graduação em História do Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – SP, 2006.

BETTO, F. **A marca do batom: Como o movimento feminista evoluiu no Brasil e no mundo**. ALAI, América Latina em Movimento, 2001.

BINGEMER, M. C. L. **A mulher na igreja e na sociedade**. *Annales*, Belo Horizonte, v.2, n.4, 2017.

BONI, Valdete. Produtivo ou Reprodutivo: **O trabalho das mulheres nas agroindústrias familiares** - um estudo na região oeste de Santa Catarina. Dissertação de mestrado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. Companhia das Letras. São Paulo, 1994.

BOLLNOW, O. F. **Hombre y espacio**. Barcelona: Labor S.A. 1969. (Tradución: Jaime Lopez de Asiaim y martin).

BRANCO, G. C; SARAIVA, M. R; CRUZ, T. A. **Práticas feministas do movimento de mulheres camponesas do Acre relacionadas à agricultura agroecológica e saúde da floresta**. In: Mulheres camponesas: semeando agroecologia colhendo saúde e autonomia. Organizadoras: PULGA, V. L; CALAÇA, M; CINELLI, C et al. Editora Rede Unida. Porto Alegre, 2018.

BRANCO, P. Do gênero à interseccionalidade: considerações sobre mulheres, hoje e em contexto europeu. **Revista Julgar**, v.4, 2008.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil de 1988**.

Caderno de Canções 2016 – 6ª Plenária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais/CONTAG. **Sou Lavradora**. 2016.

CAVENAGHI, S; ALVES, J. E. D. **Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios.** Estudos Sobre Seguros - Edição nº 32. Rio de Janeiro, 2018.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: FFLCH, 2007.

CESAR, T. R. A. O. **“Gênero, poder, produção científica geográfica no Brasil de 1974 a 2013.** Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós – Graduação em Geografia, Mestrado em Gestão do Território, da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Ponta Grossa – PR, 2015.

CAPPELLIN, P. **Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade Brasileira.** In: Historia das Mulheres no Brasil. Mary Del Priore (org). São Paulo : contexto, 1997.

CHAUÍ, M. **“Memória – Sonho e Memória – Trabalho”, Introdução.** In: BOSI, E. Memória e Sociedade: lembrança de velhos. São Paulo, SP. 1979.

CHAYANOV, A. **La organizacion de La unidad campesina.** Buenos Aires: Nueva Vision, 1974 (1925).

CLAVAL, P. **Epistemologia da Geografia.** Florianópolis: UFSC, 2007.

CORRÊA, R. L. **Espaço, um conceito chave da geografia.** In: Geografia: conceitos e temas. Org. CASTRO, I. E de; GOMES, P. C. C da; CORRÊA, R. L. Rio de Janeiro – RJ. 2ª Ed, 2000.

\_\_\_ CORRÊA, R. L. **O espaço geográfico: algumas considerações.** In: SANTOS, M (org.). Novos rumos da geografia brasileira. São Paulo: Hucitec, 1982.

CORRÊA, P. V; OLIVEIRA, F. C; TADA, I. N. C. A história oral de mulheres que viveram no seringal. **Psicologia em Revista**, v. 21, n. 3, p. 430-447, 2015

COSTA, A. V da. **Seringal Entrevista.** Bananeira, rio Purus, Pauini – AM, 05 de março de 1999. In: CRUZ, T. A. Mulheres trabalhadoras rurais em movimento: uma história de resistência – Vales do Acre e Médio Purus/1988-1998. Rio Branco – Ac. Edufac, 2010.

CRUZ, T. A. **Mulheres trabalhadoras rurais em movimento: uma história de resistência – Vales do Acre em Médio Purus, 1988-1998.** Rio Branco: EDUFAC, 2010.

\_\_\_ **Movimento de Mulheres Camponesas do Acre: 25 anos de organização e lutas.** Universidade Federal do Acre. Rio Branco – Acre, 2012.

DARDEL, E. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica.** São Paulo. Tradução: Werther Holzer. Editora Perspectiva, 2011.

DEERE, C. D. **OS DIREITOS DA MULHER À TERRA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS NA REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA.** Estudos Feministas, Florianópolis, 2004.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. **Estatísticas do meio rural 2010-2011.** 4. ed. Brasília, MDA, 2011.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular.** São Paulo: Perspectiva, 1974.

ELIAS, N. **Sobre o Tempo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FERREIRINHA, I. M. N. RAITZ, T. R. **As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas.** Rio de Janeiro, 2010.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**. In: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3ª edição. Editora LOYOLA. São Paulo, 1996.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **O rastro e a cicatriz**: metáforas da memória. Lembrar escrever esquecer. São Paulo: Ed. 34, 2006, p. 107-118.

GALLIANO, G. A. **O método científico teoria e prática**. Obra digitalizada por JHOTZ, N. São Paulo. Editora Mosaico Ltda, 1979.

GUIMARÃES, R. R; MESQUITA, H. A. **Feira camponesa: instrumento de luta e resistência das mulheres camponesas em Catalão (GO)**. In: Anais... XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo, p - 1-15, 2009.

HEFFEL, C. K. M; SILVA, V da; LONDERO, J. C. **A Construção da Autonomia Feminina: o empoderamento pelo capital social**. XII CONAGES. Editora Realize. Campina Grande – PB, 2016.

HADDAD, S. DI PIERRO, M. C. **Escolarização de jovens e adultos**. Revista Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ago 2000, Nº 14.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011.

\_\_\_\_\_. **Glossário dos termos genéricos dos nomes geográficos utilizados no mapeamento sistemático do Brasil**. Rio de Janeiro, 2015.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Titulação**. Outubro de 2018.

Jornal de Letras. **“Contra a dominação”, por Boaventura de Sousa Santos.** In: Alice News, 2017.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Série Pensamento e ação. Tradução de IPEROIG, C. Editora FLAMA S/A, São Paulo. Edição original publicada em 1899.

KRIZ, J. (1988). **Facts and Artefacts** in Social Science. An Epistemological and Methodological Analysis of Empirical Social Science Research Techniques, Nueva York, MacGraw-Hill, 1988.

KI - ZERBO, J. **História Geral da África** - Metodologia e pré-história da África. São Paulo, Editora Ática/Paris: UNESCO, Vol. 1. 1982.

LEFEBVRE, H. **La producción del'space**. Anthropos. Paris, 1974;1981.

LE GOFF, J. **História e memória**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1996.]

LÊNIN, V. L. **O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LUZ, V DA. 1996, p. 177. In: DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Estudos Feministas**, v.12, n.1, 175-204, 2004.



MARRADI, A. **O método como arte**. Revista de Sociologia Papers. Vol. 67. Universidad de Florencia Itália, 2002. Disponível em: < <http://papers.uab.cat/article/view/v67-marradi/pdf-es>. Acesso: >03/05/2018.

MARTIGNONI, L. **Lazer no Assentamento Rural Oito De Junho: Análise a Partir da Multifuncionalidade da Agricultura**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade tecnológica Federal do Paraná, 2013.

MAYBURY-LEWIS, B. **The Politics of the Possible: The Brazilian Rural Workers' Trade Union Movement, 1964-1985**. Philadelphia: Temple University Press, 1996.

MAGALHÃES, V. C de. **Relatório do Departamento de Produção**. Rio Branco, 1949.

MENDONÇA, J. G. R; RIBEIRO, P. M. **Algumas Reflexões Sobre a Condição da Mulher Brasileira da Colônia às Primeiras Décadas do Século XX**. Araraquára, 2010. de 2019.

MERLEAU-PONTY. M. **A Fenomenologia da Percepção**. 3ª ed. - São Paulo. 2006.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2005.

\_\_\_\_\_ **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2003.

\_\_\_\_\_ **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_ **História Oral na América Latina**. Editora Fiocruz, Rio de Janeiro, 2000.

MESQUITA, N. L. **Geografia, gênero e contra-espço: mulheres no assentamento Serra Dourada – Goiás/GO – Brasil**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia (IESA), 2016.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta**. Edição 1ª. Brasília – DF, 2013.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Tecendo a saúde das mulheres do campo, da floresta e das águas: direitos e participação social**. Brasília – DF, 2015.

MOURA, M. M. **Camponeses**. Editora Ática. São Paulo, 1986.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cartilha do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA: Renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa**, 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Cartilha de Políticas Públicas Para Mulheres na reforma Agrária**. Brasília, 2010.

MONK, J. **Colocando Gênero na Geografia**. In: SILVA, J. M. Espaço, Gênero e Poder: conectando fronteiras. Ponta Grossa – PR. Toda Palavra, 2011.

\_\_\_\_\_ MONK, J; HANSON. S. **Não excluem metade da humanidade da geografia**. In: SILVA, J. M; ORNAT, M. J. Geografias feministas e das sexualidades: encontros e diferenças. Ponta Grossa – PR. Toda Palavra, 2016.

MOURA, R. G de; LOPES, P. L; SILVEIRA, R. C da. **Gênero e família: a mulher brasileira chefe de família. Que mulher é esta?** Cadernos UniFOA. Rio de Janeiro, 2016.

NASCIMENTO SILVA, M. G. **Geografia e gênero em assentamentos rurais: espaços de poder**. In: Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras. SILVA, J. M; SILVA, A. C. P da. Ponta Grossa, Toda Palavra, 2011.

NORBERT, E. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro. Traduzido do alemão para o português por ZEI, U. Editado por SCHRÖTER, M, 1897-1990.

OLIVEIRA, A. M de. **O campesinato como classe social do campo**. Anais SINGA. Curitiba – PR, 2017.

ORNAT, M. J. Espaços Interditos e a Constituição das Identidades Travestis através da Prostituição no Sul do Brasil. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v.3, n.1, p.54-73, 2012.

PACHECO, A. L. P de. B. **Mulheres pobres e chefes de família**. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

PELLUCIO, G. **“há homens que têm patroa. Há homens que têm mulher. E há mulheres que escolhem o que querem ser”**: perspectiva de gênero na geografia. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho – RO, 2010.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da História**. São Paulo: Edusc, 2007.

\_\_\_\_\_. **Minha história das mulheres**. Tradução de Ângela M. S. Correa. São Paulo: Contexto, 2007.

POPPER, K. R. **Conjecturas e Refutações** (O Progresso do Conhecimento Científico). Brasília: Editora da UnB, 1980.

QUEIROZ, M. I. P. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo. 2ª edição, 1991.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Editora Ática, São Paulo - SP, 1993.

RELPH, Edward C. **As bases fenomenológicas da Geografia**. Geografia, Rio Claro, v.4, n.7, abr. 1979.

RODRIGUES, H. C. C; BONFIM, H. C. C. **A educação do campo e seus aspectos legais**. Curitiba – PR, 2017.

ROSSINI, R. E. **Geografia e gênero: a mulher como força de trabalho no campo**. Universidade de São Paulo – USP. Informações Econômicas, SP, v. 23 (supl. I), 1993.

SANTOS, G. I. R dos. **Mulheres Em Movimento: Os limites do espaço e do gênero em face do movimento de mulheres trabalhadoras rurais no Tocantins**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (PPGG/IESA/UFG). Goiânia – GO, 2013.

SANPAIO, A de. A. M; OLIVEIRA, T. T de; SAMPAIO, A. C. F. **Primeiras considerações sobre a educação do campo e as mulheres do assentamento Nova Santo Inácio Ranchinho, Campo Florido, Minas Gerais**. Caderno Espaço Feminino, volume 30. Uberlândia-MG, 2017.

SARTORI, E. **Reflexões sobre relações de gênero, família e trabalho da mulher.** Cadernos CERU, série 2. N. 15. São Paulo, 2004.

SCOTT, J. **Gênero uma categoria útil de análise histórica.** 1990. Texto traduzido do francês para o português e revisado de acordo com o original em inglês. Por: LOURO, G. L. Revisado por: SILVA, T. T. 1995.

SCALA, J. **Ideologia de gênero: o neototalitarismo e a morte da família.** Argentina, 1996.

SCHAFFER, B. **Generationen – Medien – Bildung: Medienpraxiskulturen im Generationenvergleich,** Opladen: Leske & Budrich, 2003.

SHANIN, T. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.** Estudo Cebrap. Trabalho e dominação. São Paulo, 1980.

**Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM.** Ministério da Justiça e Cidadania. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/mulheres-do-campo-e-da-floresta/dados>> Acesso: 29/09/2017.

Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. **Cartilha de Políticas Públicas para as Mulheres, 10 anos.** 2012.

SEYFERTH, G. **Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso).** Museu Nacional, UFRJ. Anuário Antropológico/91. Rio de Janeiro, 1993.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte – MG. Tradução de ALMEIDA, S. R. G. et al. Editora: UFMG, 2010.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia - contribuição para o ensino do pensamento geográfico.** São Paulo. UNESP – Editora, 2004.

SILVA, J. M. **Contribuições das geografias feministas nas abordagens das relações entre espaço e diferenças.** In: A diversidade da geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação. SPÓSITO, E. S et al (organizadores). Rio de Janeiro. 1ed. Consequência editora, 2016.

\_\_\_\_ SILVA, J. M. **Geografias subversivas discursos sobre espaço, gênero e sexualidades.** Organizadora Joseli Maria Silva. Ponta Grossa – PR. Toda Palavra, 2009.

\_\_\_\_ SILVA, J. M; ORNAT, M. J. Geografia Feminista no Brasil nos anos 80, sim senhor! Uma entrevista com Rosa Ester Rossini. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v.7, n.2, p.212-219, 2016.

SILVA, S. M. V. A Contribuição dos Estudos de Gênero para a Compreensão da Geografia do Trabalho: uma pauta para discussão. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v.4, n.2, p.106-117, 2013.

SILVA. S. S da. **Resistência camponesa e desenvolvimento agrário na Amazônia-acreana.** Tese (doutorado). - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2004.

\_\_\_\_ **Resistência camponesa e desenvolvimento agrário: uma análise a partir da realidade amazônico-acreana.** Rio Branco: EDUFAC, 2011.

SILVA, T. F da. **Geografia e Gênero no Assentamento Rural Joana D’arc III: Um Lugar às Margens da Estrada.** Porto Velho – RO. Dissertação de mestrado apresentada ao

Programa de Pós-Graduação em Geografia Mestrado e Doutorado da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, 2014.

SOUZA, M. L. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio Espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, S. X de. **A Velhice fora do Lugar: história oral de vida**. Dissertação de mestrado em geografia, Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia (PPGG), Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, Rondônia, 2009.

SOUZA, E. L. C; STADUTO, J. A. R; KRETER, A. C. Previdência rural e mulher: uma análise interregional a partir da perspectiva de gênero. **Revista da ABET**, v.16, n.1, p.119,127, 2017.

SOUZA, M. A. Educação do campo, desigualdades sociais e educacionais. **Educ. Soc**, v.33, n.120, p.745-763, 2012.

STURZA, J. A. I. **Lugar e Não-Lugar em Rondonópolis – MT: Um Estudo Decognição Ambiental**. Tese de doutorado elaborada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista - Campus de Rio Claro, 2005.

TEDESCHI, L. A. Os lugares da História Oral e da Memória nos Estudos de Gênero. Catalão – GO. **Revista OPSIS**. v. 15, 2015.

TEIXEIRA, M. J. M; SILVA, J. da C. Relações de Gênero e Festa Religiosa: Um Estudo Sobre a Atuação da Mulher nos Espaços Organizacionais do Círio Fluvial Noturno de Santo Antônio em OriximináPará. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 8, n. 1, p. 233 250, 2017.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.95.

TUAN, Yi-FU. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1983.

\_\_\_\_\_. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

BOLLNOW, O.F. **O homem e o espaço**. Traduzido do alemão para o português, por: SCHRUID, A. L. Curitiba – PR. Ed. UFPR, 2008.

VALENCIANO, R. C. **A participação da mulher na luta pela terra: discutindo relações de classe e Gênero**. 2006, p. 143. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente (SP), 2006.

WOLFF, C. S. **Marias, Franciscas e Raimundas: uma história das mulheres da floresta Alto Juruá, Acre 1870-1945**. Tese de doutoramento – História social. São Paulo, 1998.

Wolff, C. S. **A construção da sustentabilidade nos seringais em crise: uma questão de gênero**. Alto Juruá, Acre/Brasil: 1912 a 1943. Proj. História, 23. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10720>> acesso: 12 de novembro de 2018.

ZOLIN, L. O. **Questões de gênero e de representação na contemporaneidade**. Santa Maria, 2010.

## AUTOR

### Rogério Nogueira de Mesquita



Licenciado em Geografia, pela Universidade Federal do Acre e em Pedagogia pela Faculdade Venda Nova do Imigrante. Pós-graduado em Ensino de Geografia, pela Universidade Candido Mendes e em Educação Especial e Inclusiva, pela Faculdade Educacional da Lapa. Doutorando e Mestre em Geografia, pela Universidade Federal de Rondônia. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero - GEPGÊNERO e do Grupo Amazônico de Estudos da Linguagem (GAEL), da Universidade Federal do Acre - UFAC. Com interesse, principalmente, nas áreas de Geografia de Gênero, Sexualidades, Ruralidades, Geografia e Literatura, Ensino de Geografia e Educação Especial Inclusiva. Possui experiência no Ensino Básico Rural, Urbano e Superior.



ISBN: 978-65-86283-72-3

**CBRL**



9 786586 283723

DOI: 10.35170/ss.ed.9786586283723